

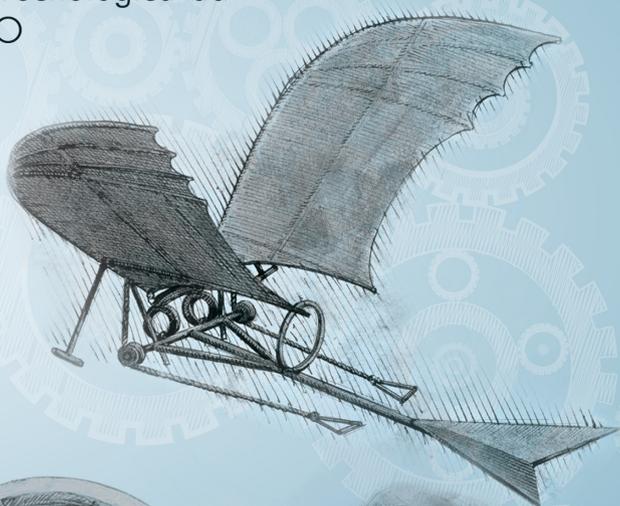
Virgínia Genelhu de Abreu  
Organização

# Múltiplos saberes:

ensaios, conferências e comunicações

VI Seminário de Iniciação  
Científica e Tecnológica da  
UNIGRANRIO

(SINCTEC 2012)





Virgínia Genelhu de Abreu  
(Organização)

*Múltiplos saberes:  
ensaios, conferências e  
comunicações*

VI Seminário de Iniciação Científica e  
Tecnológica da Unigranrio (SINCTEC 2012)

Salvador / Duque de Caxias  
Editora Pontocom / Unigranrio  
2013

*Copyright* © 2013 Unigranrio  
Direitos adquiridos para a publicação em  
formato eletrônico pela Editora Pontocom

Projeto gráfico, preparação dos originais  
e editoração eletrônica: Editora Pontocom

Coordenação Editorial: André Gattaz

Capa: montagem sobre estudos de  
Leonardo da Vinci (1452-1519)

Também disponível em formato ePub  
no site [www.editorapontocom.com.br](http://www.editorapontocom.com.br)

Catálogo na Fonte / Núcleo de  
Coordenação de Bibliotecas – Unigranrio

M961 Múltiplos saberes: ensaios, conferências e comunicações/  
Organização Virgínia Genelhu de Abreu. – Salvador :  
Pontocom; Duque de Caxias : UNIGRANRIO, 2013.

176 p. : il. graf.col.; 21 cm

“VI Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica da  
Unigranrio (SINCTEC 2012)”.  
ISBN: 978-85-66048-25-4

1. Pesquisa. 2. Pesquisa – Seminários I. Abreu, Virgínia  
II. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza  
Herdy”. III. Título.

CDD - 001.4

CDU - 001.1

Universidade do Grande Rio  
UNIGRANRIO

**Reitor**

Arody Cordeiro Herdy

**Pró-Reitor de Administração Acadêmica**

Carlos de Oliveira Varella

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

Emílio Antônio Francischetti

**Pró-Reitor Administrativo**

José Luiz Rosa Lordello

**Pró-Reitora Comunitária e de Extensão**

Sônia Regina Mendes

**DIRETORES DE UNIDADES ACADÊMICAS**

**Escola de Ciências Sociais e Aplicadas**

Benjamin Salgado Quintans

**Escola de Educação, Ciências, Letras,  
Artes e Humanidades**

Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis

**Escola de Ciência e Tecnologia**

Herbert Gomes Martins

**Escola de Ciências da Saúde**

Hulda Cordeiro Herdy Ramin

**Assessoria de Desenvolvimento Acadêmico**

Ila Kemp

# **PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

Emílio Antônio Francischetti

**Diretora do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica**

Virgínia Genelhu de Abreu

**Diretora do Núcleo de Pós-Graduação Lato Sensu**

Nara Pires

**VI Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica  
da UNIGRANRIO (SINCTEC 2012)**

Realização:

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica

## **11 Nota editorial**

VIRGÍNIA GENELHU DE ABREU

## **Cerimônia de outorga do título de Doutor *Honoris Causa* da Unigranrio ao Prof. Dr. Ruy Garcia Marques**

### **17 Discurso de Saudação**

EMILIO ANTONIO FRANCISCHETTI

### **25 Discurso do Homenageado**

RUY GARCIA MARQUES

## **Conferência de abertura: O uso de células-tronco em medicina regenerativa: onde estamos e para onde vamos**

### **39 Apresentação**

VIRGÍNIA GENELHU DE ABREU

### **41 O uso de células-tronco em medicina regenerativa: onde estamos e para onde vamos**

ANTÔNIO CARLOS CAMPOS DE CARVALHO  
E BRUNO PAREDES

## **Diálogos: Abordagem humanística em Saúde**

- 55** Literatura e formação humanística em Medicina: o experimento do Laboratório de Humanidades da EPM

DANTE MARCELLO CLARAMONTE GALLIAN

- 63** Narrativas pessoais em processos de tratamento da saúde: o que fazemos com o que nos contam?

HELIANA DE BARROS CONDE RODRIGUES

## **Conferência: Os desafios da Iniciação Científica com foco na inovação tecnológica**

- 75** Apresentação

WILLIAN FERNANDO ZAMBUZZI

- 77** Os desafios da Iniciação Científica com foco na inovação tecnológica

JOSÉ MAURO GRANJEIRO

## **Diálogos: Incubadoras sociais e empresariais**

- 87** Incubadoras sociais e programas universitários

ANDREA PAULA DOS SANTOS

- 117** Moedas criativas: incubadoras de negócios além do bem e do mal

GILSON SCHWARTZ

## **Documentário comentado: *Encontro com Milton Santos ou o Mundo Global visto do lado de cá***

- 131** Comentários do Diretor

SILVIO TENDLER

**Conferência Magna: Desafios da Democracia no Brasil:  
a questão do Estado, da Sociedade**

**137** Apresentação

JACQUELINE DE CÁSSIA PINHEIRO LIMA

**141** Ritual de apresentação: Roberto DaMatta e a Baixada  
Fluminense

JOSÉ CARLOS SEBE BOM MEIHY

**147** Desafios da Democracia no Brasil: a questão do Estado,  
da Sociedade

ROBERTO DAMATTA

**171** Trabalhos premiados no SINCTEC 2012



### **Virgínia Genelhu de Abreu**

Diretora do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIGRANRIO

A ideia de preparar este livro surgiu desde as primeiras reuniões da comissão organizadora do *VI Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica* (SINCTEC), que a Unigranrio realizou em Duque de Caxias, de 23 a 25 de outubro de 2012. Foi um período muito rico em que se compartilharam ideias, sugestões de temas a serem abordados e nomes que comporiam o programa. A característica do Seminário de reunir jovens bolsistas de Iniciação Científica, de todas as áreas do conhecimento, respaldou nossa intenção de ter um evento que, ao mesmo tempo, traria para a comunidade acadêmica um elenco de ensaios, de múltiplos saberes, na expressão das mais emblemáticas figuras do nosso cotidiano enquanto sociedade: convidamos, assim, renomados professores, ícones da ciência e da cultura. Além disso, e não menos importante, havia o anseio de anunciar para o meio acadêmico o momento virtuoso por que passa a instituição, pensando-se como uma universidade aberta, pronta a assumir o peso invisível de sua responsabilidade social, incentivar a investigação científica e apresentar aos estudantes horizontes progressivamente mais amplos a serem explorados.

Começo com o antropólogo Roberto DaMatta, que nos mostrou de forma brilhante, bem humorada e em perfeita sintonia com o público, *Os desafios da Democracia no Brasil*. Para a conferência do professor DaMatta, dois textos – robustos individualmente e, ao mesmo tempo, complementares, são apresentados: o do professor José Carlos Sebe Bom Meihy e o texto da professora Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima.

Refiro-me em seguida ao cineasta Sílvio Tendler, diretor do documentário *Encontro com Milton Santos ou O mundo global visto do lado de cá*. Embora tenha visto mais de uma vez este belíssimo trabalho, não me ocorreu que tivesse um dia o privilégio de assisti-lo comentado pelo seu próprio diretor. A beleza do documentário e a força de comunicação do diretor proporcionaram momentos de especial emoção entre alunos e professores.

O professor Antônio Carlos Campos de Carvalho, na sua plenitude como pesquisador, transmitiu para professores e estudantes de diversas áreas de conhecimento o caminho até o momento percorrido e as perspectivas sobre o que é hoje considerado um paradigma em medicina, pelo caráter não invasivo e altamente promissor da terapia regenerativa com células-tronco.

O professor José Mauro Granjeiro, ao iniciar a sua conferência *Os desafios da Iniciação Científica com foco na inovação tecnológica*, colocou de imediato três perguntas que conquistaram o alunado: *Quem tem medo do lobo mau? Beijo na boca engravidada? Partículas com dimensões nanométricas são tóxicas?* O fato lhe permitiu abordar com grande fluência um assunto que nos parecia extremamente árduo.

Na programação, os Diálogos proporcionaram momentos muito ricos de abordagem de um tema central, em circunstâncias e ações distintas, sem que isto significasse, simplesmente, a polarização entre pró e contra. Assim, no primeiro dia os professores Dante Marcello Claramonte Gallian e Heliana de

Barros Conde Rodrigues apresentaram, respectivamente, *Humanização e conhecimento em cuidados da saúde* e *Narrativas pessoais em processos de tratamento da saúde* como parte do tema central, *Abordagem humanística em saúde*. No segundo dia, os Diálogos trataram do tema *Incubadoras: projetos sociais e empresariais*. As apresentações foram feitas pelos professores Andrea Paula dos Santos – *Incubadoras sociais: programas universitários* e Gilson Schwartz – *Incubadoras empresariais: moedas criativas*. Talvez estes tenham sido os momentos das discussões mais acirradas do evento, pela defesa contundente da Prof<sup>a</sup>. Andrea sobre os programas solidários e as colocações instigantes e provocativas do Prof. Gilson sobre os princípios que regem o mercado de capital.

A coletânea inclui ainda um momento muito especial do Seminário, no qual a Unigranrio, na pessoa do Reitor, professor Arody Cordeiro Herdy, outorgou ao professor Ruy Garcia Marques, presidente da FAPERJ, o título de Doutor *Honoris Causa*. O professor Ruy foi saudado pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Unigranrio, professor Emilio Antonio Francischetti, que contou a trajetória de vida do professor Ruy e a forma como ele mudou a história da FAPERJ pelo grande incentivo e apoio financeiro concedido para o desenvolvimento da pesquisa no Estado do Rio de Janeiro. Por fim, com todos os paramentos acadêmicos, o professor Ruy proferiu o seu Discurso de Homenageado.

A última sessão deste livro refere-se à solenidade de entrega do prêmio *Melhores Projetos da Iniciação Científica e Tecnológica* da Unigranrio, com a lista dos alunos premiados, seus respectivos orientadores e os títulos dos projetos. Embora a cerimônia tenha ocorrido no dia 7 de março de 2013, procedemos assim por considerarmos que a premiação se refere à avaliação dos 92 trabalhos de iniciação científica e tecnológica desenvolvidos por estudantes do ensino médio e graduação da Unigranrio

que participaram das Sessões de Apresentações Orais e Pôsteres no SINCTEC 2012.

Por fim, a edição de *Múltiplos saberes: ensaios, conferências e comunicações* surgiu graças ao reconhecimento de sua relevância pela Reitoria da Unigranrio, que deseja que esta reunião de ensaios estimule a comunidade acadêmica para a pesquisa criativa e inovadora e a divulgação incessante do conhecimento gerado na instituição

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação agradece a participação dos ilustres professores e pesquisadores convidados, que além de proferirem as conferências no SINCTEC 2012, generosamente cederam seus textos, permitindo assim o registro histórico ao reuni-los nesta edição.

Agradecemos ainda à Editora Pontocom pelos esforços de editoração para publicação e distribuição eletrônica da coletânea e geração dos arquivos para impressão.

## 1. CERIMÔNIA DE OUTORGA

# Cerimônia de outorga do título de Doutor *Honoris Causa* da UNIGRANRIO ao Prof. Dr. Ruy Garcia Marques

---

Discurso de Saudação

**Emilio Antonio Francischetti**

Outorga Oficial do Título

**Arody Cordeiro Herdy**

Discurso do Homenageado

**Ruy Garcia Marques**



## Discurso de Saudação

---

### **Emilio Antonio Francischetti**

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação – UNIGRANRIO

Quando se decidiu, por iniciativa do Magnífico Reitor desta Universidade, que Ruy Garcia Marques receberia o título de Doutor Honoris Causa, antecipei-me, quase instintivamente, aos meus ilustres pares e me dei o direito de saudá-lo. Explico: em 1980, quando começava minhas atividades como Professor Titular de Clínica Médica da UERJ, ele, Rui, pouco mais que um adolescente na aparência, também iniciava, no Hospital Universitário Pedro Ernesto, sua Residência Médica no Departamento de Cirurgia. Fiquei gratamente surpreso quando me procurou para expor seu grande interesse pelos complexos mecanismos fisiopatológicos que explicam a doença e nos ajudam a melhor controlá-la. Era um interesse pouco comum, na época, aos cirurgiões, pois a fisiopatologia importava mais ao grupo restrito de clínicos que trabalhava em parceria com pesquisadores da área básica. Pelo inusitado, e principalmente pela fraterna amizade que logo nasceria entre nós, acompanhei, a partir daí, com extremo interesse, sua brilhante carreira.

Admiti, então, que saudá-lo seria fácil e honroso. Falar bem deste que é uma referência nacional em sua profissão e um exemplo como pesquisador, não me causaria grandes dificuldades.

Percorro de memória o longo, nunca acidental caminho de nossa amizade. Consulto seu recente Memorial. Concluo que me enganei. A trajetória acadêmica de Rui, sua produção intelectual e, mais recentemente, suas atividades como um dos mais brilhantes gestores da pesquisa e do saber deste país, tornou minha tarefa muito difícil. Pela fartura e não pela escassez.

Não sabia como começar.

Então me perguntei: iniciaria falando sobre sua infância em Bom Jesus de Itabapoana, onde nasceu e foi influenciado pelo pai Sebastião, farmacêutico, e pelos tios Ruy e Walter, ambos médicos, a seguir o Curso de Medicina?

Diria que recebeu de seu ambiente familiar, particularmente da mãe Leda, o conjunto de valores que apontavam que o conhecimento, o preparo profissional e intelectual sempre exigem grande esforço, insistência e disciplina? Na convivência da pequenina cidade de interior, Ruy aprendeu os valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade que o marcaram indelivelmente e, hoje, o distinguem pelo seu perfil de homem público, com transparente pensar republicano, sobrepondo o pensamento coletivo à individualidade.

Ou então, lembraria de seus sonhos de estudante de Medicina, da Faculdade de Ciências Médicas da UERJ, onde ingressou em 1973, aliás nossa *alma mater* comum? Ou de seu precoce despertar pela cirurgia, pela técnica cirúrgica e cirurgia experimental?

Ser médico é buscar uma identidade e sem dúvida a instituição formadora tem um pronunciado peso inicial (SALGADO, 2009). Neste particular, o que a Faculdade de Ciências Médicas e seu Hospital Universitário, o Pedro Ernesto, representaram e ainda representam para aqueles que desejam ser clínicos e cirurgiões, tem ultrapassado várias gerações pela contribuição que muitos de seus professores deram aos seus alunos de graduação e da Residência Médica, moldando-os, com seus exemplos,

a se devotarem à causa do paciente. É a maior vocação dessa instituição e seu legado mais legítimo – que acabou por fazer um generoso *imprint* em Ruy.

Ou continuaria narrando o que se passou com Ruy, em meados dos anos 1980, quando inicia suas atividades de Cirurgia Geral da Casa de Saúde Santa Helena, aqui em Duque de Caxias?

Nesse mister teve desempenho exemplar, intervindo com sua precisão de cirurgião em centenas de situações, amenizando sofrimentos, fornecendo esperanças, salvando vidas, aqui na Baixada Fluminense. Como ele próprio menciona em seu Memorial: “À medida que passavam os anos, mais eu vibrava com a profissão e com a especialidade que havia escolhido”, o que explicaria seu vitorioso sucesso em sua clínica de consultório. Já dizia Ortega y Gasset muito bem: “Herói é o que quer ser quem é” (ORTEGA Y GASSET, 1967). Mais de trinta anos se passaram e aqui, hoje, Ruy recebe, por feliz coincidência, o mais elevado galardão acadêmico desta instituição, sediada em Duque de Caxias.

Agora me pergunto: como continuar?

Poderia traçar sua precoce iniciativa, também em meados dos anos 1980, em recriar a Disciplina de Cirurgia Experimental, em ambiente rudimentar, improvisado e desfavorável como era na época o da Faculdade de Ciências Médicas. Prefiro, porém, por razões estratégicas, falar um pouco mais de Ruy como Mestrando da Universidade Federal Fluminense e depois como Doutorando em Técnica Cirúrgica e Cirurgia Experimental, da Universidade Federal de Minas Gerais, agora sob a orientação de quem seria seu grande mentor para a pesquisa, o Professor Andy Petroianu.

Essas experiências foram decisivas para a sua formação como pesquisador e ousar dizer para sua trajetória de vida. Inauguraram seu amadurecimento intelectual e lhe deram um fôlego

novo, mas crítico, na modelagem de sua consciência de pesquisador. Apontaram para a necessidade de ir além da endogenia local e o impulsionaram para o pós-doutorado na Medical University of South Carolina, onde se familiarizou com a técnica e manuseio do transplante de pâncreas.

Volta dos Estados Unidos cheio de ideias e planos, mas sabendo que teria grandes desafios. Os enfrenta com ações pontuais. Recria, agora, com a dimensão devida, a Disciplina de Técnica Operatória e Cirurgia Experimental. Passa a fazer parte do Núcleo Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Fisiopatologia Cirúrgica da Faculdade de Ciências Médicas e inicia suas atividades como orientador de Mestrado e Doutorado. E, em todas as iniciativas, é movido pelos traços mais marcantes de sua personalidade – a temperança e o bom senso. Em muitos momentos, inclusive diante de frequentes dificuldades da ambiência acadêmica. Toma, então, a decisão de cortar os laços com a clínica privada. Dedicar-se integralmente à Universidade, mas em momento algum deixa de ser médico. Ao contrário, propõe-se a missão de ser professor e médico. Tem imensa vocação para exercer ambas – “salvando vidas como médico, construindo-as como mestre”, parafraseando o próprio Ruy. Dei-me conta desta profusão há muitos anos, quando iniciava, também, minha carreira de médico e pesquisador. Hoje, quero saudar as duas qualidades na figura de Ruy: a do professor e a do médico!

O bom professor é aquele que diz “faça comigo” e não “faça como eu” já afirmava Merleau-Ponty (1984). Assim faz Ruy, como professor de medicina da graduação, praticando com seus alunos a arte da sutura cirúrgica e o nó do cirurgião. Mas não deixa de lado o ensinar dos intrincados mecanismos de doença e exalta aos discípulos a importância do modelo experimental e dos pressupostos metodológicos. Contudo, não esquece o código que norteia as relações entre o médico e o

paciente e que provê toda a base ética e moral da prática médica. Ruy exerce sua profissão com aguda consciência social e sabe “ talvez por conta de suas lembranças como estudante estagiário plantonista, aqui em Duque de Caxias, notável *melting pot* urbano de etnias e classes sociais “ que a Medicina, no dizer de Ivan ILLICH (1975), sempre integrou funções mágicas, religiosas, políticas e éticas.

Tento, agora, por ordem às minhas lembranças. Não quero escrever uma biografia, mas apenas tecer a tapeçaria que possa refletir flashes da vida de um amigo que admiro, com cores e matizes que ressaltem com justeza seus ângulos mais fiéis. Assim, não poderia omitir o Ruy pesquisador e professor de pós-graduação. Neste particular, é ele hoje entre os cirurgiões devotados à pesquisa um dos mais legítimos representantes da assim denominada Medicina Translacional em que a pesquisa realizada na bancada dos laboratórios de investigação básica é transferida, tentativamente, para a prática clínica, e os resultados de soluções empíricas da prática clínica ou cirúrgica testados na bancada. Esta postura tem se traduzido em fecunda produção intelectual publicada nos melhores periódicos de sua especialidade.

Ensino e pesquisa são atividades indissociáveis, andam juntas em um movimento de mão dupla. Mas esta sinergia se faz mais presente na Iniciação Científica e na Pós-graduação. Lidar com jovens é um privilégio! Registrar o brilho nos olhos de quem pela primeira vez traz um resultado da pesquisa que participa em experimento por ele próprio conduzido, é um indifereçável prazer para nós orientadores. Compartilhar do crescimento intelectual de alunos de Iniciação Científica ou de Pós-graduação, vê-los contestar uma metodologia ou um resultado na apresentação de um artigo no Clube de Revista ou, simplesmente, não saber responder a pergunta inteligente sobre a qual não havíamos sequer atinado, é a maior satisfação

que se pode ter na rotina de nossa atividade profissional. Revi-gora a convicção de que em ciência não existe onipotência, nem fé. Reflete o ambiente de criação sem o qual não vinga a pesquisa e não floresce a pós-graduação. O Laboratório de Cirurgia Experimental, criado e coordenado por Ruy, é um típico cenário do que acabo de descrever. Hoje, é um dos sustentáculos do conceituado Programa de Pós-Graduação em Fisiopatologia Cirúrgica da Faculdade de Ciências Médicas.

Na tentativa de obstar a minha própria fala, vou lhes apresentar, brevemente, a trajetória de Ruy como Presidente da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo a Pesquisa, a FAPERJ. Embora a Constituição do Estado do Rio de Janeiro previa, desde 1989, repassar à FAPERJ 2% de sua arrecadação tributária líquida, a clausula só foi cumprida nos dois primeiros anos de existência da agência de fomento fluminense. Depois, subtraiu-se simplesmente, por mais de 15 anos, uma boa parte desses subsídios previstos por lei.

Em 2007, Ruy foi convidado para assumir a presidência da FAPERJ pelo então Secretário de Ciência e Tecnologia, Dr. Alexandre Cardoso. Ambos entenderam e defenderam que fomentar a C,T&I seria a única forma de resgatar a liderança científica e cultural do Estado do Rio de Janeiro, há anos perdida para o Estado de São Paulo. Ao aumento do orçamento, seguiu-se a prática de pagar os auxílios rigorosamente em dia. E entre 2007 e agosto de 2012, mais de 150 Editais/Programas, em todas as áreas do conhecimento e setores profissionais, foram oferecidos à comunidade científica do nosso Estado. Inaugurou-se, também, a política de investir na formação de recursos humanos para a pesquisa e fixar o recém-doutor em universidades e empresas. Fez-se uma verdadeira revolução. E Ruy foi além: jamais descriminou as instituições não públicas, fazendo com que prevalecesse, sempre, o mérito da proposta e não sua origem institucional. Em relação à nossa

instituição, dou o meu testemunho pessoal do quanto essa decisão vem sendo seguida.

E agora, em poucas palavras, com o concurso da paciência de todos, cumpro o dever de ofício de apresentar ao Ruy uma imagem condensada da pós-graduação e da pesquisa da Instituição que lhe outorgará, daqui a instantes, o título de Doutor *Honoris Causa*.

A Unigranrio vive hoje um momento virtuoso em sua trajetória histórica como instituição de ensino. Passou por diferentes fases de crescimento, relacionadas à sua estrutura física, administrativa e qualidade de ensino. Duas gerações de liderança foram capazes de garantir a continuidade dos valores educacionais de alto nível, além de criarem um ambiente de confiança institucional. Esse binômio foi condição *sine qua non* para o próximo passo – a pesquisa e, como decorrência desta, a pós-graduação. Ao mesmo tempo, reincorpora o espaço da Baixada Fluminense e particularmente o de Duque de Caxias, com esse novo olhar e como elemento indissociável de sua proposta inicial – a ascensão social e cultural de quem aqui reside, pela educação. Mantém, assim, seus legítimos propósitos de gênese, agora acrescidos da realidade da pesquisa e dos programas de pós-graduação ao nível de Mestrado e de Doutorado.

Esta luta pela construção de sua identidade, incorporando à mesma funcionários, professores e gestores, permitiu que se constituísse o Modelo Unigranrio, que não é rígido em seus propósitos, mas permanentemente mutável em relação à realidade. Isto tem permitido a geração de meios para a formação de novos grupos de pesquisa e a consolidação dos já existentes. Ademais, tornou possível a atração de pesquisadores de alto nível, de acordo com critérios em que predominam não só a qualificação dos mesmos, mas e principalmente, a capacidade em recrutar recursos da agências de fomento e a iniciativa

em estabelecer relações de parceria com pesquisadores do País e do exterior – sem falar que metas de produtividade têm sido rigorosamente avaliadas. Os resultados aparecem. A Iniciação Científica, incluindo alunos de graduação e os de ensino médio de nosso Colégio de Aplicação, deu um salto exponencial. A produção intelectual dos docentes da pós-graduação seguiu na mesma direção. Há um clima de entusiasmo, mas não de euforia. Observa-se o esforço de muitos para o existir de uma consciência coletiva em relação ao estatuto universitário. Reconhece-se, pela memória das universidades hegemônicas, que este é o único caminho.

Esclareço, Ruy, que não me disponho a louvações institucionais gratuitas. Se as registro é para que você saiba quão orgulhosos e honrados nos sentimos com a sua incorporação como um dos nossos, compartilhando da procura incessante para melhorar cada vez mais nossa Instituição. Irmanados damos-lhe, todos, as calorosas boas vindas ao nosso fraterno convívio.

## Referências

- ILLICH, I. *A expropriação da saúde: nêmesis da medicina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975
- MERLEAU-PONTY, M. *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- ORTEGA Y GASSET, J. *Meditações de Quixote*. São Paulo: Livraria Ibero-Americana, 1967.
- SALGADO, S.L.R. Ser médico da EPM: em busca de uma Identidade. In: GALLIÁN, D.M.C. *et al. Recortes da Memória*. São Paulo: Editora Unifesp, 2009, p. 151-171.

## Discurso do Homenageado

---

### **Ruy Garcia Marques**

Presidente da Fundação Carlos Chagas Filho de  
Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ

Magnífico Reitor da Unigranrio – Prof. Arody Cordeiro Herdy;  
Senhor Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia –  
Luiz Edmundo Horta Barbosa Costa Leite;

Digníssimo Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação da  
Unigranrio – Prof. Emilio Antonio Francischetti, em nome de  
quem eu cumprimento os demais Pró-reitores da Unigranrio;

Digníssima Sub-reitora de Extensão da UERJ – Prof.<sup>a</sup> Re-  
gina Henriques, neste ato representando o reitor, Prof. Ricar-  
do Vieira Alves, e em nome de quem eu cumprimento todos  
os demais Pró-reitores de outras instituições aqui presentes;

Magnífico Reitor eleito do Centro Universitário da Zona  
Oeste (UEZO) – Prof. Alex Sirqueira;

Senhor Presidente da Academia Brasileira de Ciências –  
Jacob Palis;

Acadêmico Pietro Novellino, da Academia Nacional de  
Medicina;

Vereador Luciano Nunes, da minha terra natal, Bom Jesus  
do Itabapoana;

Demais autoridades presentes;

Colegas, pesquisadores, amigos e alunos da Unigranrio e de outras instituições;

Senhor Presidente do Conselho Superior da FAPERJ – Prof. Sérgio Neves Monteiro;

Amigos diretores e funcionários da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ;

Meus familiares aqui presentes – meus filhos Ruy Junior e Roberta; meu irmão, Ricardo Augusto e minha cunhada, Sandra; meu primo, Josimar Garcia; e minha mulher, Suellen Moraes; Senhoras e senhores:

É uma grande honra receber o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy – Unigranrio. Quero dizer que estou muitíssimo feliz, lisonjeado e agradecido por esta singular homenagem.

Inicio reverenciando o meu pai, Sebastião Pimentel Marques. Tenho certeza de que ele estaria sentado na primeira fila deste auditório para compartilhar comigo este momento inesquecível. Papai era uma pessoa muito simples e amigo de todos. Apesar de tê-lo perdido tão cedo, aos 10 anos de idade, dele guardo grandes e ótimas recordações, tantas que parece que o tenho sempre ao meu lado. Papai deu nomes de médicos a mim e a meus dois irmãos homens, tamanha era a admiração que ele tinha pela Medicina. A mim, particularmente, deu o nome de seu irmão médico, Ruy, com quem nasci e que foi meu padrinho e, certamente, também, um dos grandes responsáveis pelo direcionamento da minha vida profissional para a Medicina e para a Cirurgia.

Reverencio também minha mãe, Leda Garcia Marques, que não pôde estar presente aqui hoje. Minha mãe, apesar de se tornar viúva aos 28 anos de idade e com quatro filhos por criar, soube orientar-me e a meus três irmãos, Ricardo Augusto

(aqui presente), Paulo Roberto (já falecido) e Eliane. Certamente, não foi uma missão fácil para ela e, também por isso, quero lhe agradecer, uma vez mais.

Tenho três filhos maravilhosos, Ruy Junior e Roberta, aqui presentes, e Lucas, com 11 anos de idade. Tenho dois netos, Manuela, filha do Junior e da Paula, e André, que nasceu no dia do meu aniversário no ano passado, filho da Roberta e do Alexandre. Somos uma família unida, simples e com muitos amigos.

Nasci em Bom Jesus do Itabapoana, na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Aos 15 anos, saí de minha terra natal, e fui morar em Niterói, com o objetivo de cursar o então Científico e me preparar para o Vestibular para Medicina.

Naquela época, como muitos dos presentes se lembram, o Vestibular era uma etapa muito difícil na vida dos estudantes. Tive a sorte de ser aprovado logo na primeira vez e, em 1973, iniciava o curso de Medicina na Faculdade de Ciências Médicas da UERJ. Desde essa época, eu já sabia que a minha carreira se direcionava a uma especialidade cirúrgica, sem ainda saber, exatamente, para qual delas.

Além de meu tio e padrinho Ruy Pimentel Marques, com quem nasci e a quem já me referi, também quero fazer menção a outro tio médico, Walter Garcia Borges, irmão da minha mãe. Ao padrinho Ruy e ao tio Walter devo as primeiras orientações profissionais e os primeiros ensinamentos práticos na Medicina. Eles jamais serão esquecidos!

Tio Walter era uma dos proprietários da Casa de Saúde e Maternidade Santa Helena, aqui em Duque de Caxias, depois adquirida pela Unigranrio. Desde o terceiro ano do curso de medicina, em 1975, passei a frequentar a Casa de Saúde Santa Helena. Lá, tive a oportunidade de começar a auxiliar procedimentos cirúrgicos realizados por excelentes cirurgiões, que foram de extrema relevância na minha formação. Mas, além dos procedimentos cirúrgicos, também tive grandes orientações em

outras especialidades, notadamente em Anestesiologia, Clínica Médica e em Pediatria.

Após a formatura, em 1978, comecei a trabalhar como médico da Casa de Saúde Santa Helena e montei meu consultório na Praça do Pacificador, junto com tio Walter, Herzen Bastos Novaes e Sigefrido Botelho Almeida. Aqui em Duque de Caxias permaneci trabalhando por mais de 20 anos e fiz grandes amigos, que conservo até hoje.

Durante o tempo em que trabalhei aqui, não cheguei a ter uma ligação direta com a Unigranrio, mas pude acompanhar o seu crescimento, quase que desde o seu início. Tio Walter sempre comentava comigo sobre um grande amigo seu, a quem ele admirava muito, e com quem tive a oportunidade e a honra de estar algumas vezes – o professor José de Souza Herdy.

Em 1970, o professor Herdy criou a Associação Fluminense de Educação (a AFE), a entidade que mantinha as então denominadas Faculdades Unidas Grande Rio, cujos primeiros cursos superiores foram os de Ciências Contábeis e Administração, logo seguidos pelos de Pedagogia e Letras. Já na década de 1980, houve a criação dos primeiros cursos na área de Saúde – Odontologia, Enfermagem e Farmácia –, e logo após, dos cursos de Ciências Biológicas, Matemática e Química.

Em 1989, com o falecimento do professor Herdy, o professor Arody Cordeiro Herdy assumiu a direção da instituição. Dando continuidade ao grande senso empreendedor do pai, o professor Arody continuou o processo para reconhecimento das Faculdades Unidas Grande Rio como Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy, a Unigranrio, o que ocorreu em 17 de junho de 1994. Posteriormente, vieram muitos novos cursos de graduação e quatro robustos programas de pós-graduação *stricto sensu* credenciados pela CAPES: mestrado acadêmico e doutorado em Administração; mestrado profissional em Ensino de Ciências na Educação Básica;

mestrado profissional em Odontologia; e mestrado acadêmico interdisciplinar em Letras e Ciências Humanas. Estou certo de que novos cursos deverão ser incorporados brevemente, com a mesma marca do empreendedorismo e da missão de formar profissionais-cidadãos que rege esta instituição.

Fui rever a página da Unigranrio na Internet e de lá retirei algumas palavras do Reitor Arody: “A Unigranrio promove a integração do ser humano, da sociedade e do meio ambiente. Através de um projeto educacional interdisciplinar, procura agregar recursos e talentos para formar profissionais-cidadãos capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. A Unigranrio acredita que a educação faz a diferença. E educar é muito mais que preparar para o mercado de trabalho. É conscientizar os alunos de seu papel de agentes transformadores da sociedade. É ir além da sala de aula”.

Professor Arody: parabéns por essas suas palavras tão atuais, tão indispensáveis e tão altruísticas, com as quais concordo plenamente.

E tomo a liberdade de transpor essas suas palavras tão relevantes para a importante área da Pesquisa: Produzir é essencial, mas “produzir por produzir” é inaceitável. O que estamos produzindo? É relevante para o bem-estar do ser humano? Estamos, realmente, pensando nele quando produzimos? Por outro lado, a inércia na pesquisa deve ser radicalmente combatida. Particularmente nós, professores de medicina, não podemos contemporizar com a comodidade de que retratemos somente a nossa prática assistencial e de ensino. Isso é, irrefutavelmente, de enorme valor, mas tem que reverter para todos os cidadãos, empregando a nossa experiência no bem-estar completo do ser humano, pela pesquisa e divulgação da atividade científica. Daí, o papel essencial da universidade e do professor. O professor tem a responsabilidade não de apenas transmitir o conhecimento, mas, acima de tudo, de inspirar e preparar os

jovens para o enfrentamento dos desafios do futuro, com coragem, determinação e sabedoria.

Ao mesmo tempo em que iniciava a vida profissional aqui em Duque de Caxias, continuei no Hospital Universitário Pedro Ernesto da UERJ, onde fiz a Residência Médica em Cirurgia Geral, entre 1979 e 1981. Após a Residência Médica, não me desliguei inteiramente do Hospital Pedro Ernesto e, em 1985, fui contratado como médico do Serviço de Cirurgia Geral.

Ainda que médico, e não professor, algumas aulas me eram delegadas e comecei a ter contato com alunos da graduação em Medicina. Àquela época, eu já não tinha mais qualquer dúvida de que queria ser professor universitário, era esse o meu grande desejo.

Paralelamente à minha atuação como médico do Hospital Pedro Ernesto, também comecei a praticar a Pesquisa em Cirurgia Experimental, em um local improvisado, mas que levou ao desenvolvimento dos meus primeiros trabalhos de pesquisa, o que me serviu, sobretudo, de motivação e encorajamento. Era, contudo, indispensável que dispuséssemos de uma estrutura melhor e mais adequada.

Em 1988, a FAPERJ, começava a financiar o desenvolvimento de atividades de pesquisa como as que queríamos realizar. Fui orientado por meus professores a escrever um projeto de pesquisa e apresentá-lo à FAPERJ, visando à aquisição de instrumentos, equipamentos e insumos para a realização de novas pesquisas. E assim eu fiz, ainda que não soubesse exatamente como fazê-lo... E o resultado não poderia ser outro: a solicitação foi negada, como certamente teria que ser. Foi nesse momento que, ao procurar aconselhamento com o Professor Emilio Antonio Francischetti, então coordenador da área de medicina da FAPERJ, acerca de como eu deveria proceder para fazer um recurso ao indeferimento do projeto, ele, como grande Mestre, soube me incentivar, definitivamente, a me

capacitar para a docência e para a pesquisa, me mostrando a importância da pós-graduação.

Não me canso de agradecer ao Professor Francischetti! São muitas as situações em minha vida profissional em que ele foi de influência definitiva. Além dessa que acabei de citar, ele foi fundamental para que eu fosse conduzido à Presidência da FAPERJ e, agora, mais um agradecimento eu lhe devo, com essa honrosa outorga que hoje recebo aqui na Unigranrio.

Veio o mestrado em Cirurgia Gastroenterológica na Universidade Federal Fluminense, concluído em 1990, e, em 1994, fui aprovado para Professor Assistente do Departamento de Cirurgia Geral da UERJ. A possibilidade de me tornar professor da faculdade onde estudei, sempre foi uma grande aspiração, e, cada vez mais, tem me dado grande satisfação. Acredito, hoje, que outro não poderia ter sido o meu caminho.

Em 2001, concluí o doutorado em Técnica Cirúrgica e Cirurgia Experimental na Universidade Federal de Minas Gerais, sob a orientação do Professor Andy Petroianu que, certamente, foi a pessoa que mais me influenciou em minha trajetória acadêmica, por seu perfil de pesquisador e educador, e a quem sempre procuro seguir. Com o doutorado, capacitei-me para a docência e para a pesquisa e, a partir daí, não parei mais de pesquisar. Foi na pesquisa que entendi o que realmente é a busca pela universalidade, não só do conhecimento, mas também do aperfeiçoamento do que significa “ser humano”.

No ano de 2000, ainda cursando o doutorado, tive a oportunidade de ser um dos criadores do Laboratório de Cirurgia Experimental da Faculdade de Ciências Médicas. Esse laboratório de ensino e de pesquisa se tornou um dos grandes pilares da Faculdade e ajudou a viabilizar, alguns anos mais tarde, o credenciamento pela CAPES do Programa de Pós-graduação em Fisiopatologia e Ciências Cirúrgicas, ligado ao Departamento de Cirurgia Geral.

Na vida, também sempre temos que contar com um pouco de sorte. Foi assim que eu me encontrava, no momento certo, já como Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Médicas, quando, em 2002, propus ao Departamento de Cirurgia Geral a recriação da Disciplina de Técnica Operatória e Cirurgia Experimental. Em 2003, a Disciplina foi recriada e passei a coordená-la.

Foi, justamente nesse período entre a proposição e a recriação da Disciplina que tive a oportunidade de realizar um período de pós-doutorado na Universidade Médica da Carolina do Sul, em Charleston, nos Estados Unidos, o que possibilitou grande ampliação do meu horizonte profissional.

A carreira de Professor, ainda que árdua, é altamente gratificante. No passado, pela grande dificuldade do registro e da difusão do conhecimento, lhe cabia, primordialmente, dentre muitas outras funções, a aquisição e a propagação do conhecimento mais recente.

Ainda que persista essa atribuição, absolutamente indispensável, ela já não lhe é mais exclusiva, haja vista a grande e surpreendente evolução da comunicação e da tecnologia, que nos permite, em tempo real, dispor do conhecimento mais incipiente. Contudo, a primazia da transmissão ordenada e metodizada do conhecimento é o papel que cabe ao Professor e se constitui na atribuição a que nós, educadores, devemos estar contínua e sistematicamente arraigados. Sinto-me particularmente recompensado por poder contribuir para a formação de futuros médicos. Essa sempre foi e continua sendo a minha grande motivação e que, apesar de, momentaneamente, ter assumido novas atribuições fora da universidade, não abandonei.

Tive a sorte de ter escolhido bem as minhas duas profissões: médico e professor. Nós, médicos, temos a missão de salvar vidas! Nós, professores, temos a missão de construí-las!

E continuei tendo sorte em ter escolhido a Pesquisa em Cirurgia, como uma forte área para minha atuação.

Gostaria de citar o eminente pesquisador Acadêmico Carlos Chagas Filho, patrono da FAPERJ. São de Carlos Chagas Filho os conselhos que retirei de escritos intitulados “Carta a um Jovem”, dirigidos a um jovem imaginário, e que me foram passados pelo professor titular da UFRJ Adalberto Vieyra, aqui presente e a quem também agradeço muito. O Professor Adalberto, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ, foi o primeiro, externo à UERJ, a aceitar e a estimular a minha indicação para a Presidência da FAPERJ, ainda no final de 2006, e isso foi de fundamental importância para que isso se concretizasse. Disse Carlos Chagas Filho:

[...] não se enveredar pela atividade científica se lhe faltar esse desejo (DE ENGRANDECER O SEU PAÍS OU A NAÇÃO QUE SEJA A SUA). A ciência, com todas as suas grandezas é, na verdade, uma servidão. Servidão ao ideal que, buscando na aventura científica a verdade e o descortínio de novos caminhos, quer dar ao homem as condições de vida que devem ser iminentes à sua dignidade.

Também gostaria de citar os pensamentos de outros dois grandes nomes: do filósofo Confúcio, que viveu entre 551 e 479 a.C., e do empreendedor contemporâneo Steve Jobs, recentemente falecido.

Disse Confúcio:

Escolhe um trabalho de que gostes, e não terás que trabalhar nem um dia na sua vida.

E disse Steve Jobs, sendo até possível que ele tenha lido e sido influenciado pelas palavras de Confúcio:

Seu trabalho vai ocupar uma grande parte da sua vida e a única maneira de estar verdadeiramente satisfeito é fazendo aquilo que você acredita ser um ótimo trabalho. E a única maneira de fazer um ótimo trabalho é fazendo o que você ama fazer.

Neste momento, quero reverenciar uma pessoa que, embora meu conhecido de longa data, na minha vida recente veio desempenhar papel de grande relevância. Refiro-me ao deputado federal Alexandre Cardoso, ex-Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, a quem conheci no final da década de 1970 e início da década de 1980, ocasião em que ambos trabalhávamos como médicos aqui em Duque de Caxias. No final de 2006, Alexandre me convidou para presidir a FAPERJ durante a sua gestão como Secretário e para auxiliar na formulação e execução da política de fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação em nosso Estado.

Ao Alexandre, tenho muitíssimo a agradecer, pela grande oportunidade que me propiciou e pela confiança em mim depositada. Isso significou, sem dúvida, uma grande honra para mim e para a instituição a que sou vinculado, a UERJ.

Ao tomar posse, em janeiro de 2007, havia somente a vontade de se fazer algo de bom pela C,T&I no Estado do Rio de Janeiro. Eu jamais poderia imaginar o que estava por vir!

E o que veio, a partir de alguns poucos meses após, se deve à sensibilidade e determinação do deputado Alexandre Cardoso e do governador Sérgio Cabral, que entenderam e defenderam que fomentar a C,T&I é fomentar o futuro do Estado do Rio de Janeiro. Com isso, possibilitaram uma mudança radical

no fomento à pesquisa no nosso Estado, a partir de uma elevação sem precedentes no orçamento da FAPERJ.

À frente da FAPERJ, tenho tido um aprendizado contínuo e de enorme utilidade para toda a minha vida. A necessária interação com colegas pesquisadores que atuam em todas as áreas do conhecimento e nas diversas instituições científicas e tecnológicas sediadas no Estado vem propiciando um alargamento no meu modo de pensar, de falar e de agir.

O atual panorama político tem sido favorável à ciência, tecnologia e inovação, nas diversas esferas de poder. O Estado do Rio de Janeiro e as instituições de ensino e pesquisa aqui sediadas têm sabido responder ao momento que vivemos.

Na Unigranrio, não tem sido diferente! Ela tem se firmado, cada vez mais, como referência no ensino superior, pesquisa e extensão, não somente em Duque de Caxias (com suas sedes nos bairros 25 de Agosto, Centro e Santa Cruz da Serra), mas também em Nova Iguaçu, Silva Jardim, Magé, São João de Meriti, Macaé, e em suas várias sedes na cidade do Rio de Janeiro.

Tenho acompanhado, com grande satisfação, a evolução e o crescimento dos programas de pós-graduação da Unigranrio, e também é nítida a melhoria da infraestrutura para a pesquisa aqui instalada. Diversos e variados são os seus grupos de pesquisadores, que têm chamado a atenção do mundo acadêmico para o trabalho aqui desenvolvido.

Por tudo isso, estar hoje recebendo esta grande homenagem da Unigranrio, instituição com tantas relevantes credenciais, é para mim uma grande honra e muito me orgulha.

Quero agradecer a todos que me prestigiam com a sua presença nesta solenidade. Meu muito obrigado pelo abraço amigo que vieram me dar e que realça a importância desta investida.

Muito obrigado, Unigranrio!



## 1. CONFERÊNCIA DE ABERTURA

○ uso de células-tronco  
em medicina regenerativa:  
onde estamos e para onde vamos

---

Co-Presidentes:

**Edson Jorge Lima Moreira**  
**Virgínia Genelhu de Abreu**

Apresentação:

**Virgínia Genelhu de Abreu**

○ uso de células-tronco em medicina regenerativa:  
onde estamos e para onde vamos

**Antônio Carlos Campos de Carvalho**



## Apresentação

---

### **Virgínia Genelhu de Abreu**

Diretora do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica –  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIGRANRIO

Prezados Professores e Alunos,

Tenho a satisfação de dividir a presidência desta mesa com o Prof. Edson Jorge Lima Moreira, coordenador do Mestrado em Odontologia da Unigranrio.

A Conferência de Abertura do *Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica 2012*, da Unigranrio, versa sobre o uso de células-tronco em medicina regenerativa. O tema é instigante e percorreu uma trajetória que se avizinhava, no seu começo, da ficção científica, para tornar-se, ao longo das duas últimas décadas, um campo promissor da medicina, considerado por muitos como um novo paradigma no tratamento de muitas doenças. O assunto suscita, ainda, questões ético-religiosas. É atual – dois pesquisadores na área, um inglês e um japonês (Sir John Bertrand Gurdon e Shinya Yamanaka), este mês (no dia 8 de outubro de 2012) foram contemplados com o Prêmio Nobel de Medicina. Eles demonstraram que células adultas, maduras, são flexíveis e passíveis de reprogramação – por meio de manipulação genética perdem as características de células diferenciadas para expressar o perfil de células pluripotenciais, capazes de gerar células de diferentes órgãos.

O conferencista, professor Antônio Carlos Campos de Carvalho, tem vínculo de longa data com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde se formou em Medicina em 1976, concluiu mestrado (1979) e doutorado (1983) em Ciências Biológicas (Biofísica) e, desde 1996, é Professor Titular do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho. Atualmente encontra-se cedido ao Instituto Nacional de Cardiologia (INC), onde exerce o cargo de Coordenador de Ensino e Pesquisa. Além disso, é Professor Titular Visitante do Albert Einstein College of Medicine, em Nova York, em decorrência de importante cooperação internacional no desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa relacionados, particularmente, à fisiologia e biofísica da comunicação intercelular por meio de junções comunicantes. Tem experiência na área de Fisiologia e Biofísica, com ênfase em Fisiologia Cardiovascular, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação intercelular, células-tronco e terapias celulares em cardiopatias e auto-anticorpos e eletrogênese cardíaca.

Publicou mais de 140 artigos plenos em revistas indexadas, editou 3 livros e escreveu 24 capítulos de livros. Na formação de recursos humanos qualificados, orientou 8 pós-doutores, 26 doutores e 20 mestres. É membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia de Ciências do Mundo em Desenvolvimento (TWAS). Atualmente é Membro do Conselho Diretor da International Union of Physiological Sciences, Diretor da Academia Brasileira de Ciências e Diretor Regional da TWAS para América Latina e Caribe. Em 2008 foi agraciado com a Ordem Nacional do Mérito Científico e em 2010 com a Ordem Nacional de Mérito Médico. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 1A.

A presença do professor Antônio Carlos Campos de Carvalho na Unigranrio é motivo de honra, satisfação e alegria para todos nós. Muito obrigada por nos conceder este privilégio.

# ○ uso de células-tronco em medicina regenerativa: onde estamos e para onde vamos

---

## **Antônio Carlos Campos de Carvalho**

Coordenador de Ensino e Pesquisa – Instituto Nacional de Cardiologia (INC)

## **Bruno Paredes**

Pesquisador do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho

Células-tronco são células que apresentam as seguintes características básicas: são indiferenciadas, podem se dividir indefinidamente, e quando se dividem, cada célula filha formada pode manter-se indiferenciada ou pode se tornar uma célula especializada. Portanto, células-tronco são células com capacidade autorrenovação e diferenciação em distintos tipos celulares.

Elas podem ser classificadas, de acordo com seu potencial de diferenciação, em totipotentes, pluripotentes e multipotentes. As totipotentes geram todas as células necessárias ao desenvolvimento de um novo ser vivo, inclusive as dos anexos embrionários. As pluripotentes geram as células que compõem todos os tecidos e órgãos de um ser adulto, mas não são capazes de produzir células dos anexos embrionários. As multipotentes

geram células apenas dos tecidos ou órgãos de onde foram retiradas.

A célula-tronco totipotente prototípica é o óvulo fertilizado, ou zigoto. Esta única célula é capaz de gerar todas as demais células de um organismo adulto, inclusive os gametas (óvulos e espermatozoides) que darão origem a novos zigotos. As células-tronco pluripotentes são as células-tronco embrionárias, retiradas da massa interna do embrião no estágio de blastocisto. Elas podem proliferar indefinidamente e dar origem a todas as células de um organismo adulto quando se diferenciaram. As multipotentes são células encontradas nos tecidos e órgãos de seres vivos adultos e podem gerar apenas as células do tecido de origem.

A incrível capacidade de gerar um organismo adulto completo a partir de uma única célula tem fascinado os biólogos. Já no início do século passado, diversos embriologistas começaram a decifrar os segredos das células-tronco através de experimentos engenhosos em que manipulavam as células de embriões. Esses experimentos permitiram concluir que as duas primeiras células de um embrião de anfíbio, se separadas, eram capazes de gerar dois girinos normais, e que o núcleo de células embrionárias de anfíbios após as quatro primeiras divisões celulares ainda era capaz de transmitir todas as informações necessárias à formação de girinos completos quando transplantado para uma bolsa de citoplasma do qual o núcleo havia sido excluído (célula enucleada) (1). A originalidade destes experimentos permitiu que se formulasse já em 1938 uma questão fundamental para a moderna biologia do desenvolvimento: teria o núcleo de uma célula totalmente diferenciada a capacidade de gerar um indivíduo adulto normal quando transplantado para um óvulo enucleado? A resposta a esta pergunta foi dada por John Gurdon (2) (prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina neste ano) na década de 1960, quando ele transferiu o núcleo

de uma célula do epitélio intestinal de um sapo adulto para um óvulo enucleado e conseguiu demonstrar que esse óvulo era capaz de gerar um girino. Na década de 1990, o nascimento de Dolly (3), a partir da transferência do núcleo de uma célula epitelial de glândula mamária para o óvulo enucleado, mostrou que isso era também possível em mamíferos.

## Transferência Nuclear de Célula Somática

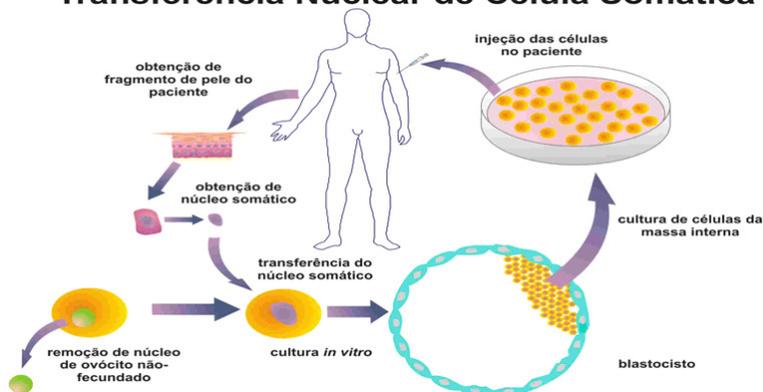


Figura 1 – Transferência nuclear de célula somática. Neste processo o núcleo de uma célula somática é retirado (através de uma biópsia de pele, de onde se obtêm células epiteliais, por exemplo) e transferido para um óvulo que teve seu núcleo removido. Fatores citoplasmáticos do óvulo são capazes de reprogramar o núcleo da célula adulta para um estágio embrionário, permitindo assim que a partir deste óvulo se gere um embrião até o estágio de blastocisto. Deste blastocisto podem se retirar as células-tronco embrionárias, que podem então ser diferenciadas nos mais diversos tipos de células adultas, e que neste caso serão idênticas às do indivíduo que cedeu a biópsia de pele de onde foram retiradas as células doadoras dos núcleos.

## Células-tronco embrionárias

Em 1981, dois grupos independentes conseguiram imortalizar células derivadas da massa celular interna de blastocistos de embriões de camundongos (4). Estas células, denominadas de células ES – do inglês “embryonic stem cells” (células-tronco embrionárias) –, são denominadas de pluripotentes, pois podem proliferar indefinidamente *in vitro* sem se diferenciar, mas também podem se diferenciar se as condições de cultivo das células forem modificadas. Outra característica especial destas células é que elas podem ser reintroduzidas em embriões de camundongos, dando origem a células em todos os tecidos do animal adulto, inclusive a células germinativas (óvulos e espermatozoides, que constituem a chamada linhagem germinal). Entretanto as células ES não são capazes de sozinhas gerarem um embrião; isto é, elas não são totipotentes como o zigoto.

A disponibilidade de células ES de camundongos tornou corriqueira a manipulação genética destes animais. A possibilidade de introduzir genes exógenos ou deletar genes endógenos nas células ES *in vitro* e depois reimplantá-las nos embriões, dando inclusive origem a células germinativas nos animais adultos, tornou possível a geração de camundongos transgênicos expressando novos genes ou desprovidos de genes normalmente presentes no animal normal (os animais *knockouts*). Estes camundongos transgênicos têm possibilitado a caracterização de muitas doenças humanas resultantes de alterações genéticas.

Diversos laboratórios obtiveram sucesso no cultivo e diferenciação das células ES de camundongos em tipos celulares tão distintos quanto as células hematopoiéticas (produtoras de sangue) (5) e células do sistema nervoso (neurônios, astrócitos e oligodendrócitos) (6, 7), dentre outras. A capacidade de direcionar

este processo de diferenciação permite que a partir das células-tronco embrionárias possamos cultivar os mais diferentes tipos celulares, abrindo a possibilidade de construir *in vitro*, na placa de cultura, tecidos e órgãos.

Mas foi apenas em 1998, que James Thomson e colaboradores (8) conseguiram imortalizar células ES de embriões humanos. No mesmo ano, células embrionárias germinativas humanas (EG do inglês “*embryonic germ cells*”), derivadas das células reprodutivas primordiais de fetos, foram imortalizadas por John Gearhart e colaboradores (9). Estas células, como as células ES, são pluripotentes, podendo se diferenciar em qualquer célula do organismo adulto.

A disponibilidade de células ES e EG humanas abriu novos horizontes para a medicina regenerativa, mas também trouxe complexos problemas ético-religiosos. Ao mesmo tempo, a disponibilidade de células ES humanas e os experimentos de transferência nuclear tornaram a clonagem de seres humanos uma possibilidade cada vez mais real, embora até hoje não realizada. De fato, as Sociedades e Academias de Ciência apoiam a chamada clonagem terapêutica, mas condenam a clonagem reprodutiva. Mas como veremos adiante, estas questões foram superadas pelo próprio desenvolvimento científico.

## Células-tronco adultas

Desde a década de 1960 sabe-se que organismos adultos têm a capacidade de autorregenerar determinados tecidos como a pele, o epitélio intestinal e principalmente o sangue, que tem suas células constantemente destruídas e renovadas, num complexo processo de proliferação e diferenciação celular. O processo de renovação celular é tão intenso que diariamente 213 novas células sanguíneas entram na circulação.

A noção de que praticamente todos tecidos e órgãos do corpo humano, como pâncreas, coração e sistema nervoso, têm um estoque de células-tronco, com uma capacidade limitada de regeneração tecidual após injúria, é razoavelmente recente. Esse novo conhecimento representou uma quebra importante de paradigma, pois órgãos como cérebro e coração foram considerados, por quase um século, como pós-mitóticos, ou seja, incapazes de regeneração. A presença de células-tronco órgão específicas é que tem justificado o uso de células-tronco derivadas de medula óssea em ensaios clínicos experimentais de terapia celular para os mais diversos tipos de doenças intratáveis. É que, embora em um curto período de tempo, entre 1998 e 2002, vários trabalhos na literatura sugeriram que as células de medula óssea pudessem se diferenciar em quase todos os tipos celulares do organismo adulto (10, 11, 12) (dando-lhes, portanto, um caráter pluripotente), esse conceito foi abandonado a partir de 2002, quando experimentos mais cuidadosos (13, 14, 15) revelaram que a diferenciação de uma célula-tronco de medula óssea só gerava células sanguíneas (a hipótese da transdiferenciação – transformação de uma célula-tronco hematopoética em qualquer célula de um organismo adulto – foi abandonada). Atualmente, o uso de células de medula óssea em ensaios clínicos experimentais de doenças não hematológicas só se justifica pelo fato de que essas células são capazes de secretar uma série de fatores (angiogênicos, anti-apoptóticos e de crescimento celular), que através desse efeito parácrino estimulam as células-tronco residentes em cada órgão específico a proliferar e diferenciar nos tipos celulares característicos daquele órgão.

## Células-tronco de pluripotência induzida

Embora a pluripotencialidade das células-tronco de medula óssea tenha sido descartada no início do milênio, experimentos conduzidos por Shinya Yamanaka demonstraram que era possível transformar, através de manipulação gênica, uma célula adulta em pluripotente (16). De fato, para operar essa transformação não era nem necessário que a célula adulta fosse uma célula-tronco; podia-se fazer isso com a expressão forçada de apenas quatro genes em células como fibroblastos da pele.

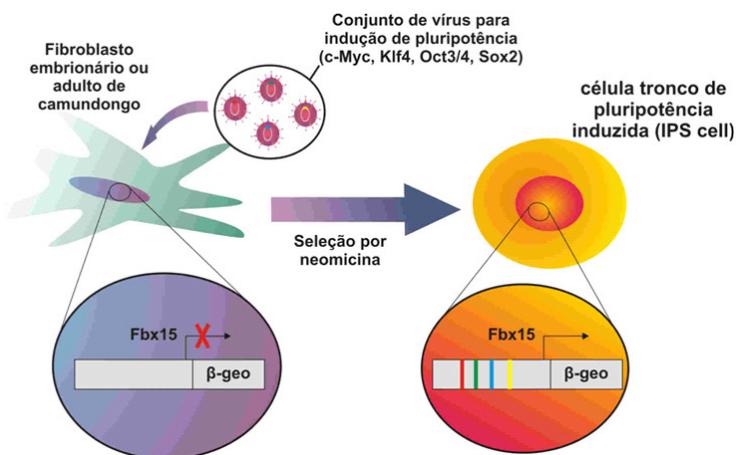


Figura 2 – Geração de células de pluripotência induzida (iPSC). Um fibroblasto adulto ou embrionário é transduzido com um vetor que contém um gene de seleção ( $\beta$  geo) acoplado ao promotor de um gene só expresso em células-tronco embrionárias (Fbx15). Em seguida são introduzidos no fibroblasto vírus contendo os genes dos quatro fatores de pluripotência listados (c-Myc; Klf4; Oct3/4; Sox2). Faz-se então a seleção das células com a neomicina. Apenas as células que expressam o gene  $\beta$  geo, que confere resistência à neomicina, sobreviverão na cultura. Como esse gene só é expresso se o promotor de Fbx15 for ativado, apenas as células reprogramadas para um estado de células-tronco embrionárias sobreviverão.

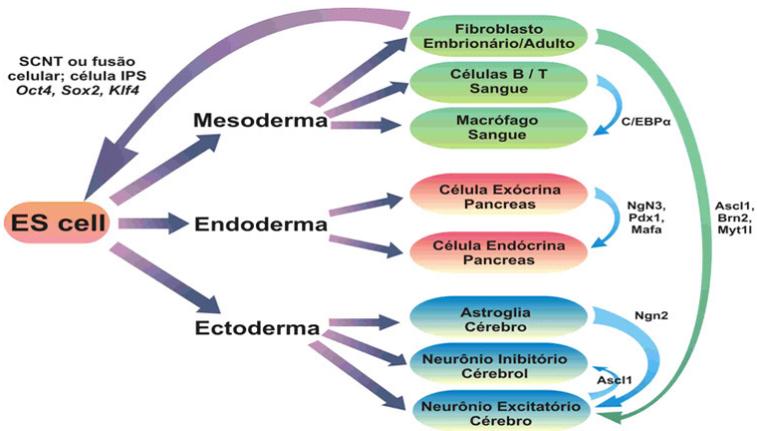
Essa descoberta revolucionária levou Yamanaka ao prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina em 2012 (partilhado com John Gurdon). A geração das células-tronco de pluripotência induzida (iPSC), inicialmente em camundongos (2006), foi rapidamente reproduzida em células humanas, já em 2007 (17). De lá para cá, inúmeros laboratórios vêm demonstrando que é possível induzir iPSC a partir dos mais variados tipos de células adultas, através da expressão de um número cada vez menor de genes exógenos. Essas iPSC, como as células-tronco embrionárias, podem se diferenciar em qualquer tipo celular de um organismo adulto, dependendo de como se manipulam as condições de cultivo celular. Embora as iPSC representem a possibilidade de uso de células do próprio paciente em terapias regenerativas no futuro, seu uso atualmente se restringe a modelar doenças humanas *in vitro* e testar os efeitos de drogas sobre as células humanas diferenciadas a partir de iPSC geradas do paciente.

## Reprogramação Direta

A constatação de que a manipulação gênica podia transformar uma célula adulta em pluripotente levou os pesquisadores a se indagar se não seria possível eliminar o estágio de pluripotência, e, através da expressão forçada de alguns genes, transformar diretamente um tipo celular adulto em outro – um processo denominado de reprogramação direta. A grande vantagem deste processo para a medicina regenerativa é que se evitam todos os problemas associados à introdução de células pluripotentes em um paciente – essencialmente a possibilidade de que alguma dessas células, que ainda retenha sua pluripotência, acabe por gerar tumores no paciente.

Os primeiros experimentos com a reprogramação direta usaram a introdução de genes exógenos para transformar células

de mesma origem embrionária (ectoderma, mesoderma ou endoderma) de um tipo celular em outro. Assim, foi possível transformar linfócitos em macrófagos (18), células exócrinas em endócrinas no pâncreas (19) e glia em neurônios (20).



O sucesso nestes experimentos levou os pesquisadores a ousar mais e em 2009 foi relatada a reprogramação de fibroblastos em neurônios com a expressão forçada de apenas 3 genes (21). Em 2010, foi descrita a reprogramação de fibroblastos em cardiomiócitos (22) e mais recentemente, a reprogramação de fibroblastos em hepatócitos (23).

A possibilidade de transformar tecido cicatricial (fibroblastos) em células residentes dos órgãos lesados abre possibilidades inimagináveis para a medicina regenerativa. Entretanto, ainda há muitos obstáculos a vencer antes que essa tecnologia possa ser aplicada a pacientes.

## Referências

- (1) De Robertis EM. Spemann's organizer and self-regulation in amphibian embryos. *Nat Rev Mol Cell Biol.* 2006 Apr; 7(4): 296-302.
- (2) Gurdon, J. B. (1962). "The developmental capacity of nuclei taken from intestinal epithelium cells of feeding tadpoles". *Journal of embryology and experimental morphology* 10: 622-640. PMID 13951335.
- (3) Campbell KH, McWhir J, Ritchie WA, Wilmut I (March 1996). "Sheep cloned by nuclear transfer from a cultured cell line". *Nature* 380 (6569): 64-6. doi:10.1038/380064a0. PMID 8598906.
- (4) Evans M, Kaufman M (1981). "Establishment in culture of pluripotent cells from mouse embryos". *Nature* 292 (5819): 154-6. doi:10.1038/292154a0. PMID 7242681.
- (5) Keller G, Kennedy M, Papayannopoulou T, Wiles MV. (1993) "Hematopoietic commitment during embryonic stem cell differentiation in culture". *Mol Cell Biol.* 1993 Jan.;13(1): 473-86.
- (6) Fraichard A, Chassande O, Bilbaut G, Dehay C, Savatier P, Samarut J. In vitro differentiation of embryonic stem cells into glial cells and functional neurons. *J Cell Sci.* 1995 Oct.;108 (Pt 10): 3181-8.
- (7) Liu S, Qu Y, Stewart TJ, Howard MJ, Chakraborty S, Holekamp TF, McDonald JW. Embryonic stem cells differentiate into oligodendrocytes and myelinate in culture and after spinal cord transplantation. *Proc Natl Acad Sci USA.* 2000 May 23;97(11): 6126-31.
- (8) Thomson JA, Itskovitz-Eldor J, Shapiro SS, Waknitz MA, Swiergiel JJ, Marshall VS, Jones JM (1998). Embryonic stem cell lines derived from human blastocysts. *Science* 1998 Dec 4;282(5395): 1827.
- (9) Shambloott MJ, Axelman J, Wang S, Bugg EM, Littlefield JW, Donovan PJ, Blumenthal PD, Huggins GR, Gearhart JD (1998).

- Derivation of pluripotent stem cells from cultured human primordial germ cells. *Proc Natl Acad Sci USA*. 1998 Nov 10;95(23): 13726-31.
- (10) Ferrari, G., Cusella-De Angelis, G., Coletta, M., Paolucci, E., Stornaiuolo, A., Cossu, G., and Mavilio, F. (1998). Muscle regeneration by bone marrow-derived myogenic progenitors. *Science*. 279: 1528–1530.
  - (11) Orlic, D., Kajstura, J., Chimenti, S., Jakoniuk, I., Anderson, S.M., Li, B., Pickel, J., McKay, R., Nadal-Ginard, B., Bodine, D.M., Leri, A., and Anversa, P. (2001). Bone marrow cells regenerate infarcted myocardium. *Nature*. 410: 701–705.
  - (12) Alison, M.R., Poulosom, R., Jeffery, R., Dhillon, A.P., Quaglia, A., Jacob, J., Novelli, M., Prentice, G., Williamson, J., and Wright, N.A. (2000). Hepatocytes from non-hepatic adult stem cells. *Nature*. 406: 257.
  - (13) Terada N, Hamazaki T, Oka M, Hoki M, Mastalerz DM, Nakano Y, Meyer EM, Morel L, Petersen BE, Scott EW. Bone marrow cells adopt the phenotype of other cells by spontaneous cell fusion. *Nature*. 2002 Apr 4;416(6880): 542-5. Epub 2002 Mar 13.
  - (14) Wang X, Willenbring H, Akkari Y, Torimaru Y, Foster M, Al-Dhalimy M, Lagasse E, Finegold M, Olson S, Grompe M. Cell fusion is the principal source of bone-marrow-derived hepatocytes. *Nature*. 2003 Apr 24;422(6934): 897-901. Epub 2003 Mar 30.
  - (15) Wagers AJ, Sherwood RI, Christensen JL, Weissman IL. Little evidence for developmental plasticity of adult hematopoietic stem cells. *Science*. 2002 Sep 27;297(5590): 2256-9. Epub 2002 Sep 5.
  - (16) Takahashi, K.; Yamanaka, S. (2006). “Induction of Pluripotent Stem Cells from Mouse Embryonic and Adult Fibroblast Cultures by Defined Factors”. *Cell* 126 (4): 663. doi:10.1016/j.cell.2006.07.024. PMID 16904174.

- (17) Baker, Monya (2007-12-06). “Adult cells reprogrammed to pluripotency, without tumors”. *Nature Reports Stem Cells*. doi:10.1038/stemcells.2007: 124.
- (18) Xie H, Ye M, Feng R, Graf T. Stepwise reprogramming of B cells into macrophages. *Cell* [2004, 117(5):663-676. DOI: 10.1016/S0092-8674(04)00419-2.
- (19) Zhou Q, Brown J, Kanarek A, Rajagopal J, Melton DA. In vivo reprogramming of adult pancreatic exocrine cells to beta-cells. *Nature*. 2008 Oct 2;455(7213): 627-32. Epub 2008 Aug 27. PMID: 18754011.
- (20) Heinrich C, Götz M, Berninger B. Reprogramming of postnatal astroglia of the mouse neocortex into functional, synapse-forming neurons. *Methods Mol Biol*. 2012;814: 485-98. PMID: 22144327.
- (21) Vierbuchen T, Ostermeier A, Pang ZP, Kokubu Y, Sudhof TC, Wernig M. Direct conversion of fibroblasts to functional neurons by defined factors. *Nature*. 2010 Feb 25;463(7284): 1035-41. Epub 2010 Jan 27.
- (22) Ieda M, Fu JD, Delgado-Olguin P, Vedantham V, Hayashi Y, Bruneau BG, Srivastava D. Direct reprogramming of fibroblasts into functional cardiomyocytes by defined factors. *Cell*. 2010 Aug 6;142(3): 375-86.
- (23) Sekiya S, Suzuki A. Direct conversion of mouse fibroblasts to hepatocyte-like cells by defined factors. *Nature*. 2011 Jun 29;475(7356):390-3. doi: 10.1038/nature10263.

## 2. DIÁLOGOS

# Abordagem humanística em Saúde

---

Coordenadores:

**Jerson Laks**

**Francisco Barbosa Neto**

Literatura e formação humanística em Medicina

**Dante Marcello Claramonte Gallian**

Narrativas pessoais em processos de tratamento da saúde

**Heliana de Barros Conde Rodrigues**



# Literatura e formação humanística em Medicina: o experimento do Laboratório de Humanidades da EPM/UNIFESP

---

## **Dante Marcello Claramonte Gallian**

Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde (CeHFi) –  
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Em uma de suas obras mais recentes, que repercutiu de maneira contundente no meio acadêmico e cultural, Tzvetan Todorov, fazendo uma espécie de *mea culpa* intelectual, pondera como o desenvolvimento prodigioso da crítica e da teoria literária ao longo do último século acabou “sequestrando” a grande literatura do público comum, tornando-a quase inacessível (TODOROV, 2007). A partir das leituras e interpretações autorizadas e autoritárias da crítica especializada, oficializadas e impostas pelos aparelhos ideológicos nas esferas educacionais e culturais, as grandes obras, os clássicos da literatura universal, passaram a ser território de especialistas e iniciados. Tal empoderamento determinou, segundo o crítico búlgaro, um afastamento de uma das mais importantes e poderosas fontes de humanização do homem moderno, o que vem contribuindo fortemente para o radical empobrecimento cultural e ético que se verifica em nossos tempos.

Libertar a literatura do “espartilho asfíxiante” das críticas formalistas é, portanto, segundo Todorov, o caminho para desenvolver-lhe seu caráter humanista, resgatando o seu papel de fornecer às pessoas “uma verdade e uma capacidade de estar no mundo.” É preciso lembrar as pessoas de que os grandes escritores escreveram suas obras para serem lidas não por críticos e especialistas acadêmicos, mas para todos os homens e mulheres que buscam na literatura uma luz, um consolo, um caminho de encontro e compreensão de si mesmos.

Há pouco mais de oito anos, de maneira absolutamente espontânea, começamos, na Escola Paulista de Medicina da UNIFESP, a promover uma atividade que vem possibilitando a realização dessa experiência libertadora e humanizadora reivindicada por Todorov.

Com uma pequena turma de estudantes que haviam cursado conosco a disciplina eletiva de História da Medicina e com os quais havíamos lido e discutido textos clássicos da arte médica, iniciamos um grupo de leitura e discussão de obras literárias, num horário extra-classes. Começando com contos ou livros pequenos, aos poucos o grupo cresceu em número e ambição, passando a “enfrentar” obras clássicas de grande porte, como *Dom Quixote* de Cervantes, *A Tempestade* de Shakespeare, ou *O Idiota* de Dostoievski. Foi assim que nasceu o Laboratório de Humanidades do Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde (CeHFI) da EPM-UNIFESP.

A descoberta de que “qualquer um”, ou seja, de que alguém que não fosse um especialista ou iniciado, ou nem mesmo estudante da área de Letras ou Ciências Humanas, pudesse ler, entender e, mais do que tudo, vibrar com os clássicos da literatura universal, foi fonte de grande admiração e alegria. Mais do que isso, entretanto, aquele novo “experimento”, realizado em nosso peculiar laboratório, acabou por se revelar um inusitado e poderoso meio de formação, de humanização – elemento

tão necessário quanto discutido e almejado no âmbito da medicina e das ciências da saúde em geral.

Verificou-se que a experiência desencadeada pela leitura e, mais ainda, pelo compartilhamento das leituras nas reuniões semanais do Laboratório de Humanidades, não apenas atendiam ao desejo e necessidade de contato com aquelas obras, como também os estimulava, suscitando a elaboração e expressão de afetos, sentimentos, ideias, por parte de cada participante. Um autêntico processo de transformação, de “ampliação da esfera do ser”, para usar uma expressão tomada de empréstimo de Montesquieu por Teixeira Coelho (2001), é testemunhado por muitos do que participam dessa experiência laboratorial com os clássicos da literatura.

O “experimento” laboratorial nos ensina: a literatura, a narrativa literária, nos interpela primeiramente como acontecimento estético, no sentido original da palavra grega *aestesis* (despertar, inverso de *anestesis*, anestesiari) mobilizando-nos afetivamente – gostamos de ouvir e ler histórias porque elas nos afetam; trazem-nos prazer, alegria, comoção, ódio, terror... Ou seja, a literatura nos “pega” porque nos lembra que estamos vivos e que temos um coração e um corpo para sentir.

Em segundo lugar, a experiência laboratorial mostra que este despertar afetivo produzido pelo acontecimento estético que a leitura proporciona desencadeia um poderoso movimento reflexivo; ou seja, a tempestade de afetos, sentimentos, ideias suscitadas pela leitura exige um espaço de escape, de expressão. A forma e a dinâmica do Laboratório de Humanidades, ao proporcionar este espaço, através de seus encontros presenciais semanais e virtuais permanentes, permitem não apenas que esses conteúdos, impressões e opiniões sejam expressos, mas também elaborados, confrontados, reestruturados, enfim, trabalhados. Assim, sem deixar de ser um espaço de comunicação de sensações e afetos, o Laboratório se constitui, naturalmente,

num espaço de trabalho do pensamento, de reflexão, de elaboração filosófica no sentido mais radical e primitivo desta expressão, ou seja, de mergulho e encontro com as questões essenciais da existência humana.

Tal acontecimento não é mérito exclusivo da dinâmica laboratorial. Na verdade, o LabHum (como é familiarmente chamado o Laboratório de Humanidades) apenas propicia e potencializa uma virtude que é da própria literatura. Como apontava Todorov, a literatura caracterizou-se historicamente por proporcionar sempre o acesso “a uma certa verdade sobre o mundo e sobre o homem.” “Que melhor introdução à compreensão das paixões e dos comportamentos humanos do que uma imersão na obra dos grandes escritores que se dedicam a essa tarefa há milênios?” – pergunta-nos o autor de *A literatura em perigo* (TODOROV, 2007, p.36).

Corroborando as considerações de Todorov, outro crítico contemporâneo, membro do Collège de France, para quem também “é tempo de se fazer novamente o elogio da literatura, de protegê-la da depreciação na escola e no mundo”, Antoine Compagnon, em sugestivo ensaio intitulado *Literatura para quê?* (2009), seguindo a trilha já palmilhada por Ítalo Calvino, lembra que as coisas que a literatura pode procurar e ensinar são pouco numerosas mas insubstituíveis: a maneira de ver o próximo e si mesmo, de atribuir valor às coisas pequenas ou grandes, de encontrar as proporções da vida, e o lugar do amor nela, e sua força e seu ritmo, e o lugar da morte, a maneira de pensar e de não pensar nela, e outras coisas necessárias e difíceis, como a rudeza, a piedade, a tristeza, a ironia, o humor.

Pouco numerosas, mas insubstituíveis: as questões essenciais da existência humana, enfim. Questões inevitáveis e que se impõem a todo aquele se vê inquieto diante da experiência do ser. Questões que vêm sendo formuladas e enfrentadas desde tempos imemoriais na história da humanidade e que na

tradição ocidental foram sendo abarcadas e reivindicadas pela filosofia. Questões essenciais que, na medida em que foram sendo “aprisionadas” primeiramente pela filosofia e posteriormente “desqualificadas” ou “requalificadas” pelas ciências, foram ficando, paulatinamente, distantes, exotéricas, abstratas e, tal como o ocorreu com a própria literatura, “proibidas” para as pessoas comuns.

Desta forma, o “resgate da literatura” defendido por Todorov e Compagnon representa também o resgate da capacidade de pensar, de refletir sobre essas grandes questões de uma forma muito mais real, concreta, “interna”, enfim, humanizada. Isso porque, como afirma Compagnon (2009, p. 33):

Com a literatura, o concreto se substitui ao abstrato e o exemplo à experiência para inspirar as máximas gerais ou, ao menos, uma conduta em conformidade com tais máximas.

Possibilitando acessar uma experiência sensível e um conhecimento moral que seria difícil, até mesmo impossível de se adquirir através da leitura dos tratados filosóficos e científicos, a literatura contribui de forma insubstituível não apenas para nossa “educação sentimental”, como também para nossa formação ética, tanto prática como especulativa.

Citando Zola, Compagnon afirma:

A verdade é que as obras-primas do romance contemporâneo dizem muito mais sobre o homem e sobre a natureza do que graves obras de Filosofia, de História e de Crítica. (Idem, p.26)

E complementa:

Exercício de reflexão e experiência de escrita, a literatura responde a um projeto de conhecimento do homem e do mundo. Um ensaio de Montaigne, uma tragédia de Racine, um poema de Baudelaire, o romance de Proust nos ensinam mais sobre a vida do que longos tratados científicos. Tal foi por muito tempo a justificativa da leitura ordinária e a premissa da erudição literária. A ciência as desqualificou? É o que parece (Id. *ibid.*).

Fundamentado e lastreado por essa “virtude filosófica” própria da literatura, a experiência do Laboratório de Humanidades nada mais faz, portanto, do que dinamizar e potencializar essa qualidade ontológica dos grandes clássicos, gerando um espaço de autêntica reflexão, descoberta e humanização. Assim, da experiência estética da leitura compartilhada nasce, no âmbito da dinâmica laboratorial, um movimento amplificado de reflexão e interpretação que, sem se estruturar numa tese ou conclusão fechada, permite a elaboração de um conhecimento; um conhecimento que é ao mesmo tempo individual e coletivo, subjetivo e objetivo, e que se estabelece como uma nova visão sobre “a verdade do mundo e do homem”. Visão esta que não apenas responde à dimensão dos anseios de uma ética especulativa, mas também de uma ética prática, pois como tem sido possível observar também, a experiência com a literatura no Laboratório acaba por afetar não apenas o plano dos sentimentos e da inteligência, mas também da vontade. Diante de toda essa mobilização gerada pela experiência estética, não é possível evitar um novo posicionamento no âmbito ético.

E aqui se confirma mais uma vez a constatação não só teórica mas também histórica de Compagnon (2009, p. 45):

Seu poder emancipador [da literatura] continua intacto, o que nos conduzirá por vezes a querer derrubar os ídolos e a mudar o mundo, mas quase sempre nos tornará simplesmente mais sensíveis e mais sábios, em uma palavra, melhores.

Tal é o resultado do experimento que se tem verificado no Laboratório de Humanidades ao longo desses últimos anos. Movimento de sensibilização e de mobilização no plano intelectual e ético; humanização efetiva, com efetivo impacto no âmbito educacional e profissional no campo da saúde, como vêm atestando os estudos que estão sendo realizados .

## Referências

COMPAGNON, A. *Literatura para Quê?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TEIXERA COELHO, “A Cultura como Experiência”, in RIBEIRO, Renato Janine (org.), *Humanidades; um novo curso na USP*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 65- 101.

TODOROV, T. *A Literatura em Perigo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.



# Narrativas pessoais em processos de tratamento da saúde: o que fazemos com o que nos contam?

---

## **Heliana de Barros Conde Rodrigues**

Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Certos títulos e resumos anteriormente propostos para esta apresentação parecem ter provocado inquietações. Conhecendo pouco meus futuros interlocutores, talvez eu tenha usado um estilo excessivamente acadêmico para me referir às coisas simples que desejo abordar – vícios do ofício de professora universitária, certamente!

Esses acontecimentos não são alheios à temática desta mesa, como pretendo que fique claro no decorrer de minha breve exposição. A escrita – refiro-me aos títulos e resumos previamente enviados<sup>1</sup> – atua fixando e, talvez principalmente, arrancando de seu contexto, palavras que, no campo da oralidade, estão ligadas a uma arena de lutas e de polêmicas – palavras

---

1 Os títulos anteriormente propostos foram “Para a Filosofia, toda boa matéria deve ser alheia - Normatividade e normalização na História Oral da Saúde” e “Abordagem Humanística em Saúde - O que fazemos com o que nos contam?”.

sempre prontas, nesse sentido, a se modificar e, até mesmo, a inverter seu sentido inicial, quando faladas/trocadas.

Sendo assim, sinto-me muito mais livre agora que falo com vocês – por mais que o pânico que sempre me assedia às vésperas de eventos me tenha levado a escrever previamente minha comunicação. Vale acrescentar que uma futura publicação também o justifica – para o bem e para o mal.

Mas, já que me sinto mais livre, ousou combinar termos e destacar expressões. Primeiramente, que o título permaneça como “Narrativas pessoais em processos de tratamento de saúde”, mas que se lhe acrescente o subtítulo “O que fazemos com o que nos contam?”.

Além disso, destaco as narrativas pessoais: a apresentação será composta de três delas. E, também, o tratamento da saúde: profissionais do campo da saúde tratam de pessoas; por minha parte, tratarei, na medida do possível, do problema saúde. Nesse processo, contarei algumas histórias, na intenção de que elas afetem, por pouco que seja, a maneira como vocês lidam com aquilo que as pessoas de que tratam lhes contam.

Passemos, pois, às narrativas.

1. Segunda Guerra Mundial, a França ocupada pelos nazistas. Georges, um filósofo de trinta e poucos anos, até então um pacifista radical, percebe, na situação vivida, a exigência de instauração de novas normas de vida. Decide-se a estudar medicina e, quase ao mesmo tempo, torna-se Lafont – pseudônimo sob o qual colabora com o movimento Liberação-Sul da Resistência. Este foi, por sinal, o único momento em que Georges exerceu a prática médica: nunca mais voltou a fazê-lo e jamais se inscreveu nos conselhos da profissão. “Foi médico apenas na guerra e pela guerra: um médico (...) do presente e do instante, do acontecimento e do trauma” (ROUDINESCO, 2007, p. 28).

Paradoxalmente, em 1943 – ainda, portanto, durante essa guerra em que cria normas e arrisca a vida –, Georges CANGUILHEM (este é seu nome de autor) defende sua tese de medicina intitulada “Ensaio sobre alguns problemas relativos ao normal e ao patológico” – texto que até hoje nos perturba, pois, sem dizer uma única palavra sobre o ocupante nazista, decerto o tem em mira como condição de produção crítica:

Se a entrada na medicina permitiu ao filósofo Canguilhem transformar-se em Lafont, foi porque a Resistência, como rebelião singular, funcionou para ele como o paradigma de uma descontinuidade na ordem da normatividade, isto é, como momento da adoção de uma nova norma, com raízes na vida (...). Nunca será o bastante enfatizar quanto a coincidência vivida entre duas modalidades da filosofia da ação – ato de resistir, ato de cuidar – inspirou a Canguilhem sua reflexão sobre a natureza da normalidade. (ROUDINESCO, 2007, p. 29)

Pois onde estarão a norma e o normal nesse momento? Do lado da submissão prudente, da adaptação à égide nazista, da sobrevivência às custas de uma obediência? Ou, ao contrário, do lado da invenção de uma outra norma – arriscada, móvel, ruptural, experimentante –, por mais que ela possa conduzir até mesmo à morte?

Tanto Canguilhem quanto sua tese de medicina engajam-se na segunda dessas direções. Voltaremos à tese mais tarde. No momento, guardemos apenas duas afirmações nela contidas, à maneira de aforismos: “Viver é, mesmo para uma ameba, preferir e excluir” (CANGUILHEM, 2002, p. 126); “A vida não é (...), para o ser vivo, uma dedução monótona, um movimento

retilíneo; ela ignora a rigidez geométrica, ela é debate ou explicação (...) com um meio em que há fugas, vazios, esquivas e resistências inesperadas” (CANGUILHEM, 2002, p.160).

2. Estados Unidos, 1945, fim da Segunda Guerra Mundial. O jornalista e historiador Allan tem um grande projeto: antes que morram certos “grandes homens” (da economia, da política, das armas, da cultura) – a guerra sinalizara fortemente essa eventualidade –, pretende gravar suas palavras sobre a passagem do tempo e com elas montar, em uma grande universidade – a de Columbia –, um acervo de documentos orais. Para tanto, conta com uma tecnologia criada pelos alemães – o gravador de fita – e com doações feitas por um recentemente falecido milionário. Porém Allan NEVINS (eis seu nome de autor) não consegue sucesso imediato: ele grava e arquiva, é certo; mas seus pares, os historiadores, embora digam que não se faz História sem documentos, consideram que o último termo é sinônimo de “documento escrito”. Assim, os poucos interessados pelo acervo que começa a ser montado em Columbia não têm paciência para escutar narrativas longas e hesitantes, cheias de pausas e de ensaios preparatórios, antes que o tema em pauta adquira consistência. Quando as admitem como fontes históricas, preferem que estejam escritas – ou melhor, transcritas –, preto no branco, acrescidas de índices e páginas numeradas para facilitar as citações.

Nem assim Allan Nevins desiste. Empenha-se, junto a inicialmente poucos companheiros, na criação de uma Associação Nacional de História Oral. Acabará por ser bem sucedido, mas, como poderia dizer Canguilhem, sob novas normas. Os jovens, de idade ou de espírito, estão pouco interessados em industriais, governantes e gerais. Preferem gravar as vozes de homens até então silenciados, de homens infames – negros,

índios, trabalhadores braçais, imigrantes, serviços e, até mesmo, mulheres! Sendo assim, nos anos 1960 e 1970, a História Oral norte-americana se terá afirmado não tanto como um “arquivismo” voltado à História das Elites, mas como um “ativismo” disposto a fazer ressoar as palavras das pessoas comuns.

Este brevíssimo relato decerto não faz justiça às batalhas políticas, acadêmicas, éticas e estéticas que levaram a substituir uma indignação cientificista inicial – “Mas como? Você pretende trabalhar, no campo da História, com a oralidade?” – por uma aceitação, ou mesmo convite, em sentido oposto – “Por que você não utiliza, em sua pesquisa, narrativas orais?”. Nesse segundo momento, confluências internacionais já haviam feito, da História Oral, um campo polifônico: a partir da segunda metade dos anos 1970, congressos e encontros engendram uma Babel de idiomas e nações que, além de valorizarem a oralidade, sobre ela refletem criticamente, em especial no que tange à sua singularidade, ao que a faz diferente de outros procedimentos e produtos (PORTELLI, 1998).

No Brasil, essa explosão de vozes será mais tardia: a Ditadura Civil-Militar mais se fazia de silenciamentos que de tagarelices. Sem que entremos em detalhes sobre a conquista de certas liberdades, cumpre assinalar apenas que a ênfase nos Direitos Humanos favoreceu a expansão da escuta e a coragem do narrar, inclusive no campo da saúde. Este passa, em parte com isso e por isso, a ser dito “humanizado”. Começa-se a demandar atenção às narrativas, cotidianas ou deliberadamente solicitadas, de todos os envolvidos, sejam como agentes, sejam como pacientes. Em tais circunstâncias, principalmente estes últimos teriam assim a oportunidade de escapar ao lugar passivo sugerido pelo termo e passariam a exercer seu “direito à saúde”. Não nos apressemos, contudo, em concluir.

3. França, década de 1960. Michel, um filósofo de trinta e poucos anos, filho de cirurgião e que fora aluno de Georges na Escola Normal parisiense, gosta de voltar-se, como seu mestre, para matérias em princípio estranhas à Filosofia instituída. Após defender, em 1961, uma tese em que a loucura prevalece sobre a Psiquiatria – segundo ele, a primeira, em lugar de libertada, teria sido silenciada pela segunda –, volta-se para a prática da medicina através de novo trabalho histórico, intitulado “O nascimento da clínica”, datado de 1963.

Tal qual Georges Canguilhem, Michel FOUCAULT (este é seu nome de autor) tem por alvo crítico a versão positivista da suposta ciência médica, bem como de sua história. Mas ao passo que Canguilhem tentara fazê-lo mediante uma defesa da especificidade da vida, segundo ele irreduzível à distribuição quantitativa de índices físico-químicos, Foucault fala não de um “vitalismo”, mas de um “mortalismo” como condição de existência da clínica e da medicina modernas. Estas teriam nascido não em virtude do abandono dos antigos mitos e figuras da imaginação, substituídos, na linha de um progresso da razão, pela observação empírica até então supostamente inexistente, e sim da constituição de um novo olhar médico, associado a uma nova formação médica e a um novo estatuto da medicina no seio das sociedades.

O novo olhar penetra na profundidade do corpo morto – a clínica moderna é produto de uma anatomopatologia – para identificar, nos órgãos e nos tecidos – mais tarde nas células e em sua bioquímica – uma multiplicidade de lesões (pequenas mortes) que explicariam simultaneamente as doenças (que a elas sucumbem) e a própria vida (que a elas resiste). Para tanto, esta nova medicina tem a seu dispor corpos hospitalizados – de hospedaria-morredouro, o hospital se transforma em “máquina de curar” e “máquina de ensinar” –, bem como o corpo da população, que ela agora esquadrinha, a princípio sob a égide

do combate às epidemias e a seguir da produção da higiene e da saúde públicas – funções para as quais, a partir dos séculos XVIII e XIX, se vê convocada e legitimada. A respeito, Foucault afirma: “A medicina não deve mais ser apenas o corpus das técnicas da cura e do saber que estas requerem; envolverá, também, um conhecimento do homem saudável, isto é, ao mesmo tempo uma experiência do homem não doente e uma definição do homem modelo. Na gestão da existência humana, ela assume uma postura normativa, que não só a autoriza a distribuir conselhos de vida equilibrada, mas a reger as relações físicas e morais do indivíduo e da sociedade em que ele vive” (FOUCAULT, 1987, p. 39).

Concluídas as três pequenas narrativas, podemos passar a nossa pergunta-subtítulo: o que fazemos com o que nos contam quando se trata de saúde, ou, melhor dizendo, com o tanto que nos contam, na medida em que as narrativas orais (e a História Oral) são hoje vistas como instrumentos de humanização no campo da saúde?

Na companhia de Canguilhem e de Foucault, pudemos apreender críticas radicais à pretensa objetividade do positivismo biológico. A tese de Canguilhem se opõe frontalmente à perspectiva representada, em especial, por Claude Bernard, para quem o patológico nada mais seria do que uma variação quantitativa das funções normais que o cientista – no caso, fisiologista – estuda, fixa e determina em seu laboratório experimental. Para Canguilhem, a medicina não é uma ciência, mas uma arte da vida. O “vivo”, por sua vez, é o sujeito de uma experiência de sofrimento, de mal viver, de vida contrariada, irreduzível a índices objetivos. A esse respeito, ele adverte:

O médico tem tendência a esquecer que são os doentes que chamam o médico (...). O fisiologista tem tendência a esquecer que a fisiologia foi precedida

por uma medicina clínica e terapêutica (...); em matéria de biologia, é o *pathos* que condiciona o *logos* (...). A vida só se eleva à consciência e à ciência de si mesma pela inadaptação, pelo fracasso e pela dor. (CANGUILHEM, 2002, p. 169).

Além disso, essa singularidade existencial, essa consciência do sofrimento – sem a qual não há qualquer ciência da vida – deve ser considerada em relação ao que se pode denominar “o vivo do vivo” (MACHEREY, 2009, p. 100). Trata-se, no caso, não tanto de uma vivência consciente do doente – ponto de vista prioritariamente verdadeiro, sem dúvida –, mas de algo menos explícito que, em acréscimo, torna a vida irreduzível a qualquer objetivismo e/ou quantitativismo. Canguilhem assim o expressa:

Ser sadio significa não apenas ser normal numa situação determinada, mas ser, também, normativo (...). O que caracteriza a saúde é a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir novas normas em situações novas. (CANGUILHEM, 2002, p. 158)

A vida não está submetida, portanto, como que do exterior, às normas; pois estas, como potência imanente do vivo, são o produto de seu próprio movimento. Por esse motivo, conclui Canguilhem:

Ao contrário de certos médicos sempre dispostos a considerar as doenças como crimes, porque os interessados são de certa forma responsáveis, por excesso ou omissão, achamos que o poder e

a tentativa de se tornar doente são uma característica essencial da fisiologia humana (...); a possibilidade de abusar da saúde faz parte da saúde. (...) A saúde é uma maneira de abordar a existência com uma sensação não apenas de possuidor ou portador, mas também, se necessário, de criador de valor, de instaurador de normas vitais (Idem, p. 162-163).

Tão crítico quanto seu mestre das pretensões de objetividade do positivismo biológico, Foucault fala de outro tipo de normas. Estas não remetem à experiência vivida consciente, tampouco à potência imanente do vivo de criar novas normas vitais, mas às normas de saber que definem o solo da medicina e da clínica modernas, bem como àquelas que tal medicina e tal clínica distribuem sobre indivíduos e populações, que se tornam, com isso, seus pontos de aplicação. Normas epistemológicas, por um lado; por outro, em necessária correlação com as primeiras, normas políticas. Melhor seria falar, aqui, de normalização médica da vida que de normatividade inerente ao vivo. As normas de que fala Foucault configuram uma experiência anônima e coletiva a que todos estamos vinculados: são experiências históricas de seres vivos – humanos, no caso –, no presente, e não experiências do ser vivo na qualidade de nível singular de real, irreduzível à matéria (MACHEREY, 2009, p. 104).

Com apoio em Canguilhem e Foucault, podemos, neste momento, multiplicar nossa indagação-subtítulo: usamos as narrativas orais no campo da saúde simplesmente para ilustrar, na forma de “casos-exemplo”, esquemas de saber-ação previamente estabelecidos pelos cânones fisiológicos de normalidade? Qualquer anomalia anatômica ou fisiológica, independentemente da experiência narrada pelos sujeitos, é por nós diagnosticada,

cientificamente, como anormalidade? Apesar de ouvir as narrativas de nossos pacientes, pois devemos ter um sistema de saúde humanizado, ignoramos ativamente suas possibilidades de instaurar novas normas e os queremos dóceis e obedientes às normalizações médicas instituídas?

Ou, ao contrário, essas narrativas são efetivamente dotadas da potência de nos transformar, de ser a ocasião para um questionamento do instituído no âmbito da saúde, de reinventar nossa formação e nossas práticas, de avivar nossa crítica daquilo que, como aspecto da normalização médica da vida, produz sujeitos – sejam eles agentes de saúde ou pacientes – tão dóceis e tão obedientemente normais, que os torna quase incapazes de experimentação, de criação, de risco e de normatividade?

Se algo dessa segunda série de eventualidades parecer possível aos aqui presentes – e vale lembrar só se o possível, produzindo-o –, esse “tratamento discursivo da saúde” aqui ensaiado terá, decerto, valido a pena...

## Referências

- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- MACHEREY, P. *De Canguilhem à Foucault*. La force des normes. Paris: La Fabrique, 2009.
- PORTELLI, A. *What makes oral history different*. In: PERKS, R.; THOMSON, A. (eds.) *The oral history reader*. London and New York: Routledge, 1998.
- ROUDINESCO, E. *Filósofos na tormenta*. Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

### **3. CONFERÊNCIA**

## Os desafios da Iniciação Científica com foco na inovação tecnológica

---

Apresentação

**Willian Fernando Zambuzzi**

*Os desafios da Iniciação Científica com foco na  
inovação tecnológica*

**José Mauro Granjeiro**



### **Willian Fernando Zambuzzi**

Professor de Pós-Graduação – UNIGRANRIO

O professor José Mauro Granjeiro possui graduação em Odontologia pela Universidade de São Paulo (1989), mestrado em Biologia Funcional e doutorado em Química pela Universidade Estadual de Campinas (1998). Realizou estágio pós-doutor em Biologia Celular e Molecular no Instituto de Química da USP (1999-2000), sob supervisão da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mari Cleide Sogayar.

Sua experiência docente iniciou-se em 1990 na Faculdade de Odontologia de Bauru, USP, onde exerceu atividade de Auxiliar de Ensino. Após, conclusão da pós-graduação tornou-se adjunto na mesma instituição. Foi responsável pela disciplina de Bioquímica, oferecida para os cursos de Odontologia e Fonoaudiologia, chefe do laboratório de Bioquímica e do Departamento de Ciências Biológicas e editor da Revista *Journal Applied of Oral Sciences*, a qual ganhou considerável incremento de credibilidade e visibilidade internacional, sendo indexada em bases como MEDLINE e Scielo. Mais tarde, foi um dos idealizadores da pós-graduação em Biologia Oral. Sua carreira na FOB-USP encerrou-se em 2004, quando iniciou atividades na Universidade Federal Fluminense (UFF), como Professor Adjunto no Departamento de Biologia Celular e Molecular.

Na UFF, credenciou-se no Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas, oferecido no Hospital Universitário Antônio

Pedro. Atualmente é Especialista Sênior em Metrologia e Qualidade do Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial-RJ, Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense e Professor Colaborador do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE/UFRJ).

Na pesquisa, seus artigos, palestras e conferências apontam experiência na área de Biomateriais e Biologia Óssea, com ênfase em Bioengenharia, desenvolvendo estudos sobre a toxicidade de biomateriais, terapia celular, fatores de indução e modulação do reparo tecidual, desenvolvimento de tecidos equivalentes, métodos alternativos ao uso de animais e investigação de ensaios e novos biomarcadores da toxicidade de partículas nanométricas e materiais nanoestruturados. É membro do corpo editorial de 5 revistas especializadas na área de Biomateriais e Odontologia e possui 228 artigos científicos publicados em revistas de estimada política editorial. Seus trabalhos têm sido citados 726 vezes, conferindo-o um fator  $H=15$ . Prof. Granjeiro é, ainda, autor do livro *Biomateriais em Odontologia: princípios, métodos investigativos e aplicações*, publicado pela editora VM, em 2011. Até o momento, Prof. Granjeiro orientou 51 alunos de Iniciação Científica, 33 dissertações de Mestrado, 23 teses de doutorado e 2 pós-doutoramentos. Atualmente coordena a Rede Nanotox e a projeto do CNPQ/MCTI para implantação da Rede Nacional de Métodos Alternativos. É membro do Conselho Nacional de Biotecnologia (CNB) e do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA). Palestrante convidado pelo comitê organizador do SINCTEC, apresentou suas experiências na orientação de alunos de iniciação científica, ponderando aspectos positivos e negativos. Destacou a importância da aliança entre a ciência e a busca por novos produtos tecnológicos, capazes de reverter melhores condições sociais à população.

# Os desafios da Iniciação Científica com foco na inovação tecnológica

---

## **José Mauro Granjeiro**

Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF)

*Quem tem medo do lobo mau?*

*Beijo na boca engravida?*

*Partículas com dimensões nanométricas são tóxicas?*

**O desconhecimento** está na gênese do medo e, a partir desse medo, surge o misticismo. O desenvolvimento da inteligência humana ocorreu com a evolução da ciência, na tentativa de explicar as crenças e superstições. Em seguida, passou-se para a busca de respostas utilizando estratégias baseadas em evidências, que pudessem ser comprovadas. O ser humano, como animal pensante, apresenta a capacidade de refletir sobre a própria existência, construindo e incrementando progressivamente o conhecimento humano legado aos seus descendentes (FILHO, 1996).

Considerando a duração da história humana, há até bem pouco tempo, o conhecimento era passado oralmente de geração em geração. O advento da escrita concentrou o conhecimento e tornou-o perene ao mesmo tempo que diminuía o viés da informação por parte de quem o transmitia. O código

de Hamurabi, os hieróglifos egípcios, são exemplos primários da evolução do registro da informação humana. A invenção da prensa por Gutemberg no século XV (~1430) tornou possível a disseminação do conhecimento por meio dos livros, libertando esse conhecimento do controle de poucos.

Até a virada para o século XX, era possível que uma boa biblioteca abrigasse todo o conhecimento humano. Hoje, o número de documentos em cada área do conhecimento é simplesmente gigantesco. É impossível aplicar o ensino clássico exclusivamente baseado na transmissão oral de informação. O professor, frequentemente, vê-se impossibilitado de transmitir todo o conteúdo relevante de uma disciplina na carga horária existente. Por outro lado, é irreal aumentar essa carga horária, pois o crescimento do conhecimento tem obedecido a equações exponenciais. Fato desafiador é que o conhecimento não é finito em si. Está em constante transformação, evolução. A verdade de hoje pode ser o absurdo de amanhã.

A formação dos profissionais deve contemplar a capacidade destes de estar em constante aprendizado e, mais importante, ser capaz de separar falácias/mitos de fatos com base em evidências científicas e não em achismos. Para o profissional da atualidade são imperativas as capacidades de buscar, avaliar e aplicar o conhecimento à solução de problemas.

José Reis, em seus comentários na tradução do livro de Andrade e Huxley (1962), afirmava “menos que o simples propagar de um corpo estático de conhecimentos científicos – que é o que entre nós se costuma fazer, e ainda assim mal – interessa inculcar no aluno, pela experiência, a ideia da ciência como processo”. Ele defendia a redução do volume de informação dos cursos de ciências que deve ser transmitida aos alunos, por haver muito mais sentido em familiarizar o aluno com o hábito de pensar cientificamente do que sobrecarregá-lo com ideias inertes.

O filósofo e educador John Dewey defendia que a construção de uma sociedade democrática só era possível por meio da educação. Ainda, que a educação deve valorizar o método científico de maneira a se construir uma certeza e não se ter uma opinião. Dewey (1959, p. 96) defendia que o método experimental, através de ativa técnica de pesquisa, era a ferramenta para se chegar à descoberta de princípios e leis ocultas na natureza.

Maria Margareth Naves (1998) resumiu de forma bastante clara o impacto do método científico:

A prática da ciência desenvolve o raciocínio lógico, a capacidade de criar, analisar, relacionar, elaborar, contribuindo para a formação do indivíduo capaz de fazer juízo próprio da realidade e de agir com eficácia para mudá-la, transformá-la. Favorece portanto, a formação de um profissional diferenciado e de um cidadão que participa efetivamente da sua história, não apenas teleguiado por dogmas, paradigmas, ceticismos, símbolos e informações massificantes.

O brasileiro Anísio Teixeira foi o mais importante seguidor das ideias deweyanas no Brasil. Ele entendia a escola como meio de inserir na sociedade pessoas aptas a colocar em prática os princípios da própria liberdade e da responsabilidade diante do coletivo. Ele questionava o processo de memorização dizendo que este era insuficiente, sendo necessário compreender o que era decorado.

Uma análise retrospectiva permite verificar a intensa mudança na história humana, cujas etapas são cada vez mais curtas. Pode-se identificar a Era da Agricultura, até os anos 1700, tendo como principal valor a terra; a Era do Artesanato, até os

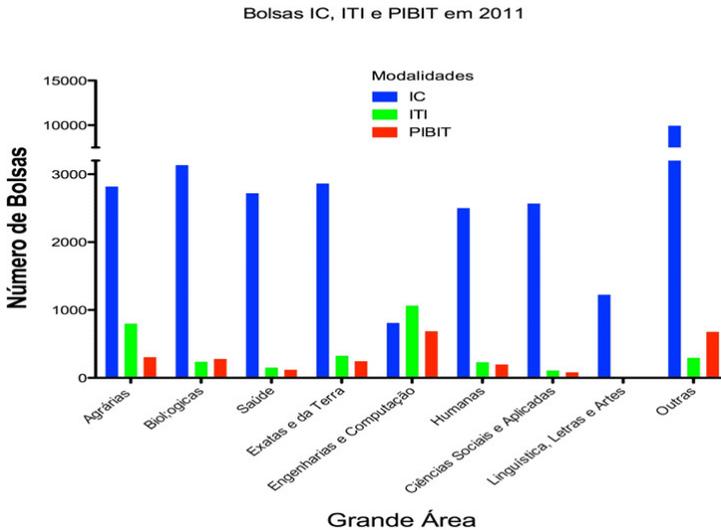
anos 1860 focada no trabalho do indivíduo; a Era Industrial, até os anos 1970, focada no capital; a Era do Conhecimento, até os anos 2000, com ênfase na comunicação. Nos dias atuais vive-se a Era das Conexões – a partir dos anos 2000, alavancada por toda tecnologia proporcionada pelos meios de comunicação, sobretudo a telefonia e internet. Hoje, ter a informação já não é mais o diferencial, pois ela está disponível a todos. O principal valor está associado a pessoas que possuem relacionamentos e habilidades para conectar pessoas e prover soluções.

Neste cenário, profissionais capazes de trafegar em diversas áreas do conhecimento e que tenham profundidade em determinado tema (profissional “T”), associados à inteligência emocional e habilidade para trabalho em equipe e solução de problemas, têm sido francamente requisitados pelo setor produtivo. A formação de profissionais com tal perfil é, ainda, um desafio. Contudo, é consenso que a vivência da metodologia científica desde o ensino médio, complementada pelas atividades de iniciação científica na graduação, contribuem sobremaneira para formação de profissionais diferenciados.

A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) têm fomentado fortemente a formação de pessoal no Brasil. Particularmente o CNPQ vem disponibilizando recursos para bolsas de iniciação científica desde o curso médio, passando pela graduação e pós-graduação, recém-doutores e pesquisadores. Especificamente na graduação, o CNPQ disponibiliza as seguintes bolsas: Iniciação Científica Júnior - ICJ, Iniciação Científica - IC, Iniciação Tecnológica e Industrial - ITI, está última voltada para formação de pessoal ligado à pequena e média indústria.

Entre 1996 e 2011 os investimentos em bolsas de IC+PIBIC saltaram de R\$ 54.426.000,00 para R\$ 123.475.000,00, ou seja, mais que dobraram. Especificamente em 2011, a distribuição

de bolsas de IC, ITI e PIBIT para as grandes áreas do conhecimento está descrita na Figura 1.



Distribuição das bolsas de IC, ITI e PIBIT em 2011, segundo as grandes áreas do conhecimento.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) é um aspecto de destaque dentre as possibilidades de apoio à formação de jovens cientistas. O programa tem por objetivo estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação. Entre 2007 e 2011 houve um aumento de cerca de 17 vezes no número de bolsas oferecidas. Os objetivos específicos do programa são:

- contribuir para a formação e inserção de estudantes em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação;
- contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País;
- contribuir para a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e empreendedora na sua comunidade.

Quando se analisa o crescimento da participação brasileira na ciência mundial, duas percepções paradoxais ficam evidentes. O crescimento em número de artigos científicos publicados em revistas indexadas aumentou significativamente, colocando o país na 13ª posição. Por outro lado, o Brasil piorou sua posição, de 24º colocado para 25º, no ranking internacional de países com pedidos de patentes de validade internacional, embora entre 2001 e 2010 o número de patentes tenha crescido cerca de 60%.

O grande crescimento dos países conhecidos como tigres asiáticos está fortemente associado ao investimento maciço em educação de qualidade em todos os níveis (Fundamental, Médio e Superior), incentivando seus pesquisadores na procura de bens de consumo que, uma vez no mercado, geram *royalties* que, por sua vez, sustentam as pesquisas que se seguem. Lá o foco é a criação de patentes que, além de ofertarem novos produtos ao mercado, geram dividendos na balança de pagamentos.

A carência brasileira quanto à qualidade do ensino é evidenciada no Pisa, sigla em inglês para Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, exame que testa, a cada três anos, o nível de competência de adolescentes de 15 anos em leitura, matemática e ciências e é aplicado em mais de 60 países. Em 2009 o Brasil somou 405 pontos, superando os 390 obtidos

em 2006, enquanto a China atingiu 575 pontos (MARQUES, 2012).

Em 2012 comemoram-se 100 anos da publicação do livro *Teoria do desenvolvimento econômico*, de Joseph Schumpeter, um dos mais importantes economistas do século XX, que definiu as bases da inovação. Schumpeter dizia que inovação, no seu sentido mais puro, referia-se à geração de produtos capazes de romper o estado de equilíbrio do mercado, promovendo sua expansão.

Destarte, é evidente que o crescimento de nosso país no seu sentido mais amplo, envolve significativo avanço na educação em toda sua estrutura, construída de modo a formar cidadãos capacitados a resolver problemas, atuar em equipe, comprometidos com a coletividade e capaz de fazer juízo próprio da realidade e de agir com eficácia para mudá-la, transformá-la. Uma etapa desse processo é, sem dúvida, o desenvolvimento da metodologia científica e holística de nossos estudantes do ensino médio e graduação.

## Referências

- DEWEY, J. *Reconstrução em filosofia*. 2ª ed. São Paulo: Nacional. 1959.
- FILHO, A.M. Teoria sobre o Método Científico. *Integração ensino-pesquisa-extensão*, II(7):255-62, 1996.
- NAVES, M.M.V., Introdução à pesquisa e informação científica aplicada à nutrição. *Rev. Nut.*, 11(1):15-36, 1998.
- MARQUES, F. Gargalo na sala de aula. *Revista Fapesp*, 200:33, outubro 2012.
- REIS, J. Notas do Tradutor. *Iniciação à Ciência de E. N. da C. Andreade e J. Huxley*, Livro 1, Ministério da Educação e Cultura.



## 4. DIÁLOGOS

### Incubadoras sociais e empresariais

---

Coordenadores:

**Nara Pires**

**José Francisco Carvalho Rezende**

Incubadoras sociais e programas universitários

**Andrea Paula dos Santos**

Incubadores empresariais: moedas criativas

**Gilson Schwartz**



# Incubadoras sociais e programas universitários

---

## **Andrea Paula dos Santos**

Professora adjunta da Universidade Federal do ABC – UFABC

No início do século XXI, tratar da temática “Incubadoras Sociais e Programas Universitários” traz para reflexão um ponto crucial sobre o que significa pertencer a uma comunidade acadêmica no contexto contemporâneo, pois permite problematizar nossa percepção do papel importante da educação e, sobretudo, do necessário protagonismo da universidade brasileira frente às históricas desigualdades socioeconômicas e culturais que vivenciamos. Há muito tempo, debates acadêmicos vêm pontuando a relevância da produção de conhecimento interdisciplinar e das relações estreitas entre ensino-pesquisa-extensão. Nesse sentido, posicionamos essa temática frente a frente com o desafio de repensar pressupostos histórico-filosóficos acerca de práticas de mudança social e solidariedade, tentando reinventar noções conceituais consagradas de tecnologia, políticas educacionais e culturais, sintonizadas com preocupações de intervenção, mediação e transformação de velhos e novos conflitos sociais.<sup>1</sup>

---

1 Uma primeira versão dessas reflexões está no prelo, como capítulo do livro organizado por ZIMERMAN & DIETRICH, 2012.

É sabido que práticas de pesquisa e de extensão universitárias formuladas e desenvolvidas no Brasil – especialmente desde a década de 1990, no campo dos estudos sobre educação, mundo do trabalho e economia solidária – problematizaram e desnaturalizaram uma noção de tecnologia estritamente como referente a objetos e máquinas ligados aos processos de desenvolvimento capitalista industrial moderno (CARRION, VALENTIM, HELLWIG, 2006; SANTOS, 2012). Por demandas de movimentos sociais, surgiram novas propostas de políticas públicas locais, regionais e nacionais, abrangendo projetos de educação popular e profissional, de apoio e de incubação de empreendimentos solidários, tais como cooperativas e associações, além de novas políticas públicas de economia solidária, em meio ao contexto de crise do mundo do trabalho e reestruturação produtiva nos processos de globalização.

Em que pese o debate relevante acerca do papel dessas políticas públicas de economia solidária como integradas ou não à lógica capitalista – e se cumprem ou não a função de políticas compensatórias em vez de críticas do mundo do trabalho – é impossível negar a importância das inúmeras ações de ensino-pesquisa-extensão nas incubadoras sociais que levaram à construção de novos conhecimentos sobre sentidos do trabalho, solidariedade, formas de organização e de sobrevivência de grupos e comunidades que lutam cotidianamente por sobrevivência, reconhecimento social e cidadania cultural (BARBOSA, 2007; GOHN, 2003; OLIVEIRA, 2006; PINTO, 2006; SANTOS, 2007a, 2007b; 2007c, 2007d, 2008, 2012; SINGER, 2000, 2002, 2003). Talvez ainda seja cedo demais para tentar avaliar o quanto a comunidade universitária parece ser uma das maiores beneficiárias desses conhecimentos, que têm perpassado a formação de novos profissionais, com perspectivas e implicações sobre sua atuação na sociedade...

Um fato é que, com o mapeamento<sup>2</sup> e o incentivo de formas de trabalho e geração de renda alternativas, houve o reconhecimento e a visibilidade de práticas culturais e econômicas antes mais marginalizadas, consideradas tradicionais ou artesanais, protagonizadas por pessoas e comunidades que agregavam valores históricos, simbólicos, culturais ao que produziam – fosse um alimento, uma roupa, um objeto utilitário ou decorativo. Pesquisadores e extensionistas de áreas variadas observaram que a produção feita por muitas comunidades visava atender mais do que as necessidades econômicas consideradas básicas, de alimentação e moradia, posto que estavam carregadas de significações mais amplas sobre as formas de convívio e de sociabilidades entre sujeitos, famílias e grupos. Foi possível observar e registrar muitos desses processos produtivos e entender seus sentidos performáticos, ou seja, como comportamentos expressivos, algumas vezes ritualizados, que buscavam, além de garantir a segurança alimentar ou o território, fazer a manutenção e a reinvenção constante de noções de pertencimento ao tempo e ao espaço, forjando continuidades e descontinuidades identitárias das comunidades (SILVA, 2000; BAUMAN, 2005; HALL, 2006; CARLSON, 2010). Outras atividades econômicas marginalizadas, carregadas de sentido pejorativo e automaticamente vinculadas a uma condição de exclusão social e miséria, como a dos catadores de materiais recicláveis, passaram a ser ressignificadas, enfatizando a importância dessas atividades numa outra concepção de desenvolvimento econômico sustentável, socialmente justo. Desenvolvimento este que busca uma mudança cultural quanto à

---

2 Maiores informações sobre o mapeamento de economia solidária no Brasil encontram-se no Sistema Nacional de Informações sobre Economia Solidária – SIES, disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp> Acesso em: 24/10/2012.

condução do modo de vida numa sociedade que se vê frente ao dilema da exploração desenfreada dos recursos naturais e da proliferação de dejetos, resíduos e poluentes decorrentes de práticas de consumo e descarte que precisam ser criticadas e reformuladas.

Assim, constroem-se definições de tecnologias culturais, alinhadas com as de tecnologias sociais, para mapear, reconhecer e valorizar procedimentos e técnicas na busca de garantir a qualidade de vida de sujeitos e grupos, de alguma forma, organizando, dando visibilidade e reunindo saberes produzidos nas comunidades por pessoas comuns (CARRION, VALENTIM, HELLWIG, 2006; SANTOS, 2007a, 2012). Ao considerar uma perspectiva de trabalho de ensino, pesquisa e de extensão universitária transdisciplinar – isto é, entrelaçadora de várias áreas de conhecimento para criar novos campos de saber – valorizamos a troca de experiências, transformadas em registros documentais, mediadas por algumas tecnologias de informação e comunicação em espaços privados e públicos, sejam as residências, as ruas, as praças, os lugares públicos da comunidade, a universidade. Nas universidades, atuando nas incubadoras sociais e em outros programas e projetos, pesquisadores e extensionistas no Brasil e mundo afora criam e analisam documentos produzidos em conjunto com sujeitos de comunidades e grupos diversos, a partir de histórias pessoais, de narrativas, do registro audiovisual de modos e trajetórias de vida. Tais documentos dão ênfase a temas abrangentes com vistas a compreender a construção do que são agora adjetivadas como tecnologias sociais e culturais, definidas como um conjunto de procedimentos, metodologias e técnicas desenvolvidas e transmitidas pelos sujeitos em torno de suas práticas cotidianas para garantir sobrevivência material e imaterial, simultaneamente econômica, social, artística e cultural, afirmando e transformando identidades em busca permanente por cidadania.

## Incubadoras sociais, programas universitários e as disputas em torno do conceito de tecnologia

Um primeiro esboço sobre como incubadoras sociais e outros programas e projetos universitários disputam os termos e os sentidos do que podemos denominar de tecnologias na contemporaneidade necessita afirmar, de saída, que nunca há neutralidade ou imparcialidade na produção, na adoção, na defesa, no desenvolvimento, na utilização de qualquer tecnologia, seja científica, cultural, social, de comunicação e informação. Todas as tecnologias são produtos das relações sociais, econômicas, culturais e políticas de seu tempo histórico, e atendem interesses de grupos específicos. Portanto, é possível dizer que quaisquer tecnologias são sociais e, certamente, podem ser criticadas e substituídas, conforme as disputas de poder e a força que cada grupo possui para fazer a sua tecnologia ser mais relevante que a de outro grupo. Por que então adjetivar, enfatizar o cunho social e cultural das tecnologias, criando noções conceituais de tecnologias sociais e tecnologias culturais? Sem dúvida, é preciso compreender que a afirmação desses termos possui a clara intenção de explicitar as disputas pelo que são e para quem são as tecnologias, retirando-as de um campo supostamente neutro, de naturalizações e de senso-comum que impõem práticas e verdades de certos grupos que tentam universalizar suas concepções e ideias como as únicas possíveis.

É nesse contexto que apresentamos abaixo noções conceituais que disputam o termo tecnologia, fruto de reflexões feitas junto a pesquisas e projetos de extensão em universidades brasileiras, sobretudo em incubadoras de empreendimentos solidários, em projetos de educação popular e profissional e em formação continuada de educadores e agentes de movimentos sociais. Atualmente, essas noções conceituais de tecnologias sociais e culturais estão em circulação e, por meio

delas, produziram-se documentos, análises, ações econômicas, educativas, culturais, levando à formulação de políticas públicas. Tornou-se um fato a ser analisado que ideias de tecnologias sociais e culturais foram criadas e/ou desenvolvidas em parceria com grupos e movimentos sociais e culturais nas lutas por garantias de direitos básicos para segmentos historicamente excluídos e marginalizados na sociedade.

Desse modo, estabelecemos uma noção de tecnologias culturais ao fazer referência às práticas nas áreas e especialidades das mais variadas culturas aqui entendidas, no mínimo em seu sentido mais tradicional, como:

- 1) modos de vida de grupos humanos;
- 2) produção constante de significados sobre o mundo;
- 3) atividades condizentes ao campo das artes e das manifestações culturais.

Tais práticas levam à construção de procedimentos, metodologias, técnicas, materiais e processos para resolver problemas, produzir significados, criar modos de vida, inventar formas de se expressar em múltiplas linguagens, de acordo com os interesses da produção de saberes, seus sujeitos. Estes podem ser trabalhadores, profissionais, artistas, pesquisadores ou qualquer pessoa comum, vistos como sujeitos, atores, idealizadores, financiadores ou envolvidos em todos esses aspectos simultaneamente.

Ao utilizar a noção conceitual de tecnologia cultural podemos afirmar que sujeitos como, por exemplo, os que compõem grupos étnicos tradicionais e nativos, criam e recriam tecnologias culturais com seus modos de vida. E, quando fazemos essa afirmação, problematizamos diretamente a ideia de que quem produz tecnologia são apenas os sujeitos das sociedades ocidentais, supostamente mais desenvolvidos do que, por exemplo,

os pertencentes aos grupos indígenas. Fica evidente que o emprego do termo “tecnologias culturais” quer romper com parâmetros de avaliação preconceituosos, que giram em torno da superioridade de alguns sujeitos, grupos e formas de organização social sobre outros. Criamos assim uma outra percepção, pela qual qualquer agrupamento humano torna-se detentor e criador do que denominamos de tecnologias ou tecnologias culturais e sociais ao se valer de procedimentos, métodos e técnicas em processos para resolver problemas e garantir qualidade de vida a partir de parâmetros próprios, não necessariamente impostos por grupos dominantes. Talvez de forma utópica, questionamos, sobretudo, um certo sentido de inevitabilidade e irreversibilidade e a centralidade das tecnologias consagradas nos processos industriais, mesmo que estas se apresentem como hegemônicas na sociedade capitalista.

Caminhamos na mesma direção, quando estabelecemos uma noção de tecnologias sociais ao nos referimos às práticas nas áreas e especialidades que se preocupam com questões socioeconômicas e políticas, aqui entendidas, no mínimo, como problemas relacionados às:

- 1) desigualdades econômicas, políticas, culturais e sociais;
- 2) apropriação desigual da produção resultante do trabalho;
- 3) formas capitalistas ou não de organização da produção e do trabalho humanos.

Caracterizamos assim práticas que levam à construção de procedimentos, métodos, técnicas, materiais, imateriais e processos para:

- a) resolver problemas relacionados à garantia de subsistência e sobrevivência das pessoas em condições de atendimento de direitos básicos;

- b) produzir significados críticos e/ou alternativos sobre o trabalho, a economia, a política e a cultura, que não sejam apenas aqueles adotados hegemonicamente na sociedade capitalista;
- c) promover modos de vida alternativos que considerem tecnologias culturais e garantam qualidade de vida não necessariamente vinculadas à capacidade de consumo de produtos industrializados, provenientes, em sua maioria, da aplicação em escala industrial de tecnologias científicas;
- d) inventar formas, consideradas por seus sujeitos, como justas, solidárias, associativas e cooperativas de reorganizar o trabalho e a vida social, política e cultural;

Ao adjetivar a palavra tecnologia e criar novos sentidos e usos para a mesma, torna-se evidente porque noções de tecnologias culturais e sociais se diferenciam do que podemos estabelecer como uma noção de tecnologias científicas, quando nos referimos às práticas nas áreas e especialidades das mais variadas ciências, aplicadas ou não em escala industrial. Tecnologias científicas existem e levam à construção de métodos, técnicas, materiais e processos para resolver problemas, de acordo com os interesses da produção do conhecimento, seus pesquisadores, idealizadores e financiadores, no âmbito do modelo de desenvolvimento vigente do capitalismo industrial, denominados por alguns como inovação tecnológica. As tecnologias científicas dialogam diretamente com as tecnologias industriais e – mesmo construídas de acordo com pressupostos e interesses historicamente específicos de alguns grupos socioeconômicos e político-culturais – conseguiram, ao longo de séculos sob o Estado moderno capitalista, criar uma visão naturalizadora de um significado que se pretende neutro, verdadeiro e único aceitável. Paradoxalmente, na virada do milênio,

a própria instituição universitária é responsável por desconstruir e reinventar noções de tecnologias, vivendo o contraditório papel de abrigar disputas e assim sempre jogar para adiante novas possibilidades de entendimento e análise das estruturas e das dinâmicas sociais, bem como os conflitos que lhe são inerentes.

Por fim, cabe fazer uma pequena ressalva quanto ao estabelecimento uma noção atualmente com grande circulação: a de tecnologias de informação e comunicação, quando nos referimos às práticas nas áreas e especialidades que se preocupam com questões contemporâneas da comunicação e das linguagens; da produção, circulação e manipulação de informações e documentos; da transformação das percepções, cognições e das formas de produção não apenas de significados, mas também de riquezas, por meio do trabalho e do conhecimento humano em redes digitais. Tais tecnologias de informação e comunicação imbricam-se com as tecnologias científicas e as tecnologias industriais a tal ponto no capitalismo contemporâneo, tanto quanto estão ambígua e intimamente entrelaçadas com percepções de tecnologias culturais e sociais, multiplicando facetas de um caleidoscópio complexo, plural e contraditório de modos de vida e disputas por significados, direitos e cidadanias (CASTELLS, 2003; LEMOS, 2007; LÉVY, 2010; SANTAELLA, 2003, SANTOS, 2012). São esses alguns pontos sobre os quais programas e projetos universitários e incubadoras sociais têm se debruçado, ampliando debates e favorecendo formulações teóricas e práticas, preocupados e atuantes no âmbito de questões candentes acerca das relações entre tecnologias, ciências e sociedades.

## Diversidades, políticas públicas e cidadanias culturais

A partir do exposto até agora, entendemos que programas e projetos de pesquisa e extensão universitários, com destaque para as incubadoras sociais, podem trabalhar na interface entre as diversas noções de tecnologias sociais e culturais, científicas, de informação e comunicação, em perspectivas inter e transdisciplinares, considerando novas definições sobre políticas públicas e suas dimensões na esfera da cultura e educação. Em nosso caso, pautamo-nos pela reflexão sobre a questão da diversidade, buscando estudar movimentos sociais e culturais que atuam em torno desta noção como a que permite abranger e justapor as diferenças construídas pelos sujeitos e grupos nos sentidos de pertencimento e localização no tempo e no espaço, ao afirmarem ou não características ligadas às etnias, gêneros, gerações, classes sociais, entre outras (SILVA, 2000; BUTLER, 2003; CANCLINI, 2003, 2005; HALL, 2006; HARVEY, 2008). Portanto, tratar das diversidades culturais, em nossa perspectiva, significa entender os processos de construção de diferenças problematizando quando estas são transformadas em desigualdades e em conflitos sociais por serem hierarquizadas por grupos detentores de maior poder político, econômico, simbólico sobre outros grupos.

Algumas práticas de pesquisa e de extensão podem sim mapear e apoiar o desenvolvimento de tecnologias culturais e sociais, ligadas aos grupos marcados pela diversidade cultural. Sem dúvida, podem tentar ajudar a compreender limites e possibilidades de construções de uma nova cidadania, para além do atendimento de necessidades básicas de alimentação, saúde e moradia. Trazemos para o debate noções de cidadanias culturais, como as que abrangem direitos já citados e conquistados por uma noção de garantia de cidadania clássica, avançando para a

firmação da legitimidade de direitos culturais, simbólicos, ligados às formas muitas vezes invisíveis que as relações de poder assumem no cotidiano e, especialmente, no corpo das pessoas (CANCLINI, 2003, 2005). O corpo é portador de direitos relacionados à sobrevivência para mantê-lo vivo e saudável, porém almeja direitos culturais, simbólicos, que o insere em determinadas corporeidades, situações de alteridade e reconhecimento de diferenças como fator crucial para inserção na vida sociopolítica e cultural, não apenas nas dimensões econômicas do mundo do trabalho. O filósofo e historiador Michel Foucault tratou de tecnologias do eu, do cuidado de si, ao trazer para o conhecimento e o debate aspectos em torno de como a sociedade contemporânea configura poder em termos de biopoder, controlando e conformando como devem ser disciplinados e configurados corpos e comportamentos expressivos, isto é, performances – como afirmou Judith Butler (FOUCAULT, 2004; BUTLER, 2003). Pensar e atuar em torno de cidadanias culturais pode empoderar grupos excluídos e marginalizados para serem visibilizados e reconhecidos como sujeitos de direitos básicos e também vistos como mais sofisticados, direitos às identidades e subjetividades em fluxo, direito de entrar e sair de classificações impostas, direito de reinventá-las conforme suas demandas e interesses.

Essas reflexões ganham relevo para imaginar novas políticas públicas de educação, cultura e economia solidária que, simultaneamente, proporcionem reconhecimento e desenvolvimento de tecnologias sociais e culturais e que, igualmente, promovam o combate de preconceitos historicamente construídos contra grupos marginalizados e excluídos. Práticas de ensino, pesquisa e extensão em andamento podem tomar parte desse contexto complexo de formulação de novas políticas educacionais e culturais locais/regionais, em conexão direta políticas públicas federais de educação e cultura. Afinal, são as

universidades, através das Pró-Reitorias de Pesquisa e Extensão, com apoio do Ministério da Educação e de agências estaduais e nacionais de financiamento, que organizam políticas científico-tecnológicas e editais para apoio de ações de que temos participado há um certo tempo.<sup>3</sup>

Logo, é parte da própria concepção das ações de ensino, pesquisa e extensão, investigar a elaboração e a execução dessas políticas, considerando a participação dos sujeitos que as formulam, executam e que estão envolvidos nelas, bem como algumas implicações destas nas discussões atuais a respeito do Estado, das políticas públicas, da ocupação dos espaços públicos, do enfrentamento de preconceitos e violências e de noções sobre o que pode significar cidadania no contexto atual.

Proliferam iniciativas de se fazer levantamentos sobre a pluralidade cultural da realidade local e regional – com destaque para regiões metropolitanas de grandes cidades, tais como São Paulo e Rio de Janeiro – para construção de panoramas e de análises de políticas públicas relacionadas à diversidade, em especial às chamadas ações culturais e a outras formas de organização do trabalho e da economia, em termos solidários. Assim, estudamos como se processa a dinâmica social e cultural local e regional de apropriação de algumas dessas políticas públicas nos aspectos referentes à busca pela cidadania a partir da ação da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais

---

3 Destacamos aqui, como exemplo, algumas atividades acadêmicas que articulam ensino-pesquisa-extensão e se constituem em projeto e em programa de extensão na Universidade Federal do ABC (UFABC - SP): o projeto de extensão Diversidades em Performances (<http://diversidadesemperformances.wordpress.com/>) e o Programa de Extensão Memória dos Paladares (<http://memoria.dospaladares.blogspot.com.br/>, <http://tecnologias.eculturasalimentares.wordpress.com/>), ambos interligados aos temas debatidos e estudados no grupo de pesquisa ABC das Diversidades, cadastrado no CNPq (<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=IWU4705FPW6IRZ>).

e culturais em espaços que tem um rico histórico com perfil de lutas em conflitos sociais.

Para tanto, com vistas ao debate, entrelaçamos aqui as noções de políticas públicas em economia solidária e as políticas públicas educacionais com uma noção de política cultural como um conjunto de formulações e ações do Estado em parceria com a sociedade, com foco em economia solidária, educação e cultura, por meio da interlocução e do apoio a sujeitos, grupos, movimentos sociais, culturais e artísticos. Estes podem buscar a melhoria da qualidade de vida das pessoas e das comunidades, favorecendo a criação e a gestão compartilhada de hábitos e bens culturais e econômicos solidários, que constituem e passam a ser reconhecidos como patrimônios culturais, materiais e imateriais, graças ao desenvolvimento de políticas públicas.

O exercício da política cultural, para alguns estudiosos, relaciona-se diretamente com as transformações na cultura política brasileira em seu processo de democratização e de protagonismo de movimentos sociais, culturais e artísticos na conquista da chamada cidadania clássica, com sua luta por direitos básicos, caminhando para a busca da garantia de uma cidadania ampliada. Uma cidadania cultural é uma cidadania ampliada, amparada no reconhecimento de diferenças, ao mesmo tempo que estas são criticadas como base para legitimar desigualdades, confrontando identidades e subjetividades em disputa na busca do estabelecimento de cidadanias culturais (FEIJÓ, 1992; CHAUI, 1995; CANCLINI, 2003, 2005; HALL, 2006; SANTOS, 2012).

Partimos da ideia de que quanto maior o alcance, a complexidade e a democratização do acesso à formulação e gestão de políticas educacionais e culturais, maiores são as possibilidades de reconfiguração do próprio universo socioeconômico, político, artístico e cultural, organizado em redes plurais na cultura digital, colocando a questão das diversidades como aquelas

vivenciadas, performatizadas, ritualizadas em espaços públicos, abrangendo novas práticas ou ainda as que historicamente sofreram preconceitos ou não foram aceitas pelas instituições tradicionais, para repensar as fronteiras entre modos e estilos de vida, tecnologias, artes, culturas, identidades, subjetividades, performances (GIDDENS, 2002; GUATTARI, 2006; CANCELINI, 2003, 2005; JAMESON, 1996; HARVEY, 2008; SANTOS, 2012).

Ações de ensino, de pesquisa e de extensão compreendidas também como políticas culturais e educacionais trazem à tona exemplos que problematizam distinções fechadas entre práticas culturais, artísticas, educativas e de formulação e execução de política cultural e educacional. Surgem impasses e dificuldades para se pensar a gestão compartilhada de ações e recursos públicos entre sujeitos ligados aos movimentos sociais, às prefeituras, instituições educacionais e culturais e ao governo federal para garantir a existência e a continuidade de manifestações em torno de uma certa cidadania cultural.

É nessa direção que uma política pública de economia solidária, que compartilha ações com incubadoras sociais e outros projetos e programas universitários, pode ser entendida mais como política educacional e cultural do que como política econômica. Talvez a política pública de economia solidária não mude nem questione necessariamente o sentido da economia capitalista – como imaginavam alguns de seus históricos defensores (SINGER, 2000). Porém, traz impactos e transformações para a execução de políticas educacionais e culturais, ao problematizar para que e para quem são as tecnologias, criadas, reconhecidas e afirmadas pelas instituições acadêmicas. Problematisa que conhecimentos e saberes são historicamente construídos e abarcados pelas instituições científicas, abrindo novas possibilidades de formação e atuação acadêmicas e profissionais.

Ensino, pesquisa e extensão contextualizados, problematizados e entrelaçados nessa direção se justificam pela necessidade do estudo da relação complexa entre Estado e organizações da sociedade civil, que se reflete nas políticas públicas atuais, como as referentes às diversidades culturais, de gênero, sexuais e relações étnicas, entre outras. Emerge e urge, desse modo, uma outra compreensão do contexto social e político em que se colocam as políticas públicas, problematizando concepções de Estado, de política social, política pública que fundamentam essas ações e como essas concepções foram sendo construídas ao longo da história.

Cabe destacar que algumas práticas de ensino, pesquisa e extensão em andamento são tributárias de estudos referentes aos processos de globalização no qual o Brasil se encontra inserido, em que ocorre a reelaboração de olhares para as questões sociais e educacionais frente às novas relações de poder que são construídas nesse processo de mudanças. Partimos de uma perspectiva inter e transdisciplinar de compreensão da complexidade atual, da diversidade como característica fundamental da realidade, com foco nos problemas sociais gerados a partir da globalização, do que é considerado desenvolvimento econômico, que amplia infraestruturas por meio de políticas públicas de educação – das quais a implantação de incubadoras sociais e outros projetos e programas universitários são exemplares.

Alinhamo-nos, por exemplo, com as formulações de Boaventura de Souza Santos em torno de uma visão de globalização em termos plurais que inclua as dimensões sociais, políticas e culturais, os conjuntos de relações sociais que caracterizam diferentes fenômenos de globalização. Usamos a ideia de “globalizações”, não como processo homogêneo, posto que não existe uma condição global em que não seja possível encontrar uma raiz local, uma imersão cultural específica, pois

todo processo de globalização leva à localização ou realocização de práticas sociais, valores, relações, símbolos, sendo que o global muitas vezes acentua contradições e afirmações do local (SANTOS, 2000). Nestor Garcia Canclini levanta a questão da mescla entre culturas em processos interculturais, que criam e recriam incessantemente modos de vida e práticas culturais, com impactos sociais, políticos e econômicos inseparáveis, reconfigurando imaginários urbanos e cidadanias culturais (CANCLINI, 2003, 2005). Diferentes formas de produção desses processos geram inúmeras assimetrias no mundo atual, assim como conflitos, desigualdades, resultando na (re)-organização dos sujeitos em movimentos sociais e culturais que lutam por políticas públicas voltadas às diversidades e, desse modo, proponham-se a enfrentar os preconceitos e os conflitos existentes na contemporaneidade.

Os apontamentos de Canclini (2003, 2005) proporcionam refletir sobre a especificidade dos países latino-americanos, que deslocaram sua população do campo para a cidade, apostando no desenvolvimento industrial substitutivo, e em espaços de intermediação modernos, e assim sofrem a reordenação provocada pela globalização que, em duas décadas, desmontou uma história de meio século. É o que também podemos observar em vários bairros das cidades de regiões metropolitanas, com destaque para as transformações aceleradas que programas e projetos universitários tentam mapear e analisar.

Contraditoriamente, incubadoras sociais, entre outros projetos e programas apoiados por políticas públicas culturais e educacionais, em âmbito regional, estadual e federal, buscam olhar para questões culturais nas sociedades globalizadas, para processos de interculturalidade, em que sujeitos e seus grupos sociais estabelecem intercâmbios culturais, tornam-se híbridos, ao mesmo tempo em que lutam pelo reconhecimento das diferenças e que estas não sejam transformadas em desigualdades.

Evidentemente, não há consenso sobre como tais projetos, programas e políticas possam ser encaminhados – ao contrário, a riqueza dos mesmos está na heterogeneidade dos seus processos de desenvolvimento.

Numa perspectiva mais comum, as transformações advindas da globalização levam a repensar políticas educacionais e culturais, que devem ser concebidas a fim de assegurar a construção de identidades, o respeito e a promoção das diversidades e pluralidades do mundo contemporâneo, no sentido de superação da alienação, destruição, homogeneização. Propõe-se que essa perspectiva de análise seja colocada como possibilidade para a compreensão do desafio de criticar e humanizar os processos de globalização e, através da revisão do papel do Estado com suas políticas, juntamente com a sociedade civil, favorecer o diálogo intercultural e os mecanismos de inclusão e participação.

Em outra direção, LOURO (2001) afirma que é pelo viés de políticas educacionais e culturais pós-identitárias que haverá possibilidade de compreensão da fluidez das identidades sempre performatizadas em comportamentos expressivos em constante transformação e fluxo na contemporaneidade – analisando o caso das políticas voltadas ao público LGBTTs e os impactos das perspectivas críticas pós-estruturalistas, sobretudo das contribuições da teoria *queer*. Esse debate faz pensar o desafio de que mal um pesquisador-extensionista crê contribuir para mapear um grupo, suas características identitárias, suas tecnologias sociais e culturais já estão em fluxo contínuo de transformação, tornando ainda mais difícil pensar e planejar ações, intervenções, mediações em prol de reconhecimentos, visibilidades, inclusões.

O antropólogo Nestor CANCLINI (2003, 2005) coloca que, para serem democráticas, a cultura política e a política cultural devem não apenas aceitar as diferenças, mas também criar

condições para que se possa vivê-las na ambiguidade, como um exercício da cidadania, que possibilite compreender e aprender com o outro, aceitá-lo na sua diferença como um ser de direitos. Esses movimentos sociais e culturais, que traziam em suas demandas a luta por melhores condições materiais de sobrevivência – e já incluíam em suas pautas a luta por direitos culturais – ajudaram a ampliar visões e perspectivas e implementar projetos permanentes de construção democrática, de transformação social a partir de novos laços e ligações entre cultura e política. E, constantemente, têm feito repensar e reformular como são feitos diagnósticos e metodologias de trabalhos de pesquisa e extensão para realmente levar em conta saberes, procedimentos e dinâmicas dos grupos que são a razão de ser de incubadoras, projetos e programas universitários. Nesse âmbito, ainda há muito o que se fazer, para além de repetir e tentar replicar considerações teóricas de autores e modelos de ações generalizados por incubadoras, projetos e programas implantados, repletos de boas intenções, porém carentes de autocrítica e renovação teórica e metodológica. Em algumas incubadoras, projetos e programas em diversas instituições acadêmicas, observa-se ainda uma certa “reverência” aos que foram pioneiros nas ações de pesquisa e extensão desse tipo, levando muitas vezes a adesão a fórmulas e metodologias de contextos específicos, que necessariamente precisam ser apropriados e reinventados para cada tipo de atuação. Talvez o maior equívoco do exercício de algumas políticas públicas seja tentar alcançar um padrão mais homogêneo de atuação e de critérios de avaliação, quando a realidade vivenciada coloca o desafio de se atuar em meio às diferenças, às transformações constantes, aos fluxos multidirecionais dos complexos processos de inclusão e exclusão de sujeitos e grupos.

Como então incubadoras sociais, projetos e programas universitários podem promover e simultaneamente analisar esses

processos de mudança social e cultural em busca nova cidadania, a cidadania multiforme, seja metropolitana e/ou ainda brasileira, latino-americana? Há alguma possibilidade de construção de algo assim a partir desse entendimento das temáticas e questões colocadas? Essa cidadania cultural pode atravessar políticas públicas locais e regionais sobre diversidades, considerando a existência ou não de união de cidadãos, de relações de solidariedade, de respeito à diversidade cultural e espaços comunicativos para expressar essa diversidade? Incubadoras sociais, projetos e programas universitários de pesquisa e extensão podem levar em conta a pluralidade dentro da sociedade como centrais na possibilidade de construção de ações, intervenções e mediações?

Nesse sentido, DAGNINO (2004) destaca alguns pontos centrais que são constitutivos dessa concepção de nova cidadania. O primeiro é que a nova cidadania amplia a visão dos direitos que formalmente estão ligados à esfera institucional, formais, abstratos. Emerge a ideia do direito de ter direitos: a nova cidadania compreende a invenção/criação de novos direitos, que surgem de lutas específicas da sociedade civil, na pluralidade de seus sujeitos e de suas práticas concretas. Os direitos passam a ser entendidos como objetos de luta política, e são pautas dessa redefinição do direito à igualdade ao direito à diferença. Dessa forma, a cidadania não é vista como vinculada a uma estratégia dominante, ou das classes dominantes e do Estado, de incorporação política gradual dos setores excluídos.

Outro aspecto destacado pela autora é a ideia de que a nova cidadania está para além da referência central no conceito liberal, ou seja, a reivindicação ao acesso, inclusão, participação e pertencimento a um sistema político já dado. O que se destaca, de fato, é o direito de participar na própria definição do sistema político, contribuindo para a invenção de uma nova sociedade e a superação da cultura política e das relações de poder

conservadoras presentes na sociedade brasileira. Esta nova cidadania causa, portanto, mudanças nas relações de poder e na cultura política da sociedade brasileira, promovendo a possibilidade de criação de espaços públicos onde os interesses comuns e privados, as especificidades e as diferenças, podem ser expostos, discutidos e negociados.

O entendimento dessa construção de uma nova cidadania passa pela possibilidade de olhar criticamente as práticas de organizações da sociedade civil, de movimentos sociais e culturais locais que, no contexto atual, se propõem, a partir das políticas públicas ou de outros mecanismos conquistar alguma cidadania, construí-la. Portanto, entendemos que a cidadania não é apenas a garantia dos direitos pelo Estado: ela precisa ser exercida, conquistada diariamente em programas, projetos, políticas educacionais e culturais. E, nesse processo, ela se relaciona com o local, o regional, com o cultural de forma complexa, contraditória, como no caso das políticas públicas que se redefinem e se reelaboram na participação dos sujeitos, nas ações dos movimentos e organizações que ora limitam essa construção, ora a potencializam. Esses são alguns desafios que podem ser colocados para incubadoras sociais, projetos e programas universitários, para que estes não se configurem como meios arbitrários de relacionamento com a comunidade, como mera correia de transmissão de políticas públicas pensadas e praticadas de cima para baixo. São desafios de grande magnitude, nem sempre encarados nas ações cotidianas; porém, estão aí, postos num horizonte de reflexões e questionamentos que podem fazer valer algum sentido crítico e emancipatório de uma ampla e complexa formação educacional e cultural.

## Um pouco sobre metodologias nas fronteiras entre artes e humanidades

Nossas atividades de pesquisa e de extensão partem do fato de que no próprio cerne de algumas concepções atuais de política educacional e cultural, que promovem e financiam incubadoras sociais, projetos e programas de pesquisa e extensão, há a busca do reconhecimento da ação de grupos culturais e movimentos sociais. Partimos igualmente do pressuposto de que, com incubadoras sociais e outros projetos e programas universitários, prioriza-se financiar e incentivar o desenvolvimento e a democratização de gestão e formulação de políticas educacionais e culturais, bem como processos e produtos econômicos, artísticos, culturais e educativos por meio de práticas de pesquisa e extensão transdisciplinares. Nossa hipótese é de que tal financiamento e incentivo potencializam a gestão compartilhada da política educacional e cultural, assim como a própria produção cultural e educativa, favorecendo a organização, o intercâmbio e a colaboração de sujeitos e grupos em redes. Também partimos do pressuposto de que a utilização das tecnologias de informação e comunicação em atividades econômicas solidárias, culturais, educativas e artísticas desenvolve-se atualmente em processos complexos, com hibridização e intercâmbio identitário e subjetivo de sujeitos, grupos e linguagens (CANCLINI, 2003, 2005; SANTAELLA, 2003; SANTOS, 2012), o que possibilita a criação e a reinvenção de produtos e significados sobre o mundo, também para sua circulação em redes de compartilhamento na cultura digital.

Portanto, em nossas pesquisas e atuações extensionistas, também observamos que o financiamento e o apoio na estruturação – expandindo e recriando gestão e política educacional e cultural – desencadeiam novos processos e produtos econômicos, artísticos, culturais e educativos por parte de sujeitos e

grupos que procuram hibridizar linguagens e desenvolver novos processos de criação, produção, edição, circulação, divulgação de bens materiais e imateriais. Esses processos, que nos propusemos a estudar, podem levar sujeitos e grupos a construir tecnologias sociais e culturais como ferramentas de comunicação e cultura que necessitam ser criadas, desenvolvidas, aprimoradas e acessadas em redes de compartilhamento, para que tanto a gestão cultural e as políticas culturais quanto a produção artística, cultural e educativa ligada à economia solidária e às políticas de diversidades possam ter mais possibilidades de criação e expressão, melhor qualidade, bem como de formas de acesso, circulação e divulgação em nível local, nacional e global.

As políticas econômicas solidárias, culturais e educacionais, em torno de cidadanias culturais desenvolvidas por meio das incubadoras sociais, programas e projetos de pesquisa e extensão buscam, de forma ambiciosa e – por que não? – utópica, transformar e se apropriar, de alguma maneira, do próprio sentido do que é considerado como economia, política, arte, cultura, cultura política, educação, identidades, subjetividades, modos e estilos de vida, percepções e cidadanias culturais (CHAUÍ, 1995; HALL, 2006; GIDDENS, 2002; CASTELLS, 2003; CANCLINI, 2003, 2005). Privilegiam o apoio e o desenvolvimento de uma cultura política e econômica solidária que valoriza e promove a intersecção entre artes e humanidades, baseada em redes de compartilhamento no universo *cibercultural* e na disseminação de práticas econômicas solidárias como educativas, culturais, artísticas e performáticas, em processos de construção de tecnologias sociais e culturais. Nesse sentido, nossa hipótese é de que tais programas e projetos, cientes desse debate, podem permitir desde a valorização do patrimônio histórico material e imaterial por meio do mapeamento e do apoio às tecnologias sociais e culturais, quanto o ativismo e a

ação política que trazem corpos e subjetividades antes invisíveis, recriados e pluralizados por novos movimentos sociais e culturais. Podem surgir ações entrelaçadas a favor da democratização da economia, do trabalho, da informação, da cultura e da educação, cada vez mais discutidas, propagadas e ampliadas em redes digitais, pela internet – vista como um novo espaço público de discussões e definições políticas que ultrapassam visões mais fechadas do que significa atualmente se fazer política educacional e cultural e/ou política no sentido mais amplo (CANCLINI, 2003, 2005; LÉVY, 2010; LEMOS, 2007; SANTAELLA, 2003). A cidadania cultural, a mudança do papel de consumidores passivos para ativos produtores culturais, o crescimento da diversidade da produção cultural descentralizada, a invenção e fluidez de novas linguagens estéticas, subjetividades e identidades culturais, são alguns dos aspectos dos processos de produção econômica solidária, artística, cultural e educacional que parecem emergir com força nas novas políticas públicas, das quais programas e projetos de extensão e pesquisa, financiados pelo Estado e também pela iniciativa privada, atuam como polos desenvolvedores.

A construção de metodologias abrange o desenvolvimento de trabalho de campo inter e transdisciplinar, considerando igualmente algumas contribuições teóricas mais recentes do campo da gestão social que dão destaque para os pontos relacionados a metodologias não convencionais, não tecnicistas, que questionam práticas de investigação positivistas consagradas, que não valorizam o papel dos sujeitos de pesquisa e da interatividade na construção de novos conhecimentos (GIANELLA, 2008). Nesse sentido, tais metodologias visam conhecer as condições e as estratégias de formulação e gestão compartilhada da política educacional e cultural, com sistematização e análise de desenvolvimento de práticas, processos, produtos econômicos solidários, culturais, artísticos e educativos,

em conjunto com a avaliação qualitativa da própria política desenvolvida.

Uma ação que podemos citar foi o desenvolvimento do Projeto “Banco de Histórias de Trabalhadoras e Trabalhadores e a Economia Solidária: uma tecnologia social de valorização da experiência humana”, que surgiu a partir do convênio firmado entre o Ministério da Educação e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, desde o início de 2006. O convênio partiu de um projeto inicial contemplado no edital do ano de 2005 do *Programa de Apoio a Atividades de Extensão em Políticas Públicas – PROEXT*. Esse projeto caracterizou-se como o desenvolvimento de uma tecnologia social e tornou-se, pelo tempo de sua execução, parte da metodologia do Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL-UEPG) (SANTOS, 2007a-d, 2008; MEIHY & RIBEIRO, 2011). Visou, sobretudo, contribuir com a valorização da experiência humana<sup>4</sup> e a elaboração de Diagnósticos Participativos dos grupos de trabalhadores a serem acompanhados por pesquisadores/extensionistas com o objetivo de criação e consolidação de cooperativas e associações como alternativa de geração de trabalho e renda no contexto da economia solidária.

## Pesquisa e extensão universitárias como políticas públicas culturais e educacionais

Em suma, as pesquisas e ações extensionistas desenvolvem uma gama de atividades educacionais e culturais (oficinas, debates,

---

4 O Programa de Extensão Memória dos Paladares (UFABC – SP), do qual participamos da coordenação, também foi financiado pelo Edital PROEXT/MEC – 2011, com proposta de construção de um acervo de narrativas ou banco de histórias, que atualmente conta com mais de cinquenta entrevistas.

palestras, eventos, performances, feiras com pontos de venda e debate, clubes de trocas); estimulam processos de produções simbólicas em convergência de linguagens (fotográfica, audiovisual, musical, textual, oral); geram produtos econômicos solidários, educativos e culturais (bens materiais, como alimentos, artesanatos, prestação de serviços; e bens imateriais e simbólicos, como músicas; vídeos; fotos; blogs/sites; textos; livros; performances) com foco nas diferenças que conformam diversidades culturais. Realizam assim a circulação, divulgação e promoção de práticas, processos de produção de produtos econômicos solidários, educativos, culturais e artísticos.

As manifestações, por definição, são interculturais, mistas, híbridas, plurais. É importante destacar que os produtos econômicos solidários, culturais e educacionais já são pensados inicialmente para circular para maior público além daquele que seria de abrangência tradicional desses grupos em suas comunidades de origem. Circulam na comunidade acadêmica, ganham espaço pela internet, com hibridização de tecnologias de informação e comunicação, de linguagens artísticas e culturais, e de formas de circulação e consumo. Em oficinas, feiras e eventos, a circulação é vista como uma forma de promoção de cidadanias culturais de sujeitos e grupos antes invisíveis, materializada em escritos e imagens impressas, mas também em projeções audiovisuais e performances ao vivo. Fala-se em trocar bens e ser solidário em público, consumir de forma consciente e sustentável como ato performático, como comportamento expressivo que utopicamente problematiza nos espaços públicos e privados as esferas econômicas, culturais, educacionais, políticas.

Por fim, ressaltamos que incubadoras sociais, projetos e programas universitários podem problematizar os modos, os sentidos, os objetivos, os processos pelos quais podemos fazer políticas públicas, sejam estas econômicas solidárias, culturais

ou educacionais. Podemos, assim, pensar práticas de gestão compartilhada e manifestações artísticas, educativas e culturais portadoras de tecnologias culturais e sociais, em sintonia com as próprias linguagens da política, da cultura, da educação ou da arte. Há, de fato, financiamento e incentivo das universidades e de governos que bancam essas ações, potencializando interculturalidades e transdisciplinaridades em âmbito digital, favorecendo organização e colaboração de sujeitos e grupos em redes de compartilhamento por meio da internet, em processos político-culturais complexos, com hibridização e intercâmbio identitário e pós-identitário, subjetivo, de sujeitos, grupos e linguagens. Existe – com toda a complexidade do que essa existência pode implicar – promoção de um horizonte utópico e de uma possibilidade de avaliação crítica permanente da própria implantação e gestão compartilhada das políticas públicas, por conta do perfil dos sujeitos dos grupos, simultaneamente, produtores e agentes, sujeitos protagonistas e organizados nos movimentos sociais, culturais e artísticos. Estes podem talvez enxergar nos espaços da educação, da arte, da cultura, da economia, do trabalho, formas de reconhecimento de suas tecnologias culturais e sociais e de suas propostas de melhorias da qualidade de vida de suas comunidades.

Afinal, incubadoras sociais, projetos e programas universitários podem tentar se afirmar como locais de formação humana, nos quais trabalho, economia, arte, cultura, lazer, patrimônio histórico material e imaterial, promoção de cidadanias culturais – entre outras dimensões da experiência humana – se mesclam, se interpelam e, eventualmente, tentam assim re-fundar culturas políticas e políticas econômicas, culturais e educacionais para garantia de direitos em outros termos, plurais, democráticos e complexos, no início do novo século, em que mudança social e solidariedade não sejam apenas mais que algumas palavras...

## Referências bibliográficas

- BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. *Economia Solidária como política pública*. São Paulo: Cortez, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARLSON, Marvin. *Performance. Uma introdução crítica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *A globalização imaginada*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- CARRION, R. M.; VALENTIM, I. V. L.; HELLWIG, B. C. (orgs.) *Residência solidária*. Vivência de universitários com o desenvolvimento de uma tecnologia social. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. (A Era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 1) 7ª. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. “Cultura política e política cultural.” *Estudos Avançados* [online]. 1995, vol.9, n.23, p. 71-84.
- DAGNINO, Evelina. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. *¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Daniel Mato (coord.). Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: EACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.
- FEIJÓ, Martín Cezar. *O que é política cultural?* 5ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.
- GIANELLA, Valéria. “Base teórica e papel das metodologias não convencionais para a formação em gestão social.” In:

- CANÇADO, Airton Cardoso; SILVA Jr., Jeová Torres; SCHOMMER, Paula Chies Schommer; RIGO; Ariádne Scalfonti (orgs.). *Os desafios da formação em gestão social*. Coleção ENAPEGS v. 2, Palmas-TO: Provisão, 2008, p. 11-36.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed., Porto Alegre: DP&A, Editora, 2006.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 17ª. ed., São Paulo: Ed. Loyola, 2008.
- LEMONS, André. *Cibercultura*. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 3ª ed., Porto Alegre, Sulina, 2007.
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva*. Por uma antropologia do ciberespaço. 6ª. ed., São Paulo: Ed. Loyola, 2010.
- LOURO, G. L. “Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.
- MEIHY, José Carlos S. B.; RIBEIRO, Suzana L. S. *Guia prático de história oral*. São Paulo: Contexto, 2011.
- OLIVEIRA, P. de S. *Cultura solidária em cooperativismo: projetos coletivos de mudança de vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- PINTO, J. R. L. *Economia solidária: de volta a arte das associações*. Porto Alegre: Editoria UFRGS, 2006.
- SANTAELLA, Lucia. *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. 3 ed., São Paulo: Paulus: 2003.
- SANTOS, Andrea Paula dos. “Empreendimentos sustentáveis e patrimônio natural e cultural: possibilidades de desenvolvimento regional por meio da economia solidária e de novas tecnologias

sociais”. IN: MELO, M. S. De; MORO, R. S.; GUIMARÃES, G. B. *Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná*. Ponta Grossa, PR: Ed. UEPG, 2007a, pp. 213-219. Disponível em: [http://ri.uepg.br:8080/riuepg/bitstream/handle/123456789/466/CAP%C3%8DTULO22\\_EmpreendimentosSustentaveisPatrimonio.pdf?sequence=1](http://ri.uepg.br:8080/riuepg/bitstream/handle/123456789/466/CAP%C3%8DTULO22_EmpreendimentosSustentaveisPatrimonio.pdf?sequence=1) Acesso em: 24/10/2012.

\_\_\_\_\_. “Projeto Banco de Histórias de Trabalhadoras e Trabalhadores e a Economia Solidária: uma tecnologia social de valorização da experiência humana”. *V Encontro Internacional de Economia Solidária: O discurso e a prática da Economia Solidária*. NESOL-USP, 2007b. Disponível em: <http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Tecnologia/TEC-01.pdf> Acesso em: 24/10/2012.

\_\_\_\_\_; FILIPAK, A. “Práticas de pesquisa e extensão em torno do desenvolvimento sustentável no contexto da reforma agrária: o Programa IESOL e a Associação Coletiva de Produção do Assentamento Estrela, Ortigueira, PR”. *V Encontro Internacional de Economia Solidária: O discurso e a prática da Economia Solidária*. NESOL-USP, 2007c. Disponível em: <http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Tecnologia/TEC-10.pdf> Acesso em: 24/10/2012.

\_\_\_\_\_. et. al. “Incubadora de Empreendimentos Solidários: uma nova perspectiva interdisciplinar”. *Revista Conexão UEPG*, Vol. 2, No 1 (2007d), pp. 48-51. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3858> Acesso em: 24/10/2012.

\_\_\_\_\_. et. al. “Economia Solidária no contexto da reforma agrária: estudos sobre assentamentos”. *Revista Conexão UEPG*, Vol. 4, No 1 (2008), pp. 68-71. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3815> Acesso em: 24/10/2012.

\_\_\_\_\_. “Tecnologias sociais e culturais: reflexões sobre noções de tecnologia em políticas educacionais e culturais” In: ZIMERMANN, Artur; DIETRICH, Ana Maria (orgs.) *Café com PP: novas abordagens de políticas públicas no Brasil*. Santo André, SP; UFA-BC, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. “Por uma Concepção Multicultural dos Direitos Humanos.” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Vol. 48, 2000, p. 11-32.

\_\_\_\_\_. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalistas*. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SINGER, Paul. *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativa*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

# Moedas criativas: incubadoras de negócios além do bem e do mal

---

## **Gilson Schwartz**

Professor Adjunto da Escola de Comunicações e Artes – ECA-USP

### Introdução

O projeto de pesquisa-programa-ação Cidade do Conhecimento é inspirado em uma pedagogia de empoderamento e apropriação na área de comunicação e artes (BAR *et al.*, 2007). A orientação volta-se a criar situações para que cada participante se torne um sujeito responsável da produção cultural em rede, conectando o local (seja uma escola em Jundiaí, Taubaté ou São Paulo) a um “local global virtual” (a Cidade do Conhecimento na USP alinhada à rede *Games for Change*). Busca-se assim, proporcionar envolvimento efetivo e afetivo de todos os elos comprometidos com a sustentabilidade das “cadeias de produção e distribuição” de informação, comunicação e conhecimento nos diversos ambientes nos quais os atores têm a capacidade de mobilizar para um novo brincar eletrônico coletivo, lúdico e criativo.

Abrem-se desse modo novas possibilidades de representação: os pesquisadores assumem também a condição etnográfica

de pesquisadores-programadores-interatores em ambientes escolares formais e informais. A organização dessas redes criativas tem como referência o uso de moedas complementares ou sociais, denominadas “moedas criativas”.

A evolução desse modelo foi lenta, gradual e permeada por sucessos, acidentes de percurso e dificuldades inerentes à inovação em qualquer área, mas que se tornam mais dramáticos no contexto de obstáculos estruturais à difusão de novas práticas pedagógicas agravadas pela instabilidade política e institucional das políticas de educação e cultura no Brasil.

O projeto de aproximação entre as redes digitais e a criação de moedas locais voltadas à ativação de circuitos, atividades e conteúdos educacionais e culturais começa em 2002-2003, pouco depois da criação da “Cidade do Conhecimento” como projeto de Pesquisador Visitante no Instituto de Estudos Avanços, cujo Grupo de Estudos de Informação e Comunicação, liderado por Imre Simon, publicara concurso de projetos em 1999. Entre 2000 e 2002 foram realizados estudos teóricos, uma revisão do estado da arte nas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e os primeiros projetos-piloto voltados à aproximação entre redes digitais e processos inovadores de produção de conhecimento (o primeiro foi em parceria com a IBM, como parte das ações do Ano Internacional do Voluntariado e com apoio do Instituto Ethos).

Em 2003, a expressão consagrada para essa área de estudos e projetos era a “inclusão digital”. Na época, falava-se muito em “telecentros” e ainda não existiam “pontos de cultura” (terminologia que seria consagrada pelo Ministério da Cultura ao longo das gestões Gilberto Gil e Juca Ferreira). O primeiro projeto voltado à criação de moedas locais associadas a fluxos de atenção à educação, cultura e empreendedorismo criativo foi realizado pelo grupo de pesquisa Cidade do Conhecimento em convênio com o Instituto Nacional de Tecnologia da

Informação; eram os primórdios do programa “Casa Brasil”, entre outras iniciativas de “inclusão digital” do governo Lula. No governo estadual paulista, iniciativas análogas eram implementadas como “infocentros” (Programa Acesso São Paulo).

Do projeto inicial, destacaram-se duas inovações cujo pioneirismo rendeu vários prêmios ao grupo de pesquisa. A primeira foi olhar menos para telecentros e formas convencionais de inclusão digital (como o ensino de ferramentas básicas de software de escritório, proprietário e livre) para investir na inclusão social pela produção cultural para telefones celulares.

Fizemos o piloto em comunidades no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, em parceria com índios xavantes, com o cineasta Jorge Bodanzky no Pará e com a comunidade local na Praia da Pipa, no Rio Grande do Norte (em 2005 e com apoio da FI-NEP em 2006). A segunda inovação foi a criação de uma moeda local emitida pelo “telecentro”. Instalada uma antena da rede GESAC (Ministério das Comunicações) criou-se, juntamente com artistas, empresários, professores, estudantes e turistas, o “garatu” na Praia da Pipa (RN). Transformamos o telecentro num banco central local e imprimimos as cédulas, que passaram a circular no setor de turismo e entre estudantes da rede pública municipal. Nessa mesma época, o Banco Palmas dava seus primeiros passos em Fortaleza. Em 2009, no *I Fórum de Inclusão Financeira*, o Banco Central finalmente reconheceu essas iniciativas e hoje falar em moedas sociais, ou seja, meios de pagamento criados de baixo para cima, cujo lastro é o capital social local, deixou de ser tabu ou inovação exótica.

Moedas criativas são moedas cujo capital ou “lastro” é cultural. São as moedas da economia criativa. Podem ser vistas ainda como uma forma tecnologicamente avançada de “vale-cultura”. Mais recentemente, o Ministério da Cultura criou uma Secretaria da Economia Criativa. Antes disso, o projeto “Moedas Criativas” recebeu dois prêmios do MinC: o “Interações

Estéticas – Residências Artísticas em Pontos de Cultura” em 2009 e o “Cultura e Pensamento”, em 2010. Nesses projetos, como já fazíamos de modo pioneiro em 2002-2003, as moedas criativas surgem como uma excelente oportunidade para a inovação e o desenvolvimento de formas tecnologicamente avançadas de gestão de espaços como pontos de cultura e escolas.

De modo geral, falar em moedas cujas funções estão integradas à criação é pensar e desenvolver novos potenciais de financiamento, geração de renda e ocupação nos mercados culturais, em especial os mercados da cultura digital. Trata-se em suma de projeto que segue a metodologia da pesquisa-ação em torno de novas formas do valor e práticas de mercado na economia da cultura, do audiovisual e do conhecimento digital. Um novo capitalismo surge no século 21, animado por uma redução radical nos custos de coordenação numa variedade impressionante de atividades humanas. A colaboração no mercado chegará a níveis inéditos, privilegiando o acesso compartilhado em detrimento da propriedade pura e simples. O capitalismo se reinventa valorizando uma nova forma de coletivismo. No entanto, em oposição ao coletivismo totalitário que predominou até a queda do Muro de Berlim, trata-se a partir de agora de um novo modelo de relacionamento humano que busca inspiração na cooperação livre e na criatividade responsável.

No centro dessa nova formação social e econômica está a “*mesh*”, ou seja, um tipo de colaboração em redes digitais que se torna viável e ganha potência por meio de infraestruturas audiovisuais. A coordenação, privada ou pública, substitui de modo parcial e complementar a propriedade privada e as moedas correntes, abrindo a perspectiva de produção e distribuição de um número enorme de ativos intangíveis por parte dos indivíduos, das famílias e das empresas. Ao “brincar” com o dinheiro, essas redes revolucionam as atividades, gerando

desafios inéditos praticamente em todos os setores da indústria e nas instituições, e não apenas na chamada indústria cultural ou economia criativa.

Para os empreendedores criativos (com ou sem fins lucrativos) abre-se uma oportunidade histórica sem precedentes para gerar valor reinventando práticas de aprendizagem, inovação em projetos, produtos e processos, abrindo novas fronteiras de mercado. Do jovem que ainda está nos bancos da faculdade aos dirigentes das grandes empresas globalizadas, quem ficar fora das novas formas de organização colaborativa é visto como incapaz de competir, por não saber compartilhar.

Dez anos depois das primeiras experimentações, período em que houve erros e acertos, passa-se a nova etapa em 2010 e 2011, quando o BNDES torna-se patrocinador de eventos voltados a uma análise teórica e prática do potencial desses novos meios de pagamento alinhados às práticas colaborativas da sociedade do conhecimento.

Uma década depois dos primeiros passos, foram estabelecidas pontes entre a pesquisa acadêmica e o diálogo tanto com as autoridades públicas quanto com empreendedores e investidores privados, lideranças do terceiro setor e artistas. A própria Cidade do Conhecimento consolidou-se, portanto, como uma rede público-privada com foco no compartilhamento de conhecimento, tecnologia e potência de captação de recursos financeiros para a cultura audiovisual digital. A partir de 2005, o projeto foi ancorado no Departamento de Cinema, Rádio e TV da Escola de Comunicações e Artes da USP.

## A criação de moedas

O objetivo maior da incubadora é colocar em circulação moedas da cultura e do conhecimento, emitidas por pontos de cultura,

ONGs, escolas e universidades com o apoio da Cidade do Conhecimento da USP, de modo a amparar a incubação de conteúdos e infra-estruturas de produção audiovisual.

Para quem se envolve em atividades caracterizadas como “Pensar”, definem-se unidades de conta para remunerar em “Saberes”. Iniciativas práticas no campo do “Fazer”, ou seja, da produção, da realização, do ativismo e da mudança social e política, são remuneradas com a moeda “Talentos”. Finalmente, atividades no campo do “Brincar” (esporte, entretenimento, cultura) são remuneradas com “Alegrias”. A circulação das novas moedas estabelece um campo de provas onde aceitar esse tipo de remuneração equivale a subscrever um novo contrato social e econômico, dispondo-se a compartilhar benefícios e riscos de investir em atividades ligadas a educação, cultura, ciência e tecnologia para o desenvolvimento humano e local. Esse é um processo que sabemos lento, nunca linear, surpreendente, ou seja, ele próprio criativo.

Estamos já na era da “íconomia”, ou seja, uma economia de ícones digitais que tornam ultrapassadas as fronteiras habituais do valor econômico, seja na vertente materialista (custos, trabalho ou energia gastos), seja na vertente instrumental-racionalista (escassez e autorregulação rumo ao equilíbrio dos mercados). Ou seja, as moedas criativas são objetos-rede que expressam e viabilizam avanços numa nova perspectiva teórica, permitindo novos conceitos de educação profissionalizante, uma nova prática nas áreas de cultura e extensão na universidade, uma aproximação não apenas entre áreas do conhecimento mas, também, entre práticas sociais no setor privado, no setor público, na academia e no chamado terceiro setor.

Ainda estamos presos no maniqueísmo entre propriedade privada, de um lado, e aparelhamento ideológico do Estado, de outro. A mudança cultural e prática ocorre aos poucos e, sempre é bom lembrar, com recuos, fracassos e desvios. O

anjo da História avança olhando para trás, o progresso se faz a contrapelo.

Além da questão teórica e política, o Brasil está muito atrasado no investimento em infraestrutura tecnológica e formação profissionalizante voltadas para a emancipação digital (ou seja, a inclusão digital que gera riqueza, identidade e conhecimento, não apenas oportunidade de consumo de máquinas ou serviços de massa). Os episódios se sucedem numa longuíssima novela em que ora se fala do FUST, ora da banda larga, outrora foi o GESAC. Temos que superar a carnavalização da inclusão digital e crescer com políticas públicas de empreendedorismo criativo no meio digital.

## Dinheiro como experimentação criativa

O dinheiro que usamos, criado pelo Banco Central, é raro, escasso. Você trabalha para ganhar, faz sacrifícios para poupar. Desde a mais remota história, as sociedades usam coisas (como sal ou conchas) e também inventam símbolos (estampados em moedas e cédulas) para indicar o valor das coisas. Mas o que acontece ao dinheiro num mundo de tantas trocas virtuais, onde a imagem que representa valores pode ser criada, remixada e digitalizada?

Na sociedade do espetáculo digital, o valor pode ser ampliado ou destruído rapidamente pela Internet, pelo telefone celular, pelas compras coletivas e pelos projetos colaborativos. A moeda estatal foi a primeira grande revolução na história do dinheiro e data da antiguidade clássica. A segunda grande revolução data do Renascimento e foi a invenção do dinheiro privado: títulos de dívida trocados entre bancos, governos e comerciantes, que depois se tornaram o papel-dinheiro. O mundo digital pode produzir a terceira grande revolução: o dinheiro criativo.

O dinheiro fica tão eletrônico quanto o e-mail. Surgem novos modos de usar, compartilhar, distribuir e organizar a produção e a distribuição de riquezas, materiais e imateriais. Moedas digitais imaginárias são usadas em games, clubes de fidelidade ou coletivos de compras. Novos mundos virtuais integram e redefinem as redes de cartões de crédito e as transações pelo celular, sensores e códigos.

A mudança do dinheiro para a forma digital é o ponto de partida para a criação de moedas que sirvam para trocar, compartilhar, distribuir e organizar as artes, a cultura, a educação, a ciência e a tecnologia, promovendo o empreendedorismo em todos os campos em que se agigantam os desafios de promover a cidadania.

A circulação desse dinheiro “criativo” totalmente digital poderá animar empresas, cidadãos, governos e associações, nacionais e internacionais, a mudar o mundo “brincando” de valorizar ações que se traduzem em aprendizagem, solução de problemas e progressos no bem-estar social e na sustentabilidade ambiental.

A moeda criativa é social, seu banco central é imaginário, mas pode colocar em circulação e dar novos destinos a mundos e fundos. A moeda criativa facilita as trocas de informação com as quais podemos aumentar nossa produção de cultura, arte e conhecimento para a solução de problemas. Aceitar moedas criativas é reconhecer que uma nova escala de valores, objetivos e resultados é necessária, ou seja, que um dinheiro sustentável é possível desde que amparado em práticas pedagógicas emancipatórias e numa apropriação sempre singular desses valores e resultados.

## Conclusões

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil lançou o projeto *+20 Ideias para girar o mundo* como contribuição para os debates no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20. O projeto Moedas Criativas foi um dos destaques na agenda, levando a iniciativa a uma escala sem precedentes de visibilidade e potencial.

O projeto de um fundo de moedas imaginárias, cujo capital ou “lastro” seja cultural e educacional, assumindo-se como representação da economia criativa ou como uma forma tecnologicamente avançada de “vale-cultura”, tem uma história de pelo menos uma década de experimentações, aprendizados e avanços na constituição de uma rede híbrida de apoio, envolvendo academia, governo, empresas e sociedade, em escalas locais, regionais, nacionais e internacionais. Premiado pelo Ministério da Cultura, patrocinado pelo BNDES, destacado pela UNESCO, a partir de 2012 associado à área de games do portal UOL, filiado à rede internacional *Games for Change* e aberto à participação crescente de escolas públicas e particulares, o projeto de uma ordem monetária inspirada e focada em gerar maior adesão, compromisso e eficiência em processos de aprendizagem e ensino segue avançando.

O espírito do projeto é inverter a determinação causal que sempre colocou a educação e a cultura a reboque de “fatores econômicos” para levar a cabo, numa rede global de experimentação sociotécnica, o poder criativo contido na liberação do poder coletivo de criação monetária.

A crise econômica internacional é uma crise de ícones, a começar do ícone maior do sistema econômico global: a moeda. Do euro que derrete ao dólar que estremece, o terremoto financeiro põe a nu as engrenagens da própria representação

da riqueza. A cultura, a arte, o mecenato, as leis de incentivo, a economia feita de capitais humanos, sociais e simbólicos não passam ao largo. E se além de vítima da crise, o mundo da representação tivesse em si a semente da reconstrução de uma sociedade global mais harmônica, íntegra e sustentável?

Esse é o espírito do projeto transmídia *Moedas Criativas*: inverter a determinação causal que sempre colocou a cultura a reboque dos “fatores econômicos” para levar a cabo, numa rede global de experimentação sócio-técnica, o poder criativo contido na liberação do poder coletivo de criação monetária.

Moeda é mídia. No planeta atravessado por novas tecnologias de informação e comunicação, o poder, a técnica e o sentido que emanam da representação maior da riqueza, o fetiche do dinheiro, passam a atuar em sinal contrário, instaurando relações de troca, acumulação, entesouramento, poupança e investimento que aproximam Adam Smith de Georges Bataille, John Maynard Keynes de Michel Foucault, Milton Friedman de Jacques Lacan, o Banco Central de uma galeria de arte e o sistema de crédito de uma poderosa e inovadora máquina de criação e inteligência coletivas.

*Moedas Criativas* é um jogo, uma rede, um pacto político, uma revolução local que muda o sinal da transformação global numa nova era pode ser caracterizada por transações entre objetos interconectados e associados às redes sociais. Esses são os componentes essenciais da criação de valor. Trata-se de um universo multidimensional e interdisciplinar. As principais dimensões são: tecnologia, processos de negócios, governança, segurança e privacidade, padronizações e fatores humanos que atuam simultaneamente, por meio de relações complexas e ainda desconhecidas, determinando o sucesso ou o fracasso de aplicações e serviços na tarefa de oferecer benefícios à sociedade. Esse universo tumultuado que tem recebido a denominação de Internet das Coisas (*Internet of Things*) é objeto de

pesquisa do iRIoT (*Interdisciplinary Research for the Internet of Things*), integrando pesquisadores da Escola Politécnica, da Cidade do Conhecimento e da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Afinal, a crise global trouxe para primeiro plano o imperativo de repensar e reconstruir o marco regulatório global para as atividades financeiras (direitos, governança, novas legitimidades). Também ganhou prioridade a reconexão dos mecanismos e instituições de financiamento ao “mundo real”, ou seja, a atividades com resultados sustentáveis e relevantes para a geração de emprego, conhecimento e identidades locais. A especulação que se alimenta da euforia traduz-se na crise monetária em novas formas de medo, paranoia e mistificação, supressão de direitos e manipulação da intimidade.

O financiamento à cultura destaca-se entre as possíveis (e necessárias) novas “âncoras” da circulação monetária e financeira. E o Brasil já ganha destaque nesse contexto, ao trazer para o centro do debate a reforma das instituições de fomento à cultura, da Lei Rouanet ao “vale cultura”. Fenômenos como bancos comunitários, formas colaborativas de produção, microcrédito e moedas sociais também ganham destaque e se espalham no país das reformas monetárias, financeiras e fiscais.

O projeto *Moedas Criativas* coloca em discussão as novas formas de representação do valor da cultura assim como a cultura dos que lideram a reconstrução do sistema produtivo globalizado.

As mais expressivas lideranças no ativismo digital e cultural hoje ampliam os horizontes da economia criativa gerando novas tendências e projetos em comunidades locais que já se lançam ao uso de “moedas criativas”, também conhecidas como “sociais” ou “complementares”. Essas moedas criam novas possibilidades de produção e distribuição de bens e serviços culturais; combinam inclusão digital, educação contínua, geração

de renda e empoderamento de estudantes, professores e educadores informais, abrindo uma nova era de interações (*online* e *offline*) numa escala onde ganha densidade o hibridismo entre o local e o global.

## Referências

- ALENCAR, B. *Projeto de professor da ECA é destaque na Rio+20*. 2012. Disponível em: <http://www5.usp.br/12373/projeto-de-professor-da-eca-e-destaque-na-rio20/>>. Acesso em: out. 2012.
- BAR, F. et al. *Mobile technology appropriation in a distant mirror: baroque infiltration, creolization and cannibalism*. [2007]. Disponível em: <[http://arnic.info/Papers/Bar\\_Pisani\\_Weber\\_appropriation-April07.pdf](http://arnic.info/Papers/Bar_Pisani_Weber_appropriation-April07.pdf)>. Acesso em: out. 2012.
- PALMEIRAS, R. *Que tal pagar a entrada do teatro com moeda criativa?* 2012. Disponível em: <[www.brasileconomico.ig.com.br/noticias/que-tal-pagar-a-entrada-do-teatro-com-moeda-criativa\\_116233.html](http://www.brasileconomico.ig.com.br/noticias/que-tal-pagar-a-entrada-do-teatro-com-moeda-criativa_116233.html)>. Acesso em: 20 abr. 2012.
- Projeto SEMEARA\_CULTURA. *Tecnologia em prol da cultura*. 2012. Disponível em: <[www.iotbrasil.com.br/projeto-semeara\\_cultura-tecnologia-em-prol-da-cultura-prof-gilson-schwartz/](http://www.iotbrasil.com.br/projeto-semeara_cultura-tecnologia-em-prol-da-cultura-prof-gilson-schwartz/)>. Acesso em: set. 2012.

## Links

Cidade do Conhecimento: [www.cidade.usp.br](http://www.cidade.usp.br)

Games for Change America Latina: [www.gamesforchange.org.br](http://www.gamesforchange.org.br)

Moedas Criativas: [www.culturadigital.br/schwartz/](http://www.culturadigital.br/schwartz/)

## 5. DOCUMENTÁRIO COMENTADO

### *Encontro com Milton Santos ou o Mundo Global visto do lado de cá*

---

Co-Presidentes:

**Haydée Maria Marino de Sant'Anna Reis**  
**Maria Rita Resende Martins**

Comentários do Diretor

**Silvio Tandler**

Exibição do Documentário

*Encontro com Milton Santos ou o Mundo Global visto do lado de cá*



## Comentários do Diretor

---

### **Silvio Tendler**

Documentarista; Professor do Departamento de Comunicação Social da PUC-RJ

Começo respondendo a três questões essenciais para um jornalista que elabora uma matéria: *Como, quando e por quê?* Não coloco o “onde” por que não houve uma materialidade local e, portanto prescinde resposta.

Começo respondendo por quê? A primeira vez que ouvi falar do professor Milton Santos foi em 1995, quando estava fazendo um filme sobre Josué de Castro. A filha de Josué, Anna Maria, que me balizava no filme, me disse que eu deveria entrevistar o professor Milton Santos, brilhante geógrafo brasileiro que havia terminado de receber o Prêmio Vautrin Loud, o maior prêmio mundial de geografia. Milton Santos estava na França e como eu iria entrevistar o abade Pierre, amigo do professor, aproveitei minha viagem à França para entrevistar o Prof. Milton.

Pouco conhecia dele, na medida em que não sou geógrafo por formação e no meu curso de graduação a geografia se resumia a uma decoreba insuportável de afluentes de rios. Então me absolvo de minha ignorância e agradeço a geração do Prof. Milton o fato da Geografia ter se tornado política.

Em Paris, em março de 1995, o professor Milton Santos me recebeu para responder questões sobre seu mestre e amigo Josué de Castro. Acredito que tenha sido a entrevista mais difícil que fiz ao longo de minha carreira de cineasta para cortar. Aquele largo sorriso e a rapidez de raciocínio esgrimiam uma lucidez e inteligência fascinantes. Tudo o que dizia era importante. Ao falar da clarividência de Josué parecia estar falando de si próprio. Tanto assim que o filme *Encontro com Milton Santos* abre com a definição de clarividência que deu para Josué de Castro.

Conversamos muito. Estávamos no auge do fascínio como processo de globalização. Puxei o assunto e novamente a bordo de seu largo pacífico o Milton Santos me explicou que a globalização não daria certo. Apreensivo, insisti que as pessoas estavam adorando a possibilidade de consumir produtos ou viajar, etc., etc., etc. Ele abriu seu sorriso e foi taxativo: “Não vai ter para todo mundo”. A farra da globalização logo se converteu na total liberdade para circulação de capitais e mercadorias, e muros para os humanos. O professor tinha razão, logo, logo o ex-terceiro mundo converteu-se em “países emergentes”, excluídos do banquete e convidados a pagar a conta.

A partir deste momento passei a pensar em fazer uma entrevista com Milton Santos. Entre 1995 e 1999 tivemos vários encontros que sempre terminavam com a promessa recíproca de um trabalho conjunto. Soube então que o professor estava seriamente doente e vi que o quando seria agora ou nunca.

Liguei no fim de 1999 para a assistente do Professor Milton Santos para marcar a entrevista. O professor prontamente concordou. Logo nos primeiros dias de 2000 peguei um ônibus com um assistente, Terêncio Porto, e duas câmeras no limite do amador. Em São Paulo, o cineasta Marcelo Garcia nos aguardava. Fomos para a sala do professor na USP para ouvi-lo.

Fomos para ouvi-lo sobre o processo de globalização, mas Milton Santos nos deu uma aula de mundo, mídia, filosofia,

Estado e tudo o que queria falar. Na verdade quem pautou a entrevista foi ele. Com seu falar circunloquial traçava longos caminhos até chegar à resposta ao que eu havia perguntado. Falava, falava; falava até me dizer: “então, quanto à...” e respondia a questão. Se no começo do texto disse que, por seu brilhantismo, a entrevista de Milton Santos foi a mais difícil de minha carreira e de cortar, agora acrescento que foi a mais difícil de montar. Não foi fácil acompanhar os caminhos tortuosos, igualmente brilhantes, do seu raciocínio.

De repente fiquei angustiado de ver aquele gigante falando e eu com aqueles equipamentos hipermodestos registrando as imagens. Perguntei: “Para quem o Sr. está falando tudo isso?”. Ele me olhou no olho através da minha câmera e falou: “para você”. E arrematou: “Com poucos meios também se fazem grandes coisas”. Ali percebi que estava irreversivelmente comprometido com esse filme.

Milton Santos mudou minha cabeça e minha fé em tudo o que acreditava. Virou meu cérebro pelo avesso e daí nasceu *Encontro Com Milton Santos ou o Mundo global visto do lado de cá?*. Nunca mais fui o mesmo;

E o título do filme? Convidei a professora Ana Clara Torres, Miltoniana de primeira hora, que ao assistir ao filme se empalideceu e disse “mas isso não é Milton Santos...”. Decidi então que seria um *Encontro com Milton Santos* respeitando a hierarquia existente entre o mestre e o cineasta.

Assim nasceu *Encontro com Milton Santos ou o Mundo global visto do lado de cá*.

Boa viagem.



## 6. CONFERÊNCIA MAGNA

# Desafios da Democracia no Brasil: a questão do Estado, da Sociedade

---

Co-Presidentes:

**Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima**

**José Carlos Sebe Bom Meihy**

Apresentação

**Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima**

Ritual de apresentação: Roberto DaMatta e a Baixada Fluminense

**José Carlos Sebe Bom Meihy**

Desafios da Democracia no Brasil: a questão do Estado,  
da Sociedade

**Roberto Augusto DaMatta**



### **Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima**

Professora adjunta da UNIGRANRIO

*A ética não é a lei. A lei está escrita no bronze ou no papel, mas a ética está inscrita na consciência ou no coração – quando há coração... Por isso, ela não precisa de denúncias de jornais, nem de sermões, nem de demagogia, nem da polícia! A lei precisa da polícia, o moralismo religioso carece dos santarrões e as normas, de fiscais. A ética, porém, requer o senso de limites que obriga à mais dura das coragens: a de dizer não a si mesmo...*

Roberto DaMatta. *Eu não Aceito!* Coluna Cultura. *Estadão*. São Paulo: 6 de fevereiro de 2013

Receber como convidado e apresentar o antropólogo e ensaísta Roberto DaMatta é um misto de satisfação e honra. É uma *satisfação* porque conseguimos ver que a trajetória da relação Ensino/Pesquisa na Unigranrio vem se consolidando a ponto de encerrarmos uma atividade, como foi o Seminário de Iniciação Científica, com uma sensação de dever cumprido, por hora, mas com uma enorme vontade de continuar, pois o estudo, a pesquisa, a busca são sempre incansáveis – diria: um vício –

e a terminamos de forma brilhante com a presença de nosso convidado.

É uma *honra* porque estou entre notáveis. Junto comigo na co-presidência da Mesa que recebe DaMatta, um dos maiores Historiadores brasileiros, que faz da História, com a História Oral, uma fonte inesgotável de prazer, o professor José Carlos Sebe Bom Meihy. Como convidado, Roberto DaMatta: ler suas obras durante as aulas de Antropologia no curso de História na Universidade – levo *Relativizando*<sup>1</sup> como livro de cabeceira – , aprofundá-las na construção do trabalho de tese de doutorado em Sociologia Urbana e depois ter o encanto de repassá-la em sala de aula para os alunos de graduação e de mestrado. Ficaria eu divagando sobre a obra e a admiração que tenho pelo autor.

No entanto, vamos conhecer um pouco deste pesquisador: graduou-se e fez licenciatura em História na Universidade Federal Fluminense, especializando-se depois em Antropologia Social no Museu Nacional. Fez seu mestrado e seu doutorado em Harvard. Foi chefe do Departamento de Antropologia do Museu Nacional e coordenador do seu Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na década de 1970. É Professor Emérito da Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos e atualmente é Professor Titular da PUC-RJ.

Suas pesquisas etnológicas entre os índios Gaviões e Apinayé encantaram milhares de estudantes das Ciências Sociais e Humanas. Pesquisa feita no extremo norte do Estado de Goiás, *Um Mundo Dividido: A Estrutura Social dos Índios Apinayé* fez

---

1 DAMATTA, R. *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. Este Livro não pretende ser um manual de Antropologia, como o próprio autor indica, mas reflete de maneira leve ao mesmo tempo interpretativa o conceito da Antropologia Social. Nas palavras de DaMatta, “A Antropologia Social autêntica só pode acontecer quando estamos plenamente convencidos da nossa ignorância.”

com que DaMatta mostrasse como os Apinayé conseguiam manejar regras por meio de suas estruturas sociais, mostrando a atuação nos grupos de cada indivíduo – indivíduos estes que em cada situação que aparece renovam suas escolhas. Inovou com os estudos de rituais e festivais em sociedades industriais. Temas como carnaval, o futebol, a música, a comida, e o jogo do bicho são alguns dos exemplos de seus estudos com o propósito de entender o homem brasileiro.

Em *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*, Roberto DaMatta tenta responder à pergunta: o que faz a sociedade brasileira uma sociedade diferente das outras? Por que o “jeitinho brasileiro” aparece como justificativa de hábitos comuns da cena brasileira? As festas populares, sobretudo o Carnaval, transformaram-se em objetos de estudo. Procura entender a cultura da sociedade, o que a caracteriza, o dilema entre autoridade, hierarquia e a democracia e harmonia que tomam lugar na sociedade brasileira. Para isso, chama atenção para os mitos e ritos que explicam, mas não solucionam esta sociedade. Dentro do mundo da ordem e do mundo da festa, da troca de cenários entre pobres e ricos, DaMatta insere a questão das escolhas dos indivíduos e do papel da sociedade dentro de uma sociedade do conflito.

Este conflito também aparece em *O que faz o brasil, Brasil?*, que trata da identidade brasileira e a sua dupla construção: a histórica, quantitativa, que lembra dos fatos como inflação, escravidão e a qualitativa, dos costumes, como a boa comida, o abraço, uma relação mais humanizada. Mas que também trata das relações sociais, raciais, de gênero, do mundo das festas e dos prazeres, do Carnaval, novamente, como dando sentido à construção do homem brasileiro, do “jeitinho” como lugar dos excessos. Estas questões também são discutidas em *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*, assim também quando discute o mundo do jogo do bicho em *Águias, Burros e*

*Borboletas: um ensaio antropológico sobre o Jogo do Bicho*, em parceria com Elena Soarez.

*A Casa e a Rua*, obra lançada em várias edições, é um livro essencial para se estabelecer uma relação entre a sociedade brasileira e suas redes. Não somente por estas categorias Casa e Rua representarem espaços geográficos, mas por serem locais de ação da moral, das contradições e de qualquer tipo de ação social.

DaMatta coordena hoje uma pesquisa sobre educação no trânsito de muita relevância no cenário da Antropologia Urbana, lugar que hoje abriga os conflitos, os “jeitinhos” e as representações da sociedade brasileira, levando da casa para a rua o homem que vai caracterizar a sociedade no dia-a-dia.

# Ritual de apresentação: Roberto DaMatta e a Baixada Fluminense

---

## **José Carlos Sebe Bom Meihy**

Professor titular da Universidade de São Paulo

Professor do Programa de Pós-Graduação da UNIGRANRIO

Prezadas Senhoras e Senhores

Qualquer apresentação pública é sempre empreendimento arriscado, sabe-se. Que dizer então quando se trata de Roberto DaMatta, em uma sessão acadêmica na Unigranrio, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense? A primeira imagem que me veio à mente quando fui destacado para esta delicada missão – não resisto registrar – remeteu à solenidade do mestre que se dispõe a visitar seus pupilos. Logo vi, porém que não se tratava disso. Muito mais, reversamente, éramos nós seus alunos e leitores, desta amada e mal conhecida região que de nossa “escola” evocávamos o ilustre professor, antropólogo, explicador das minúcias e esquisitices brasileiras. Seria uma convocação para ajustes de contas? Cobrança na base de um “afinal, explique-se”? Ou, quiçá uma verificação cultural feita na base do “você sabe com quem está falando”? Qualquer que fosse o dado diretor dessa equação, o jogo especular das duas partes implicou definição de alteridades. E então de maneira intrigante eu deveria mediar os desejáveis entendimentos. Falar,

portanto, para o “respeitável público”, apresentando o formulador mais celebrizado de nossas bizarrices, acabou sendo um passeio em nuvem branca de céu azul.

Mas, de que lugar dialógico eu estaria eu falando? Ora, respondi a mim mesmo: vou me valer das lições antropológicas ditadas pelo ilustre visitante. Dizendo de outra forma, resolvi apresentar o colega querido me baseando em seus próprios argumentos. Foi assim que adentrei, mata adentro, buscando revelar o Roberto, cidadão comum, que se esconde no conhecido antropólogo. O desafio era sair da mata com um DaMatta conhecido pelos meus olhos de admirador dele mesmo. Assumi esta ousadia com zelo desafiante, mas o faço também com alegria de quem se nutriu sempre da inteligência propalada por um antropólogo cronista.

A crônica, como ele mesmo ensina, se escreve no calor dos fatos vulgares, no desenrolar do cotidiano das pessoas ditas simples, do comportamento de nossa cidadania tão mirada por ele. Feita de miudezas do dia a dia, as análises destiladas por Roberto DaMatta ligam o pequeno ao enorme, o presente ao passado, o singular ao plural dilatado. É exatamente aí que reside seu feitiço: Roberto DaMatta confere justificativas ao reconhecer nossos dilemas, incapacidades de objetividades, titubeios. Olhando com exagero o comportamento banal do nosso coletivo, o que é ordinário se transforma em argumento capaz de sobreviver aos fatos mínimos e se tornar explicação eloquente da originalidade de seremos brasileiros. E sua poção mais exercitada é a inversão da tediosa repetição dos fatos. É a transgressão do normativo, os contornos da regra imposta, a vingança da rotina e, sobretudo a crítica à ordem vertical que nos fazem, aos seus olhos, únicos e originais.

Seu ponto de partida e de chegada é o mesmo: “a busca da igualdade como um valor essencial da sociedade brasileira”. Porque procura, apoiado em pesquisas sutis este ideal mais

filosófico do que curioso, é que Roberto DaMatta executa a troca das complicadas teorias sociológicas, os fundamentos epistemológicos mais intrincados, com narrativas de alcance amplíssimo. O jornal lhe é, pois, mais uma sala de aula e nós, leitores, alunos seus. Sim, devo dizer que momentos há em que, lendo DaMatta, me esqueço do antropólogo e me vêm à cabeça e aos afetos o ensaísta, contador de casos, amigo brasileiro e quase pessoa de nossa família.

Mas não nos iludamos com amenidades. Com leituras constantes de textos derivados de DaMatta, aprendi a validade de usar de seus recursos para lê-lo como “provocador”, “audacioso” e “irreverente”. Assim, foi que enfrentei o clássico dilema de quantos se investem na função de mediador/apresentador, ou seja, ficar entre indicações úteis para o público e a simpatia implícita no acolhimento institucional. Não há como negar, pois desde o momento em que se aventou o nome do conferencista desta noite, me senti como que dando um balanço no papel antropológico de quem acolhe. E temas como “a casa” o “jeitinho”, “a cordialidade”, a “imprecisão” e até a “irracionalidade das relações pessoais brasileiras” se inscrevem em um quadro de afeto e paixão. Tudo, porém, buscando o equilíbrio capaz de corrigir desigualdades, intolerâncias e injustiças no tratamento entre seres humanos.

Depois de ressaltar o lado jornalístico do nosso querido antropólogo devo também valorizar seu sentido pedagógico ou professoral. Diria então que DaMatta é sim professor e mais: daqueles formados no velho estilo: um tipo que se insinua ensinando e fazendo de sua matéria a vida de seus pares, derivados da cultura brasileira vista sempre em perspectiva histórica. Como professor de antropologia, Roberto DaMatta se tornou cidadão do mundo, mas jamais renunciou ao Brasil e à vida ordinária dos brasileiros perdidos em seu dia a dia, nos impulsos subterrâneos de um comportamento coletivo “essencializado”.

Sua postura acadêmica – retraçada entre o cronista que escreve para o público amplo e o professor – se move e comove. Por se dizer aprendiz vai ensinando mandingas explicativas sobre nós mesmos. É sim, a partir da retórica de contador de casos que ele fala se enunciando como diagnosticador do tempo presente, mas de tal forma é sutil que nos ilude sugerindo que ao se referir aos brasileiros em geral, ele fala de nós em particular e dele como igual. Roberto DaMatta é, sem dúvidas, o intelectual mais lido do Brasil. Suas colunas n' *O Globo* e n' *O Estado de São Paulo* o qualificam como personagem atuante na formação da opinião pública nacional.

Não se esgota aí, contudo, o mérito de seu trabalho, que sobretudo constrói a análise da cultura brasileira entre sofisticada triagem erudita e a esperta capacidade de comunicação nos quadros da sociedade de massa. Não esperem, porém, alguém neutro ou distante. Avesso disso, temos um crítico feroz, de palavras inteiras, atrevido mesmo, eterno detrator dos poderes estabelecidos. Clama atenção o fato de ser também um romântico e bem humorado, piadista capaz de contar casos narrados com sabor de quem, como poucos, prende a atenção e convoca atitudes. Aliás, aqui se situa uma das características mais surpreendente do caro amigo: sua capacidade expositiva. Leitor voraz de textos literários, sua escrita segreda mistérios sempre revelados nas surpresas dos fins.

Apesar do nome DaMatta e de ter passado pela experiência de trabalho com índios, nosso convidado de hoje se caracteriza por ser antropólogo urbano. A constatação desta marca o faz original, ainda que não solitário. Mas, pergunta-se, a que se deve tal característica? As plurais respostas caminham pela agilidade em retrazar ligações entre o tradicional e o moderno, o oral e o escrito, fazendo que nossos Zés Pelintras e Pedros Malazartes, donas Flores, Gabrielas, se componham com reflexões sobre a Internet, novelas e cinema. Reinventor de

nossas tradições, não seria errado dizer que o professor Da-Matta transita como ensaísta exímio em todos os territórios da chamada cultura brasileira. Também cabe supô-lo como criador da moderna mitologia da brasileiridade e como divulgador maior da reflexão sobre o Brasil fora do Brasil. Seus estudos sobre o carnaval; malandros e heróis; sobre a ginga, o futebol e a capoeira; sobre relações de gênero e sexualidade, são de brilho consequente. Ele nos explica em complexidades esclarecedoras e para tanto deixo a palavra por sua conta a fim de facilitar nosso debate sobre a atual política brasileira.



# Desafios da Democracia no Brasil: a questão do Estado, da Sociedade

---

## **Roberto DaMatta**

Professor associado da Pontifícia Universidade Católica do  
Rio de Janeiro

É meu propósito discutir um assunto corrente, mas que surge aqui e ali de modo não articulado, sempre como um problema localizado e dependente daquilo que chamamos, sem atentarmos para o grau de voluntarismo contido na expressão, de “vontade política”; ou de ausência de ética, sem – por seu turno – atentarmos para a enorme presença de moralismo negativo – esse moralismo que só vale para o adversário, lido como inimigo – no nosso sistema.

Uma das maiores, senão a grande questão, quando se tenta realizar uma apreciação sociológica da ideologia brasileira e do papel da democracia no Brasil, é o predomínio de uma perspectiva estatizante de todos os nossos problemas do próprio Estado...

Digo isso inspirado e informado pelas importantes observações de Albert Hirschman, no primeiro capítulo de um esquecido livro sobre o nosso continente, intitulado *Latin American issues: essays and comments* (New York: The Twentieth Century Fund, 1961).

Nele, Hirschman observa que, na Europa, mais especificamente, na Alemanha e na Rússia, a percepção de atraso (ou do que entre nós convencionou-se chamar certamente pela proximidade com os Estados Unidos, de “subdesenvolvimento”) foi atacada com teorias nativas que eram tanto mais radicais, quanto mais esse atraso era percebido pelas suas respectivas elites. Na Alemanha a reação veio na forma do romantismo, que enfatizava a impermeabilidade e a incomensurabilidade, bem como a singularidade dos valores e de cada “cultura”; no fundo, incomparáveis entre si. Na Rússia, na forma de um “progressismo” ou evolucionismo social reducionista e ultradeterminado que ultrapassava o melhor e mais ingênuo otimista Iluminista.

Na América Latina, entretanto, o foco dos ideólogos tem “se concentrado primeiramente no problema da organização política” (HIRSCHMAN, 1961, p. 5) e – digo eu – dentro desta organização, no seu lado mais formal: as leis e as instituições públicas ou estatais, tidas como panaceia para todos os males porque elas eram certamente mais fáceis de formular.

A política do “como resolver” sem a discussão mínima e adequada “do modo pelo qual se vai resolver” e “com que instrumentos vamos resolver” torna-se um refrão de todos esses sistemas, pois no primeiro caso, tudo o que é geral, é – em tese – correto e factível; mas, no outro, os obstáculos e dificuldades locais têm que ser levados em consideração o que conduz a um exame da sociedade.

Ora, é justo nessa visão de um Estado como sistema legal perfeito que tudo pode transformar por decreto ou com a criação de um ministério devotado ao problema; e de uma sociedade que guarda com as leis a distância respeitável, senão cautelosa, que, temos a percepção de que tudo está errado ou não tem jeito entre nós.

Essa ênfase no Estado como solução para tudo que é visto como problema leva a pensar qualquer questão social como

um caso nacional, generalizando-o do local onde ocorre para todo o país.

Eu chamo esse modo de ver as questões sociais ou políticas de “a recusa da linha amarela”. Refiro-me, evidentemente, àque-la visível e agressiva fita amarela, uma cor que, na cultura americana e no nosso mundo globalizado, representa atenção, cuidado e alta carga de adrenalina, simbolizando covardia e fuga com a qual, entretanto, os investigadores cercam a cena do crime ou do acidente, de modo a isolar o lugar dos estranhos, seja para investigá-lo com detalhe e objetividade, seja para afastar quem não tem autoridade para assim proceder; seja, ainda, para evitar vazamentos indesejáveis, pois no contexto de um sistema igualitário onde as repartições estatais (e seus funcionários) guardam certa distância entre si há aquilo que até hoje não aconteceu no sistema público brasileiro: a clara atribuição de responsabilidade a chefes, diretores, ministros, reitores, delegados, etc... como administradores daquele pedaço do sistema sob sua jurisdição. Essa responsabilidade de ser obrigado a responder pelo que ocorre com essas instituições sob seu comando, que é sem dúvida um dos desafios de nossa democracia. E nela eu incluo o direito da informação que faz parte de toda cidadania democrática mas que jamais foi levada em conta no Brasil.

No Brasil, a ausência da linha amarela se caracteriza, entre outros elementos, pela ausência de discussão de um lado crucial em qualquer sistema de autoridade democrático: o poder de discricção (ou o poder discricional) dos agentes públicos que, nos países de tradição liberal, é uma figura legal tácita do seu direito ao exercício de sua autoridade com a devida legitimidade e bom-senso, pois num estado governado por leis e não homens – ou “pessoas” (como ocorre no personalismo latino brasileiro) –, a existência de uma consciência do recato, da modéstia, da prudência e, sobretudo do conflito de interesses

na aplicação da lei que cabe ou está sob o controle de um agente do Estado, denota a sua consciência dos limites do papel que ele (ou ela) ocupa como um dado básico deste papel.

Uma consequência direta desta ausência é o absurdo de não responsabilizarmos um diretor de presídio quando na carceragem sob sua administração são flagrados centenas de telefones celulares! Ou quando um alto funcionário do Estado diz simplesmente que não tem como controlar seus funcionários ou agenda. Ou simplesmente diz que não pode saber devido ao tamanho do órgão que dirige.

Temos na ausência da delimitação da autoridade dos cargos públicos um dos pontos mais importantes da intransparência típica do Estado brasileiro junto aos seus cidadãos. Pois se as autoridades estatais não tem senso de limites (de suas liberdades e dos seus privilégios; dos seus deveres e obrigações enquanto servidores da sociedade) não existe aquilo que se chama de institucionalização.

Neste caso, são as pessoas que comandam o Estado e não o Estado que comanda as pessoas. Na primeira hipótese não há transparência; ou melhor: toda busca de transparência gera uma crise de autoridade (como um Zé da Silva ousa interpelar um governador ou presidente da república?). E toda a solicitação documental de certidões de nascimento e documentos sobre o paradeiro de prisioneiros ou recursos é lida como uma ousadia. Quer dizer: se não soubermos como os funcionários públicos se enxergam a si mesmos neste sistema e se não investigarmos a consciência do papel que desempenham, jamais teremos penetrado na zona escura que permeia a nossa ausência de uma cultura de transparência entre Estado e sociedade no Brasil. E a transparência é o ponto central da democracia liberal.

No Brasil e na América Latina recusamos, reitero, a linha amarela. Se acontece um crime no Rio ou em La Paz, imediatamente generalizamos o evento, tornando-o como um exemplo

nacional de que algo vai mal não apenas no Rio ou em La Paz, mas em todo o país ou, às vezes, no mundo. Se, por outro lado, um funcionário deixar de atender a um cidadão num balcão de um posto de saúde ou de um banco estatal, o cliente-cidadão pode ser preso e indiciado por “desacato a autoridade”, conforme advertem os avisos colocados nas paredes das nossas repartições públicas.

É muito difícil, senão impossível, atribuir culpa a um funcionário público que pode ser alocado ou realocado em diferentes setores do governo e que, por lei, tem um elo vitalício com o seu empregador. Eis um sujeito que não é uma pessoa física concreta palpável, mas uma entidade abstrata, mas responsável pelo mundo em que vivemos. Ademais, os “funcionários públicos” não são meros empregados ou sócios do Estado, mas seus apêndices, já que têm com ele um vínculo vitalício e familístico.

Neste sentido, os republicanos de 1889 ampliaram, com os seus sucessivos “estados” e “republicas” “novas”, os modelos das velhas fazendas patriarcais, cujos empregados (ou escravos) pertenciam à família dos seus senhores e patrões na metáfora e no eufemismo de serem “filhos” da “casa”.

Por isso estamos apontando como um desafio e um problema tomar consciência da necessidade de discutir o papel dos empregados públicos e o empregado público como um papel social.

Tal atitude generalizadora que permeia a vida social brasileira justifica uma imediata responsabilização do Estado ou do “governo” (sobretudo do governo federal) pelo que assistimos e interpretamos como uma dimensão palpável de seu descaso para com a cidade, o estado e a pátria. Para nós e raro, senão impensável, lidar com qualquer problema dentro de uma linha amarela; como alguma coisa local, circunscrita a um bairro, uma categoria profissional, cidade, ou classe social. Como algo que sofreu um impedimento concreto quando foi aplicado ou

implementado. Muito pelo contrário, sempre projetamos o local nacional e, assim, situamos todas as dificuldades (bem como todas as soluções) no “Estado” que o representa (ou simboliza) de modo exclusivo e, em seguida, no “mundo”.

Pela mesma lógica, jamais atribuímos responsabilidade jurídica e esses “funcionários-afilhados” do Estado que não sabemos bem se têm ou não consciência do seu papel não como “servidores públicos”, mas como “prestadores de serviços para o público”.

Nossa tendência é generalizar ou universalizar os problemas, de modo que tanto o Estado quanto seus agentes fiquem isentos de responsabilidade. Sugerimos que essa ausência de limites e fronteiras entre estado e sociedade é um dos pontos centrais do nosso processo de democratização. Em outras palavras, o ponto central nesse desafio seria compreender para redefinir os elos entre o estado (seus funcionários que o tornam como se fossem seus donos) e sociedade no Brasil.

Um dos traços mais evidentes da ideologia nacional latino-americana é essa visão certamente hegeliana e, talvez mais precisamente, evolucionista, linear (e comteana) do “Estado” como a unidade mais importante de nossos sistemas sociais. De fato, esse conjunto de crenças e práticas relativas às nossas coletividades como “países” e “Estados-nacionais” é tão forte que inibe ao ponto de tornar invisível, o fato de que também somos membros de sociedades e culturas fundadas na família e extensas e importantes redes de lealdade pessoas nascidas tanto na casa quanto em algumas instituições públicas como escolas, grupos revolucionários, times esportivos, partidos políticos e associações profissionais. Com isso, tendemos a situar o “Estado” como centro, resposta e solução definitiva para tudo o que entendemos como problema, certos de que responsabilizando ou mudando o Estado, podemos continuar sem reformar – ou sequer criticar – as nossas redes de relações pessoais.

Discuti e interpretei como essa dualidade entre “Estado” e “Sociedade”, uma dualidade não percebida pelos interpretes e estudiosos do Brasil, tem desdobramentos que impedem a visão de certos problemas, pois até hoje temos categorias sociais que pertencem ao “Estado”, mas não à “Sociedade”, como os indígenas que se incluem no país por meio do território e não por costume ou cultura; como, no passado, tivemos categorias incluídas na “Sociedade”, mas que eram marginais ao “Estado”, como os escravos.

\*\*\*\*\*

Penso que o estudo das identidades e das legitimidades criadas e engendradas pelo Estado é importante em qualquer exame de grupos territoriais que, como já faz tempo chamou nossa atenção Marcel Mauss, formam a “nação moderna” e soberana, governada por leis escritas e conscientes: essas entidades coletivas agenciadas pela ideia de que, além de serem individualizadas, são também constituídas de indivíduos livres e autônomos.<sup>1</sup>

---

1 Essa *dérmache*, teórica que distingue “Estado” e “Sociedade”, país e cultura, cidadãos e parentes, indivíduos e pessoas, tem sido elaborada por mim ao longo de três décadas de pesquisas e reflexões. Ela é, obviamente, importante para o desenho deste projeto. Devo essa perspectiva geral ao estruturalismo de Claude Lévi-Strauss e a visão crítica sobre o individualismo moderno, bem como a desconstrução da noção de indivíduo como categoria sociopolítica, à obra Louis Dumont. Foi Dumont e o seu inigualável trabalho sobre a Índia e, por meio desta sociedade, sua crítica à modernidade ocidental que me forneceu o modelo para o exame do Brasil como sociedade (mas também como “Estado-nacional”) realizado a partir de *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*, publicado em 1979. Veja-se também o prefácio de *A Casa e a Rua*, publicado em 1985, para a minha percepção de que todos país é mapa e conjunto de valores, com a sugestão de que alguns estudiosos confundem a comunidade explicitada pelo território, moeda e Estado como nação como sendo mais importante e prioritária do que o seu outro lado, a comunidade social e cultural que ela, às vezes, engloba. O trabalho de Marcel Mauss sobre a nação (*La Nación*), provavelmente escrito em 1920 e inacabado, encontra-se no tomo III de suas obras, publicadas pela Barral Editores de Barcelona, Espanha, em 1972.

Assim, enquanto a família nos faz, a nação moderna, ao contrário, é feita por nós – por nossas convicções e ações, por nosso trabalho e pelos tributos dele extraído.

Tomando parte em pelo menos duas coletividades, não deixa de ser curioso constatar que quando, falamos em “reforma” (esse termo de direita) ou “revolução” (essa boa nação de esquerda), a tendência é a de reduzir à comunidade nacional e seus problemas a apenas uma de suas dimensões. À dimensão do Estado, com seus decretos, seus desenhos institucionais, seus ritos burocráticos e, sobretudo, a sua atribuição idealizada de “poder” que, na nossa paisagem ideológica, seria capaz de tudo resolver, pondo em ordem a “realidade nacional”, caso – é claro! – o “Estado” fosse convenientemente tomado e/ou gerenciado pelas forças políticas adequadas.

Tanto na América Latina, quanto no Brasil, discutir questões nacionais para implementar a velha agenda positivista ou vitoriana do evolucionismo linear, essa agenda, alias, comum tanto à direita quanto à esquerda, cujas palavras de ordem são progredir, crescer, diferenciar-se, modernizar-se ou simplesmente cuidar e mudar, significa fundamentalmente transformar – e quase sempre transformar radical e impiedosamente – o Estado, mas excluindo (esse é o ponto) e freudianamente esquecendo a sociedade embora certas categorias sociais privilegiadas sejam o seu foco e sua agência legitimadora.<sup>2</sup>

---

2 Nos anos 1960, falava-se num Estado reformista e nas “reformas de base” que iriam redimir o Brasil liquidando seus agentes “reacionários” e “alienados” como os grandes latifundiários, os coronéis e os tubarões da indústria e do comércio que, ao lado dos imperialistas ianques, espoliavam e exploraram o “povo” ingênuo a espera de uma agenda revolucionária, pois só o povo contava. Hoje o foco é o “pobre” como uma entidade generalizada, marcada por uma inerente carência, pureza e santidade.

\*\*\*\*\*

É minha tese que esse englobamento da sociedade pelo “Estado” é o traço distintivo da ideologia nacional brasileira e da latino-americana, essa “estadofilia” (que certamente engloba uma, “estadomania” uma “estadolatria” e, eventualmente uma “estadopatia”), é o elemento básico de nossas táticas e estratégias para lidar com o que percebemos como a grande problemática de nossos países, sempre estudados como tendo coletividades erradas, atrasadas, baseadas na ausência de normas, rituais e regras bem marcadas.

Como se uma “casa” latino americana ou uma morada brasileira não fosse algo tão complexo quanto à ordem coletiva de uma França, Inglaterra ou Estados Unidos modernos e exemplares. E, pior que isso, como se tais comunidades não tivessem valores, culturas e, assim, conflitos entre os interesses da nação e do Estado e os da sociedade e seus grupos. Ou, para ficarmos com o cotidiano, com qualquer coisa lida como criminosa, errada ou fora do lugar porque as normas idealizadas do Estado ficam muito longe das rotinas socioculturais. Assim, se entra um pedinte no restaurante onde comemos, a culpa é do neoliberalismo, adotado pelo Estado que nos empobrece; se ocorre um acidente de trânsito, é porque o governo não providenciou a sinalização adequada; se os políticos nomeiam seus filhos, primos e mulheres para cargos públicos, é porque não temos leis adequadas para prever e coibir tais erros ou abusos; se a corrupção é uma norma e ocorre em todos os governos, achamos que uma lei inteligente, promulgada pelo Estado, poderia acabar com ela, colocando-a no seu devido lugar; se as pessoas não sabem o que existe contras elas num ministério, é porque falta ao Estado a difusão da informação como um direito de cidadania.

Em suma, diante de qualquer problema queremos uma lei e, diante da lei, reclamamos ou chamamos por sua revogação porque podemos cumpri-la ou honrá-la socialmente. Até hoje, não conseguimos escapar desta visão idealizada pelo Estado e da lei denunciada por Sérgio Buarque de Hollanda em *Raízes do Brasil* e pelo Gilberto Freyre de *Ordem e Progresso* que observava como a República de 1889 mudou tudo, mas sem se preocupar com a preparação da sociedade para as mudanças que estava a promover, mudanças que obviamente afetavam e geravam imprevistas e múltiplas reações na sociedade.

Neste sentido preciso, a ser investigado como ponto capital neste projeto, tudo se passa como se entre Sociedade e Estado não existissem pontes, mediações ou alguma relação socialmente significativa. É como se entre Estado e Sociedade; aparato administrativo público com suas instituições, burocracias, funcionários e valores universalistas e igualitários; e valores sociais – as ideias implícitas, quase sempre essencializadas ou naturalizadas, que Rousseau dizia estarem inscritas não em bronze ou pergaminho, mas nos corações; essas normas que constituem o que antropólogos chamam de estrutura ou de “cultura”, não fossem entidades ou comunidades justapostas, entrelaçadas e implicadas uma na outra; como se não se refletissem mútua e sociologicamente. Como se não fossem as duas faces de uma mesma moeda, que é a comunidade nacional revelada (ou manifestada) em duas de suas dimensões básicas, mas de modo algum exclusivas.

Que, entre nós, latino-americanos e brasileiros, o Estado-nacional seja tomado como a única esperança, como o foco e instrumento exclusivo de mudança e de transformação, é um desses axiomas culturais que, sugiro, devemos estudar, pesquisar e compreender.

Estaria isso ligado ao nosso passado de colônias rigidamente controladas por nossos países formadores, em constante luta

contra os decretos emanados de Madri ou Lisboa? Ou seria porque os nossos mitos de origem, apesar de suas diferenças, atribuem às agências coloniais um poder decisivo? Ou seria porque tivemos elites poderosas e sagazes que, ao menos no caso do Brasil, eram simultaneamente nobres, escravocratas e capitalistas?

Eu não tenho elementos para uma resposta, mas adianto que o fato de a América hispânica ser construída por meio de mito de “conquista”, numa “libertação republicana bolivariana”; e o Brasil (a exceção à Espanha neste nosso cone sul) numa “descoberta”, deve ser algo simbolicamente importante, sobretudo quando essa “conquista”, “libertação” ou “descoberta” contrastam com a “fundação” dos Estados Unidos, feita por pais fundadores iluministas, doadores menos de leis que regulam com precisão a vida social, e muito mais de princípios indicadores de um novo modo de viver coletivo. Um estilo cívico de vida, baseado no indivíduo-cidadão luteranamente condenado à liberdade e à autonomia, princípios que para esses pais fundadores seriam, não custa repetir, universais e auto-evidentes.<sup>3</sup>

\*\*\*\*\*

---

3 A América Espanhola é fundada por uma “conquista”. Nela há um amalga-  
ma de missão civilizatória mais do que comercial; resistência nativa forte, pois  
suas populações locais tem uma extraordinária e inesperada sofisticação e são  
dotadas de aristocracia, estado, ciência, calculo, cidades, etc... A Portuguesa  
não é nem uma América: é Brasil ou brasis, divididos em norte e centro-sul,  
mas fortemente centralizados. O mito de origem aqui é uma “descoberta” que  
vai se fazendo recorrentemente, na medida em que a sociedade portuguesa ali  
instalada se auto-reconhece em suas coisas boas e ruins. Neste sentido, o Bra-  
sil não foi feito ou construído como ocorre com os Estados Unidos, cujo mito  
de origem é uma “fundação” por intelectuais-políticos, preocupados com o  
bem-comum e não com uma aventura comercial como o que ocorria com as  
repúblicas italianas e com a colonização portuguesa no Brasil como diz Sergio  
Buarque de Hollanda.

“Conquista” e “descoberta” não resolvem tudo, mas contrastam radicalmente com uma “fundação”. Um desses contrastes é que a “fundação” se baseia num contrato político entre iguais, o que inclui constituintes, gente elege representantes, não salvadores da pátria e, por isso os vigia; ao passo que conquista e descoberta excluem de modo contundente os nativos (lidos como negros, índios ou escravos, pobres, pré-humanos ou incivilizados e ignorantes – o “povo” em geral) e, com eles, a sociedade que até hoje situamos como coadjuvante de nossos planos de transformação a serem atacados, incentivados, inventados e gerenciados pelo Estado.

Do mesmo modo que os subordinados só tinham voz pela boca dos seus patrões, esses patrões senhoriais de quem eram as pernas e os braços, o Estado é o lado forte, visível e concreto da sociedade que, hoje, daria voz e olhos aos seus pobres e carentes, governando para eles, pois somente eles precisam, como se afirma hoje em dia, de governo. Esse governo que como parte de um Estado onipotente, teria a missão de deflagrar a transformação da sociedade.

Excluída a sociedade local, lida como vítima (caso do mito fundacional da conquista) ou como um ator básico, mas passivo (caso do mito fundacional da descoberta), não surpreende que todos os projetos de mudança – de direita, de centro ou de esquerda – tenham como foco invariável o Estado e a sua coletividade visível, o “governo” que, pelo menos no caso brasileiro (e, suponho, de toda a América Latina), constitui a sua faceta pessoal íntima e mortal – a sua contrapartida manipulável, expiatória e humana.<sup>4</sup>

---

4 Conforme sabemos, presidentes da República morrem, mas o Estado que eles comandam e mandam não. Esse paradoxo é sempre dramático na América Latina em geral e a transmissão do cargo é lenta ou contestada porque há uma identidade forte entre Estado e pessoa a seu serviço.

Se o Estado é, pois, como o Deus-Pai, intocável na sua onipotência e terrível no seu poder; o governo, como Deus-Filho, é uma comunidade humana e, muito embora, fruto do Estado-nacional e dele dependente, seria tanto quanto nós, sujeito a sofrimento, morte, mentira, doença e engano. Se o Estado aterroriza com suas leis pétreas e suas constituições feitas para durar eternamente e para equacionar juridicamente todos os “problemas sociais”, pois entre nós são as Constituições que são “cidadãs”; o governo personifica essas leis, podendo perseguir ou simplesmente intimidar. Se o Estado é uma máquina implacável e anônima, com razões que a sociedade desconhece, o governo tem nome e cara: é de fulano ou sicrano, pode ser forte ou frouro; burro ou inteligente e até mesmo ladrão, corrupto, estúpido, tecnocrático e, quem sabe, eu já não digo honesto porque minhas esperanças ficam cada vez menores, ao menos sincero.

Por definição, o Estado – e eu, é claro, estou pensando no Estado moderno, republicano, dotado de mercado e dessa competição eleitoral liberal que para muitos é uma imoralidade – é weberianamente universalista, impessoal, cívico e, entre nós, distante (no Brasil, ele foi significativamente isolado numa cidade ideal: Brasília), constituído por leis conscientemente escritas e promulgadas, no mais das vezes, à revelia e a despeito da sociedade. Nesse nível, então, o Estado se confunde ou reifica na sua concretude territorial, em sua soberania e em suas fontes de identidade, com a sua expressão simbólica: a nação, que não se expressa mais no nome de família ou na cor da pela, mas na bandeira, hino, moeda e vida pública em geral.

Já o governo é uma espécie de conta de chegar entre esse conjunto idealizado e externo de normas (que ninguém conhece e entende) que ficam entre um paraíso jurídico, onde tudo é formal e perfeito (como sabem bem os ministros do Supremo) e a realidade contraditória, concreta e vital

decorrente da sua aplicação. Essa realidade que a todo momento nos aponta para uma perturbadora distância entre o ético e o legal, pois em nossos países, como já apontava em 1936, Sérgio Buarque de Holanda, nem sempre a lei segue o senso comum ou até mesmo os costumes estabelecidos.

Para nós, portanto, apesar de todas as mudanças, o Estado continua tendo razões que a sociedade – sempre “atrasada”, mal formada, despreparada, reacionária ou explorada sem saber – obviamente deve ignorar.

A resistência ao liberalismo na América latina está obviamente ligada aos limites econômicos e jurídico-políticos impostos a uma ideia de Estado todo-poderoso (e a sua imponente “nação”), pelas regras triviais do não gastar mais do que se ganha, do equilíbrio entre meios e fins e, pior que isso, pelo direito à igualdade e à liberdade individual. Ora, é justamente essa “racionalidade” que alguns estados da América Latina só muito recentemente adotaram, mas não sem má vontade ou resistência. E já se pensa em reformá-los ao contrário. Mas se o Estado pode prosseguir relativamente inatacado e insulado em suas leis, o governo é o seu calcanhar de Aquiles. Pois ele sempre revela os seus parcos recursos, a sua pobre e, às vezes, desonesta estratégia de poder, e o seu pessoal não especializado ou qualificado e até mesmo uma estupenda humanidade, sempre envolta em contradições, pois, no poder e no Estado, tudo muda.<sup>5</sup>

---

5 A visão personalizada do estado enquanto governo de alguém surge com nitidez na literatura. Ela vai dos coronéis rebelaisinanos de Jorge Amado, a romances de Mario Vargas Llosa e do laureado Gabriel Márquez. Isso é muito claro no livro de García Márquez, *O outono do patriarca*. Talvez pela sua amizade e fidelidade ao ditador Fidel Castro de quem, quando numa visita à Colômbia, García Márquez foi guarda-costas. Os críticos americanos não entendem como se pode falar de um déspota com um algum senso de compaixão e humanidade. (cont.)

O Estado é reiteradamente visto como infinito. Para nós, ele é o demiurgo daquilo que se convencionou chamar de “vontade política”. Para ele, ainda se diz, tudo é possível. Já o governo sempre remete às limitações humanas que a perspectiva estatal (e nacional) tende a ignorar. Assim, o Estado com típica onipotência e no seu tradicional dever de corrigir e educar a sociedade, sempre diz “não pode!”. Mas o governo sendo, como sempre tem sido pelo menos no caso do Brasil, particularista, personalizado e pessoalmente alcançável pela nossa rede de elos pessoais, diz um amistoso e apologético “infelizmente não pode” ou, mais frequentemente, “no seu caso, dá-se um jeito!”

Espremada entre essas concepções até hoje pouco percebidas e sequer criticamente consideradas, a sociedade fica tão invisível como a mortadela de um sanduíche barato. E atua com tanta indecisão quanto um adolescente diante das suas possibilidades profissionais. O resultado é que ela fica sempre de fora, como um hóspede obviamente importante, mas não convidado, enquanto nós, com fúria elitista, propomos as tais transformações radicais do “sistema”. Essas mudanças que vão finalmente transformar o Estado num instrumento destinado a aperfeiçoar e a corrigir a sociedade, como faz prova a nossa conturbada história republicana.

É essa curiosa ausência da sociedade na discussão da problemática nacional que produz a demanda ou apoia leis tão distantes de suas práticas diárias, que o seu desenho aparece como pérolas jurídicas belíssimas, mas impossíveis de serem seguidas.

---

(cont.) Essa humana e paradoxal compreensão que é um dos componentes mais cruciais das culturas e sociedades latino-americanas, frequentemente encapsula como “simpatia” e que, como a “saudade” brasileira, faz ponte entre todas as ideologias e não pode, por definição, estar presente no desenho do Estado moderno e racionalista, iluminado pelos enciclopedistas do século XVIII, mas que, obviamente, está presente no seu funcionamento.

São as leis que a própria sociedade diz que quer mais que por contrariarem práticas sociais rotineiras, “não pegam”, como, por exemplo, as que mandam ocupar cargos públicos somente por concursos. Ou as que promulgam a igualdade de todos – um princípio constitucional que convive – esse é o caso do Brasil – com uma coleção vergonhosa e jamais discutida de “leis de prisão especial”, um grupo de prerrogativas que facultam a acusados, portadores do título de bacharel, membros de parlamentos locais e nacionais, ex-ministros, delegados de polícia etc., um tratamento diferenciado para os crimes que praticam.

Essa visão diferenciada do Estado e da sociedade; da nação e do governo; permite descobrir outro traço igualmente característico que deve ser discutido.

Refiro-me a crença, até hoje vigente no Brasil, segundo a qual seria suficiente mudar a lei, criar o estatuto jurídico para resolver a realidade social ou cultural. Assim sendo, um dado recorrente da nossa história política é a crença quase infantil de que podemos “solucionar” a sociedade juridicamente, apenas pela mudança do seu desenho institucional, criando dentro de nós a França, a Inglaterra ou os Estados Unidos, mas obviamente sem franceses, ingleses e americanos para seguir e honrar as leis e as instituições. O problema é que, ao lado das normas impessoais e universais do Estado, existem inúmeras manifestações da sociedade. A questão capital é que as normas e códigos informais ou implícitos vigentes dentro do sistema não são apreciados ou levados em conta quando abrimos os olhos para a vida nacional enquanto sistema político. Com isso, criamos leis que valem para a nação e para o Estado, mas que são inválidas para e na sociedade.

Um dos melhores exemplos desse tipo de “legislação” é o que vigora no ilegalismo paradoxal do jogo do bicho, uma forma de jogo de azar aceita culturalmente no Brasil, forma de jogo ligada ao um simbolismo dos animais que, como mostrei

num livro escrito com Elena Soárez, constitui um verdadeiro tesouro ideológico.<sup>6</sup>

O caso oposto, de “regras sociais” aparentemente intrusivas, que não valem para o Estado e para a Nação, são as normas que governam os elos amigos, no reinado da “casa”. Legislação tão importante e forte, que tem um caráter preciso, quase axiomático e que parecem operar também no universo sério e conseqüente do estado.

Assim, no Brasil, sabemos que:

- a) Amigo de amigo é amigo;
- b) Inimigo de amigo é inimigo;
- c) Mulher de amigo é homem;

No que resulta no aforismo ético de um liberal radical, Nunes Machado, um dos líderes de uma “revolução” republicana, que dizia:

d) “tenho coragem para tudo, menos para resistir ao pedido de um amigo”, e no formidável e revelador:

e) Aos inimigos, a lei; aos amigos, tudo.

Axiomas de uma “sócio-lógica relacional” que, por ligarem igualdade e hierarquia; holismo e individualismo; particularismo e universalismo; o Estado, culto, legalista e nacional, e o povo ignorante, anarquista, bestializado e local; são até hoje uma fonte de embaraço entre nós, modernos e democratas, pois constituem como sugeri em alguns dos meus trabalhos, a argamassa do clientelismo e do nepotismo que singularizam o nosso uso característico do espaço e da coisa pública, num hibridismo institucional que, mesmo lido com a mais aberta razão romântica e culturalista, pouco tem de esplendoroso e positivo.

---

6 Veja-se *Águas, burros e borboletas*: um estudo antropológico do jogo do bicho. Rio: Rocco, 1999.

Um hibridismo que revela o lado cruel desse nosso pendor um tanto leviano de criticar apenas o Estado e o governo, deixando de lado o olhar crítico relativamente a sociedade e os seus valores.

Reitero, pois, que o sistema se caracteriza justamente por essa sistemática cegueira diante do papel e do poder da sociedade junto ao aparato do Estado moderno.

\*\*\*\*\*

O fato é que temos sido sempre formalistas, pondo todas as nossas esperanças no Estado, sem levarmos em conta a sociedade, com suas práticas humildes e sua força invisível – aquele poder moral não escrito mas que permeia tanto quanto o Estado, com sua pompa e suas razões explícitas, quanto o nosso comportamento mais íntimo.

Aliás, esses elos entre Estado e sociedade engendram, como não poderia deixar de ser, uma mestiçagem que decorre de um processo aculturativo bem conhecido, mas cujos resultados são sempre e inevitavelmente diferenciados dependendo de onde ocorre. O processo tem uma simplicidade que lembra muito o viés econômico do utilitarismo e da racionalidade hobbesiana nele contida.

A história, que uso aqui como mera ilustração, segue assim:

Um centro de difusão localizado no Ocidente capitalista, individualista e liberal espalha, como um tufão, valores e instituições – por exemplo: progresso, civilização, igualdade, meritocracia, sinceridade política, eleições diretas, alternância no poder, estabilidade monetária e crescimento econômico – com dois pressupostos. O primeiro é que nenhuma delas pertence a um mundo particular de significados e de implicações sociais onde eles foram inventados; o segundo é a crença pueril de que todas essas coisas entram ou caem num espaço vazio de relações, valores e ideologias; ou, pior que isso, que elas estão

prontas a serem entendidas onde quer que venham a ser ensinadas ou adotadas.

O caso brasileiro, conforme tenho insistido na minha obra, caracteriza-se pela combinação curiosa, criativa e, às vezes, perversa entre um igualitarismo individualista cívico adotado pelo Estado, combinado a uma organização social aristocrática, personalista e hierárquica vigente na sociedade. É fácil criar no Estado e na Nação, instituições avançadas e igualitárias por decreto. O complicado é honrar essas normas porque não se preparou a sociedade para essas dádivas que nossos caudilhos, presidentes e ministros nos deram de todo o coração em nome da democracia e do progresso.

O resultado desses amálgamas desemboca inevitavelmente nos vários personalismos (e nos conflitos por eles engendrados) tão nossos conhecidos. No plano social, no personalismo autoritário dos nepotismos e clientelismos, nas suas pequenas e grandes perversões. Das corrupções corriqueiras, como não obedecer aos sinais de trânsito; às mais vulgares apropriações da coisa pública.

No plano político, esses amálgamas surgem no eterno retorno do “salvador da Pátria”, nesses surtos de messianismo segundo os quais existe realmente uma pessoa especial que finalmente conseguiria conciliar esse Estado moderno tão sistematicamente discutido e redesenhado como um ideal da Nação, com todas as práticas sociais a que nós obviamente resistimos porque, em parte não entendemos; em parte não queremos transformar.

Não deveria, então, surpreender que a nossa paisagem social seja assolada por todo o tipo de corrupção política. De desvios de uma norma igualitária que a sociedade não consegue seguir. Como hóspede não convidado, ela serve para desmoralizar o liberalismo; por outro lado, ela confirma como o culpado tudo aquilo que chega pelas mãos impessoais e portanto

impiedosas do Estado. Esse Estado nacional que pede que sejamos cidadãos, quando o que queremos é continuar sendo filhos de boas famílias.

Chegamos, pois, a este milênio sem compreender bem que o Estado só tem razão de ser em função da sociedade do qual faz parte. E que a sociedade só pode sentir-se legítima, com o aval da máquina estatal que administra sua segurança, sua educação, sua justiça e seus conflitos e, assim, minora, suas diferenças.

Exageros à parte, o fato concreto é que, até hoje, com toda a sofisticação que existe na esfera pública, pouco se fala da sociedade e muito, do Estado. Ou melhor, só se fala de sociedade reduzindo-a à categoria de “povo”, de “pobre” ou de “oprimido”; e só se fala de Estado travestido de novos programas e projetos que este “Estado” deverá consertar.

Não tenho dúvida de que as reformas do Estado são básicas. Mas também não tenho dúvida de que, por serem inspiradas na agenda Ocidental, que é igualitária e individualista, essas reformas tenham que romper com paradigmas hierárquicos e pessoais vigentes e importantes em nossos sistemas, o que – a história recente dos nossos países é meu testemunho – não é nada fácil.

Na minha obra, procurei mostrar como um ritual autoritário, como o “você sabe com quem está falando?” tem sido uma reação aculturativa – um modo inevitavelmente local (ou nativo) de integrar ideais divergentes: uma igualdade pública legal, mas não habitual, imposta pelo Estado, com uma costureira hierarquia fundada e praticada no universo da “casa” e da família, vigente na sociedade.

Sociedade, aliás, que ainda é a fonte mais forte de identidade social permanente e confiável num Estado nacional que já foi reino, monarquia absolutista e constitucional, República Velha, Estado Novo, democracia liberal, regime parlamentar,

autocracia militar com Congresso controlado, Nova República e hoje se consolida, parece, como um Estado liberal. Sociedade que continua servindo o mesmo almoço de domingo, num Estado que foi ordenado por pelo menos seis constituições e, nos últimos 50 anos, por cinco moedas nacionais (mil-réis, cruzeiro, cruzeiro novo, cruzado e real); e por uma burocracia que corre tanto atrás do chamado trem da modernidade, que, um dia, inventou um Ministério da Desburocratização.

Como mostrei num livro escrito há exatamente três décadas (*Carnavais, malandros e heróis*), esse “Você sabe com quem está falando?” não é sinal de ignorância, subdesenvolvimento, ausência de limites ou de irracionalidade. Muito pelo contrário, o personalismo é absolutamente racional nos quadros de um sistema que contempla mais a lealdade pessoal e a hierarquia do que a igualdade e a obediência a normas impessoais e abstratas.

De fato, numa sociedade dinamizada por valores aristocráticos, a adoção do igualitarismo pelo seu Estado é equivalente a uma traição. Ela é equivalente a mostrar a um governante que ele deve seguir as regras, a um partido de oposição que não se constrói uma nação moderna (feita de cidadãos), sem um acordo básico sobre alguns princípios básicos; ou a todos os radicais que ser eleito não equivale a tomar despoticamente o poder. E, por fim, mas não por último que o poder, tal como ele concebido pela ideologia latino-americana tem além de capacidades, limites.

O “Você sabe com quem está falando?” obriga a lembrar uma espécie de ética perdida no momento mesmo em que o Estado adota a igualdade como princípio exclusivo. No fundo, trata-se da sociedade lembrando à nação que ela é feita de amigos e parentes; e que a obediência cega a norma igualitária conduziria a uma tragédia: a perda da lealdade dos amigos e do amor dos parentes. Quem deve ter mais valor? A honra, o

respeito, a confiança e o amor pelos amigos: ou a competição, a disputa e a competência baseada no mérito, no princípio do quem chega primeiro é atendido primeiro – que finalmente estabeleceu a igualdade todos perante a moeda – e na liberdade de escolher? Penso que, graças ao Plano Real e a sua continuidade por mais de uma década, a igualdade pode estar pressionando para a eliminação desta duplicidade.

Meu segundo ponto, diz respeito a esse mesmo problema visto, entretanto, por outro lado. Pois o que o meu estudo do “você sabe com quem está falando?” mostra não é simplesmente o poder de uma cultura imutável, mas o entrelaçamento entre valores estabelecidos e ideais importados que entram na sociedade com o aval e a força do Estado.

É justamente por não darmos o devido valor à sociedade e por superestimarmos o poder de mudança do Estado, que acabamos ficando com nações com uma autoestima abalada. Pois, situando no Estado todo o peso da mudança, o que assistimos em todos os nossos países, é ao uso do Estado pelos governantes que elegemos para mudar a sociedade, utilizando o próprio Estado como um meio de aristocratizar-se e, assim, acabar pertencendo àquelas aristocracias que eles tanto queriam liquidar ou subverter.

Uma das maiores fontes de decepção com o Estado-nacional na América Latina é justamente essa ingenuidade relativamente ao poder dos valores. Ao papel intrusivo dos valores locais nos projetos de cunho universalista.

Seria, então, impossível mudar?

Claro que não. O que essas instituições nos dizem, deixem-me acrescentar como ponto final, é que não se pode construir um regime igualitário, dinamizado pela caótica racionalidade de interesses individuais, por meio de um edifício rígido como o de um Estado que a nossa sociedade destila e projeta como ideal. Pois num certo sentido, um Estado feito

por leis imutáveis, por estatutos jurídicos minuciosos e por uma autoridade indiscutível é um Estado engessado. É um aparelho avesso ao dinamismo que o igualitarismo e a fraternidade requerem e desejam. Tal Estado duro, rígido, centralizado, com poderes menos curativos do que preventivos seria no fundo, um modo de promover o fracasso do igualitarismo e pior que isso, seria um promotor crônico de ilegalidade.

Sendo assim, penso que o caminho a seguir seria discutir menos regimes legais e desenhos instituições do Estado, e pensar com mais intensidade a operação da sociedade. Aquilo que somos como sociedade deveria ser o condutor para as instituições do Estado. Essa é a razão e o centro deste ensaio que vem posicionar a nossa pesquisa.

Só assim, sugiro, criaremos nações autênticas. Autênticas no sentido preciso de que, nelas, Estado e sociedade, leis e práticas sociais, instituições tradicionais e modernas, caminham juntos. Cada qual reforçando e dando confiança à outra.

Se o desafio da nossa modernidade é passar de parente a cidadão, de povo sobre as pessoas comuns, de predadores a filantropos, de patrões personalistas e representantes e dirigentes preocupados com o bem comum, precisamos enxergar a sociedade com suas etiquetas, seus valores e suas razões. Porque, se o universalismo, o igualitarismo e o mercado vieram de fora, a hierarquia e a lealdade aos amigos é nossa. Ignorá-las apenas agenda o seu retorno nas roupagens autoritárias e nos conflitos e frustrações que conhecemos bem demais.

Muito Obrigado!



# Trabalhos premiados no SINCTEC 2012

---

## **PIBIC – Ensino Médio**

### **Escola de Ciências da Saúde**

#### **1º Lugar**

TÍTULO: Estratégias educativas direcionadas à prevenção e controle da dengue em escolas públicas localizadas no Município de Belford Roxo, RJ

ORIENTADOR: Sergian Vianna

ALUNO: Maria Karolína Nazareth Santos

CURSO: Biologia

#### **2º Lugar**

TÍTULO: Rearranjo do citoesqueleto como parâmetro

ORIENTADOR: Willian Fernando Zambuzzi

ALUNO: Lucas Stumpf de Araújo

CURSO: Odontologia

### **Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades**

#### **1º Lugar**

TÍTULO: O “olhar” do estudante secundarista sobre as Relações Internacionais

ORIENTADOR: Adjovanes Thadeu Silva de Almeida

ALUNO: Marcos Paulo Rangel da Silva

CURSO: História

**2º Lugar**

TÍTULO: Letramento digital do professor de Língua Portuguesa:  
A web como espaço de ensino-aprendizagem

ORIENTADOR: Solimar Patriota Silva

ALUNO: Higor Moura Bocafoli

CURSO: Letras

**Escola de Ciências Sociais Aplicadas****1º Lugar**

TÍTULO: Relações entre Moda, Arte e Design: analogias formais

ORIENTADOR: Rita de Cássia Quintanilha Mouco

ALUNO: Clara dos Santos Lopes

Curso: Moda

**2º Lugar**

TÍTULO: As instituições de ensino nas redes sociais:  
um estudo de caso do Facebook

ORIENTADOR: Fernanda Félix da Silva

ALUNO: Larissa Carvalho da Silva

CURSO: Design Gráfico

**PIBIC – Graduação****Escola de Ciências da Saúde****1º Lugar**

TÍTULO: Estudo da associação do número de *Streptococcus Mutans* com a presença de fatores de sco em um grupo de crianças que participam de um programa de atenção precoce à cárie dentária

ORIENTADOR: José Massao Miasato

ALUNO: Amanda Rodrigues Lima

CURSO: Enfermagem

## **2º Lugar**

TÍTULO: Análise de MMP's em lesões periapicais

ORIENTADOR: Thais Accorsi Mendonça

ALUNO: Joelcio Francisco Teixeira Rodrigues

CURSO: Odontologia

## **Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades**

### **1º Lugar**

TÍTULO: A proposta de uma nova moral na obra de Domingos  
Ribeiro Filho

ORIENTADOR: Angela Maria Roberti Martins

ALUNO: Leonice da Rocha Soares

CURSO: História

### **2º Lugar**

Título: Interatividade nos estudos da Antiguidade e do  
Medievo: Migrações, pilhagens, assentamentos e  
ocuações godas

ORIENTADOR: Uiara Barros Otero

ALUNO: Carlos Fernando Vares Raposo

CURSO: História

## **Escola de Ciências Sociais Aplicadas**

### **1º Lugar**

TÍTULO: Gestão internacional de pessoas: políticas nas  
subsidiárias de multinacionais brasileiras

ORIENTADOR: Patricia Asunción Loaiza Calderon

ALUNO: Hosana Maria de Souza

CURSO: Administração

### **2º Lugar**

TÍTULO: Análise dos impactos logísticos causados pela  
implantação do Arco Metropolitano nos municípios  
da Região Metropolitana

ORIENTADOR: Alessandro de Santana Moreira de Souza

ALUNO: Quésia da Costa Gomes

CURSO: Logística

## Menções Honrosas

TÍTULO: Metodologia alternativa para síntese da acetanilida verde

ORIENTADOR: Edson Ferreira da Silva

ALUNO: Rodrigo Pierre Freire Araujo Gouy

ESCOLA: Ciência e Tecnologia

CURSO: Química

TÍTULO: Modelo matemático para estimar a resposta glicêmica dos alimentos

ORIENTADOR: Emerson Moreira Reis

ALUNO: Carlos Jorge Correa Lopes

ESCOLA: Ciências da Saúde

CURSO: Medicina

## CDC e QCiência

### 1º Lugar

TÍTULO: Linguagem audiovisual e literatura brasileira no ensino médio: mediações e intertextualidades

ALUNO: Fabrinni Meireles

### 2º Lugar

TÍTULO: Caracterização da atividade cineclubista em Duque de Caxias

ALUNO: Diego Soares

### 3º Lugar

TÍTULO: João do Rio e suas histórias de carnaval durante as primeiras décadas do século XX

ALUNO: Fábio Dias Peclly



# VI Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica da Unigranrio (SINCTEC 2012)

## Organização:

Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Apoio:



Realização:



## Múltiplos saberes: ensaios, conferências e comunicações

Organização: Virgínia Genelhu de Abreu

### Com textos de:

Andrea Paula dos Santos  
Antônio Carlos Campos de Carvalho  
Dante Marcello Claramonte Gallian  
Gilson Schwartz  
Heliana de Barros Conde Rodrigues  
José Mauro Granjeiro  
Roberto DaMatta  
Ruy Garcia Marques  
Silvio Tendler